

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Por uma autoria solidária no Jornalismo:
o ensino de Teorias do Jornalismo e de epistemologias de alteridade

GEAN OLIVEIRA GONÇALVES

São Paulo
2022

GEAN OLIVEIRA GONÇALVES

Por uma autoria solidária no Jornalismo:
o ensino de Teorias do Jornalismo e de epistemologias de alteridade

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Ciências da Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, redes e linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina.

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Gonçalves, Gean Oliveira
Por uma autoria solidária no Jornalismo: o ensino de Teorias do Jornalismo e de epistemologias de alteridade / Gean Oliveira Gonçalves; orientadora, Cremilda Celeste de Araújo Medina. - São Paulo, 2022.
191 p. : il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Jornalismo. 2. Ensino de Jornalismo. 3. Epistemologia da alteridade. 4. Teorias do Jornalismo. 5. Universidades brasileiras. I. Medina, Cremilda Celeste de Araújo. II. Título.

CDD 21.ed. - 070

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

GONÇALVES, G. O. Por uma autoria solidária no Jornalismo: o ensino de Teorias do Jornalismo e de epistemologias de alteridade. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências - Área de Concentração: Ciências da Comunicação.

Aprovado em: **18 de novembro de 2022.**

Banca Examinadora:

Prof. Dra. **Cremilda Celeste de Araújo Medina** (presidente)

Instituição: Escola de Comunicações e Artes – ECA-USP

Julgamento: APROVADO

Prof. Dra. **Claudia Lago** (titular)

Instituição: Escola de Comunicações e Artes – ECA-USP

Julgamento: APROVADO

Prof. Dra. **Cicélia Pincer Batista** (titular)

Instituição: Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-SP

Julgamento: APROVADO

Prof. Dra. **Mara Rovida Martini** (titular)

Instituição: Universidade de Sorocaba – UNISO

Julgamento: APROVADO

Prof. Dra. **Fabiana Moraes da Silva** (titular)

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Julgamento: APROVADO

AGRADECIMENTOS

Uma tese não se constrói sem a solidariedade, afeto, carinho e amor de muitas pessoas. Todo o esforço de produção intelectual é atravessado por interações que tornam o percurso o melhor possível. Sem as pessoas que nomearei aqui, este trabalho de pesquisa não seria o mesmo.

Quero agradecer inicialmente a minha orientadora, a professora Cremilda Medina, a quem muito admiro, por toda a cumplicidade e generosidade que sempre teve comigo. Por cada afago e aconselhamento. Cremilda Medina é uma inspiração como mulher, educadora e jornalista. O diálogo dos afetos que promove em aula e em sua casa – ao lado do escritor Sinval Medina – amplia a nossa visão de mundo e alerta para a tarefa árdua de resistência cultural. Sua obra intelectual, suas narrativas, seus modos de ser e dizer estão em confluência e em sintonia com uma longa e fértil proposta para o Jornalismo que espero perpetuar com similar inteligência e abrangência.

Quero agradecer de antemão as professoras avaliadoras da banca de qualificação e de defesa, tanto as titulares quanto as suplentes, pesquisadoras e jornalistas incríveis e talentosas.

À minha família – minha mãe Elzileide e meus irmãos Everton e Pedro Henrique – pelo suporte amoroso, pela compreensão e paciência nessa jornada de vida. Devo a vocês a minha ética, minha autonomia e o meu crescimento como ser humano.

Ao Fabiano Tassi por partilhar esse sonho, compreender minhas inquietações e pelo amor que ele mantém presente diariamente.

Aos amigos e parceiros do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social (ECA-USP/CNPq: Angela Farah, Liana Milanez, Carolina Klautau, Marcos Zibordi, Mara Rovida, Jaqueline Martins e Cicélia Pincer.

Aos amigos e amigas da vida e do PPGCOM-USP: Tariana Machado, Talles Rangel, Michelle Dias, Naiana Rodrigues, Anderson Lopes, Denise Pragana, Flavia Ikeda, Tomaz Penner, Carla Tôzo, Ilton Porto, Paola Prandini e Manuela Thamani, entre outros queridos discentes. Cada um sabe o quanto essa jornada depende do estar junto.

Agradeço ainda, com muito carinho, aos amigos Beatriz Sequeira, Gisele Dantas, ‘Max’ Garcia Paiva, Lucas Palermo, Fernanda Tavares, Mayra Castro, Izabelle Mundim, Juliana Machado

e Biah Percinoto que me ouviram mencionar com frequência a tese e os dilemas da vida, mas também incluo os amigos que construí em outros episódios e articulações da vida.

Aos meus alunos e colegas professores do curso de graduação em Jornalismo e da Escola de Comunicação do Centro Universitário FIAM FAAM.

Pela construção anual do Fazendo e Desfazendo Gênero na ECA-USP: Claudia Lago, Fernanda Castilho e Marcia Veiga da Silva.

Também agradeço os professores que tive contato na Escola de Comunicações e Artes, na Faculdade de Educação e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e os técnicos-administrativos da Universidade de São Paulo, em especial, as secretárias do programa e do serviço de pós-graduação da ECA-USP: Maria Teixeira Sousa, Mirian Zarate Villalba e Karina de Andrade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP pela oportunidade de realização do doutorado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, construção da sociedade brasileira, pelo investimento e incentivo à pesquisa.

Ai que bixa, ai que baixa, ai que bruxa

Isso aqui é bixaria, eu faço necomancia

...

A minha pele preta, é meu manto de coragem

Impulsiona o movimento

Envaidece a viadagem

...

Trechos de duas músicas de Linn da Quebrada [Lina Pereira dos Santos]

Este trabalho foi desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

A presente tese busca promover um diálogo sobre a formação universitária que educandos em Jornalismo recebem nas instituições de ensino superior brasileiras. Preocupa-se com o ensino de Teorias do Jornalismo e a incidência de epistemologias de alteridade, repertório conceitual de múltiplas naturezas (saberes e visões de mundo a partir dos estudos de gênero, do feminismo negro e queer, mas também das contribuições periféricas e latino-americanas) em prol de uma autoria solidária para a leitura e narração da sociedade. Têm-se como ponto de partida a percepção de que subjetividades feministas, queer, negras e periféricas estão a se instaurar, participar e a modificar os testemunhos de mundo constituídos também pelo Jornalismo. Nesta pesquisa, estuda-se 20 cursos de Graduação em Jornalismo, com excelente avaliação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e forte apelo de referência regional e nacional. Dessa forma, busca-se compreender como o ensino do jornalismo, a partir da disciplina Teorias do Jornalismo, na atualidade, acolhe ou não experiências e críticas advindas de grupos politicamente precários, cujas pautas de identidade, diversidade e de desigualdade, movimentam debates sobre desvantagens sociais e acesso a oportunidades e recursos de compensação e justiça social. Espera-se compreender, por meio de uma pesquisa-reportagem, composta de coletas de testemunhos de docentes, de documentos educacionais (projetos pedagógicos e planos de ensino), dados sociodemográficos e materiais jornalísticos como tais experiências podem auxiliar na constituição de uma posição profissional mais crítica, mais autoral e mais sensível para as práticas jornalísticas da atualidade e as que estão por vir no século 21. Alcança-se como avaliação final que esse movimento existe na didática e em algumas teorizações, mas ainda não modificou radicalmente o ensino e as práticas do Jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Ensino de Jornalismo. Epistemologia da alteridade. Teorias do Jornalismo. Universidades brasileiras.

ABSTRACT

This thesis seeks to promote a dialogue about the university education that students in Journalism receive in Brazilian higher education institutions. It is concerned with the teaching of Theories of Journalism and the incidence of epistemologies of alterity, a conceptual repertoire of multiple natures (knowledge and worldviews based on gender studies, black and queer feminism, but also outlying and Latin American contributions) in favor of joint authorship for the reading and narration of society. The starting point is the perception that feminist, queer, black, and outlying subjectivities are establishing, participating, and modifying the testimonies of the world also constituted by Journalism. In this research, 20 Undergraduate Journalism courses are studied, with excellent evaluation in the National Student Performance Exam (ENADE) and strong appeal to regional and national references. In this way, we seek to understand how the teaching of journalism, from the Theories of Journalism discipline, currently, welcomes or not experiences and criticisms from politically precarious groups, whose agendas of identity, diversity, and inequality, move debates about disadvantages and access to opportunities and resources for compensation and social justice. It is hoped to understand, through a research/report, composed of collections of testimonies from scholars, educational documents (pedagogical projects and teaching plans), sociodemographic data, and journalistic materials how such experiences can help in the constitution of a more professional position. critical, more authorial, and more sensitive to current journalistic practices and those to come in the 21st century. It is reached as a final assessment that this movement exists in didactics and some theorizations but has not yet radically modified the teaching and practices of Journalism.

Keywords: Journalism. Teaching Journalism. Epistemology of alterity. Journalism Theories. Brazilian universities.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Competências relacionadas às Teorias do Jornalismo	40
Tabela 2: Cursos de Jornalismo participantes por categoria administrativa, segundo a região do País	43
Tabela 3: IES com Conceito Enade 5 em 2018	44
Tabela 4: Noções e conceitos tratados em Teorias do Jornalismo	51
Tabela 5: Obras referenciais das disciplinas de Teorias do Jornalismo	55
Tabela 6: Obras referenciais por ordem de relevância	62
Tabela 7: TCCs em Jornalismo com pautas humanizadas	146
 Ilustração 1: Participantes da série E eu? – O jornalismo precisa me ouvir	 70
Ilustração 2: Manuscrito Mulher e Utopia de Mulher	87
Ilustração 3: Impulsos simbólicos (matriz) do Jornalismo com perspectiva de Gênero	92
Ilustração 4: Impulsos simbólicos (matriz) do Jornalismo Antirracista	105
Ilustração 5: Impulsos simbólicos (matriz) do Jornalismo Queer	110

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Matrizes de pensamento e das escolas de Jornalismo	
1.1. Correntes do pensamento jornalístico.....	21
1.2. Ensino superior e Escolas de Jornalismo	30
1.3. Mapeamento do Ensino de Teorias do Jornalismo no Brasil.....	38
1.4. Tendências identificadas.....	52
2. Necessidades e demandas por epistemologias complexas	
2.1. Da guinada subjetiva à virada epistemológica	65
2.2. Epistemologias de alteridade no Jornalismo	78
2.2.1. Perspectiva feminista e de gênero para o Jornalismo.....	83
2.2.2. Transgredir com mulheres negras.....	93
2.2.3. Crítica queer para o Jornalismo.....	105
2.2.4. Situação mestiza no ‘Hemisfério Sol’	112
3. Da experiência de ensinar Teorias do Jornalismo	
3.1. No diálogo com docentes de Teorias do Jornalismo	118
3.2. O laboratório epistemológico para o ensino de Jornalismo.....	135
3.3. Ensinar pelo signo da relação e da transformação	145
Encerramento aberto e provisório	157
Referências	160
Apêndice	169
Anexos	175

INTRODUÇÃO

Dou início a presente tese me colocando na posição de quem deseja o acolhimento de experiências da Educação e do Jornalismo, a partir da escuta de educadores, de estudantes de jornalismo, de profissionais do jornalismo e da comunicação para compreender que noções e visões de mundo podem ser adensadas aos saberes necessários ao Jornalismo.

Também estou em busca da escuta de vozes da sociedade brasileira não legitimadas, alijadas, vulneráveis pelos corpos que possuem, pela cor da pele, pela sexualidade que vivem, pelo gênero que experienciam, pelos demais marcadores sociais da diferença que sustentam. Como elas podem contribuir na tarefa de ser jornalista e exercer um Jornalismo comprometido com a sociedade?

Busco me colocar em sintonia com essas vozes e com as experiências disruptivas, emergentes, de resistência humana e cultural, que poderão modificar o ensino de Jornalismo, as teorias e as práticas dessa atuação no século 21. Acredito que tenha conseguido alcançar um caminho, entre muitos possíveis, caminhos mais diretos outros mais indiretos, que cada pesquisa e prática jornalística estimulará.

Porém, antes de começar esse percurso, preciso contar a você, caro leitor/cara leitora, que esta pesquisa foi realizada em um dos tempos mais conturbados da história brasileira. A presente pesquisa de doutorado se deu durante e nos desdobramentos da pandemia de Covid-19. O impacto da disseminação do vírus Sars-CoV-2 foi sentido por toda a sociedade brasileira em 2020, em 2021 e permanece ainda em 2022. O aumento no número de infecções, o crescimento de mortes e internações em UTI prontamente instauraram uma crise sanitária, mas também uma crise econômica e política. Esse cenário evidenciou a fragilidade e precariedade que todo corpo humano está exposto diante de micro-organismos ou mesmo por ameaças de grande porte como as mudanças climáticas, os deslocamentos forçados, as perseguições violentas em massa, as guerras e os conflitos armados.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) ainda em 2019 foi alertada sobre vários casos de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que ainda não tinha sido identificada em humanos. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi classificada como uma pandemia pela OMS, ou seja, a doença possuía naquele instante distribuição geográfica global. A partir daquele momento, passamos a conviver com a ameaça de um vírus que impedia a socialização humana, a proximidade, o estar junto. Protocolos de prevenção e distanciamento social foram paulatinamente incorporados e modificaram o cotidiano de trabalho, estudo, vida familiar, lazer e cultura.

No Brasil, país reconhecido internacionalmente pelas práticas em saúde pública, a negligência política e o negacionismo científico foram responsáveis por altas estatísticas de contágio e de óbitos (cerca de 682 mil mortes no Brasil). Como produto científico, esse texto não pode deixar de prestar uma homenagem as vidas perdidas e de se opor a necropolítica¹ de um governo federal instituído em 2018 com a eleição de um presidente da República abertamente autoritário, que provocou a erosão das instituições democráticas brasileiras, da pesquisa científica e tecnológica e do sistema educacional brasileiro. A condução política do Executivo também nos levou a um cenário de desinformação, ódio, violência e cerceamento das liberdades e direitos de grupos sub-representados e vulneráveis no Brasil e que, por fim, na atualidade, é responsável pela fome e insegurança alimentar de cerca de 33 milhões de brasileiros e brasileiras.

Espero que de alguma forma, junto com outras contribuições advindas das universidades brasileiras, o trabalho acadêmico registrado aqui signifique esperança e renovação para os próximos anos. Faço aqui uma opção semelhante a feita pelo educador e filósofo Paulo Freire, o mais conhecido pensador brasileiro, mas eu a faço na área do Jornalismo: atuar em favor do ser humano oprimido, que constitui grande contingente populacional, no Brasil e na América Latina. É uma clara opção ético-humanística. Se Paulo Freire constituiu uma pedagogia em contato direto com os oprimidos e as oprimidas, a partir de suas falas e jeitos de ler o mundo, o que constitui um novo paradigma em pedagogia, acredito que o mesmo deve ser feito na área acadêmica e profissional do Jornalismo.

Uma pesquisa em Jornalismo, principalmente uma tese, compromete-se a apresentar ao campo um novo conhecimento ou, ao menos, incitar uma boa reflexão. Uma tese aciona os profissionais da área e do conhecimento científico a importância de se ater a um fenômeno, muitas vezes, ainda nebuloso. Nesta tese convida-se a todas e todos a conhecer algumas experiências, de produção de conhecimento a favor da alteridade, de narrativas e de críticas de gênero, mas não só nesse flanco, que já estão presentes no ensino brasileiro de jornalismo, mas que podem se fortalecer.

Dedico-me a tentar interpretar como essas práticas estão a colidir com uma formação tradicional nos cursos de Jornalismo. Pergunto-me **quais saberes e quais potências os sujeitos insurgentes, movidos pela perspectiva feminista, LGBT e queer, negra e periférica, estão a fornecer às Ciências da Comunicação e ao Jornalismo? Os cursos universitários consideram tais contribuições para a formação de jornalistas?**

¹ Noção apresentada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, em diálogo com o domínio do biopoder, de Michel Foucault, sobre as condições de poder exercer o direito de matar, deixar viver ou expor à morte.

Este estudo sustenta a avaliação de que subjetividades feministas, queer, negras e periféricas estão a se instaurar e a modificar os testemunhos de mundo constituídos também pelo Jornalismo. **Acredita-se em uma possível guinada epistemológica com diferentes correntes com potência de subverter os modos como o jornalismo é constituído.** Elas seriam notadas mais intensamente em torno dos trabalhos de reportagem ao longo da formação desses estudantes, em especial, no trabalho de conclusão de curso, mas também inquietam os conhecimentos que buscam compreender a atividade jornalística, as chamadas Teorias do Jornalismo.

Nesta pesquisa, estudamos 20 cursos de Jornalismo, dentro de um cenário de proliferação de cursos universitários. O relatório da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA; MICK, 2022) diz que até 2020 o Brasil possuía 327 cursos de Jornalismo com turmas abertas. Nesse universo, a seleção se deu em virtude do corpo discente e do desempenho deles no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2018. Consideramos o rendimento do ciclo avaliativo de 2018 por ser o último com dados disponíveis, visto que o Ciclo Avaliativo do Enade 2022 será o próximo a contar com dados dos cursos de bacharelados de Comunicação Social (Jornalismo).

O Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), uma política pública constituída de um tripé composto da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Dos cursos de Jornalismo com conceito 5 no Enade 2018, patamar mais alto para mensurar o curso como de referência para o País, 14 contam com disciplinas de Teorias do Jornalismo e neles foi possível dialogar diretamente com nove docentes a respeito do repertório conceitual que atravessa os modos de ser e atuar dos egressos dessas escolas de Jornalismo.

O **objetivo geral** foi efetuar uma leitura epistemológica dos repertórios acionados no ensino de Teorias do Jornalismo e se há uma interlocução com as epistemologias de alteridade (conjunto de saberes e visões de mundo que se apresentam, primeiramente, a partir dos estudos de gênero, feministas e queer, mas também a partir de contribuições negras, periféricas, antirracistas e latino-americanas, como estimulantes e necessárias para construir narrativas e práticas jornalísticas).

Entre os **objetivos específicos** constam: a) mapear as principais contribuições teóricas e quais são os pensadores que são articulados na experiência de teorização do Jornalismo; b) compreender como os professores de Jornalismo têm costurado a prática jornalística com as demandas e reivindicações por ampliação de direitos humanos e cidadania de grupos politicamente

precarizados² (BUTLER, 2018); c) avaliar se é possível constituir teorias do jornalismo com centralidade no critério de alteridade e de autoria solidária.

A professora Cremilda Medina oferece uma pergunta muito significativa para esta pesquisa: “o autor de assinatura coletiva nasce feito? Pode ele se formar no espontaneísmo da vivência?” (2014, p.13). Desde 2009, após a destituição da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo para o exercício profissional, percorre a mentalidade de muitos que o jornalista não precisa de uma preparação formativa, apenas do dom de se comunicar bem. Todavia, a informação jornalística e a comunicação social são um desafio coletivo que precisa ser seriamente encarado. Os profissionais do jornalismo são historicamente responsáveis pela mediação entre Estado e sociedade civil. Entre muitas finalidades a cumprir, atendem ao direito social à informação, isto é, informar e compreender com qualidade os fatos, posturas e acontecimentos pertinentes ao convívio social plural e democrático.

Daí a necessidade de sensibilização, da sutileza da mente complexa e de estratégias de compreensão e de contato humano para o desenvolvimento da plena capacidade de promover a comunicação social. Portanto, é fundamental avaliar o ensino-aprendizagem que os prepara para os desafios do diálogo social (MEDINA, 2014).

O interesse pela temática do ensino de Jornalismo se iniciou logo após a minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2015 e 2017, sobre as narrativas jornalísticas elaboradas sobre a população LGBTQIA+, ao perceber déficits e problemas na relação sujeito-sujeito por parte de jornalistas e veículos tradicionais de mídia ao tratar de um segmento populacional que é afligido por estigmas, representações desumanizantes e que por muitas décadas foram considerados patológicos, seres humanos perigosos, anormais, indivíduos a serem corrigidos pelas forças sociais, como bem menciona o filósofo francês Michel Foucault (1988). Em virtude da pesquisa, compreendeu-se que os esquemas regulares do Jornalismo, que pregam o afastamento objetificante, podem não dar conta de narrar experiências de vida LGBTQIA+, mas que na operação sutil de abertura ao Outro, é possível produzir narrativas de alteridade, respeito e acolhimento com a realidade desses protagonistas sociais. Tais narrativas podem levar a caminhos de compreensão da diferença, ao direito ao reconhecimento, diálogos de solidariedade e a perturbação e transgressão de normas sociais.

² Corpos que, segundo Judith Butler, passaram a tomar sua situação precária como condição política estimulante e que cada vez mais se tornam visíveis ao Estado e aos meios midiáticos quando promovem alianças e assembleias nos espaços públicos, o que inclui o virtual.

Sem perder o rigor científico e o rastreamento de informações conceituais, mas distante das amarras dos tipos textuais acadêmicos convencionais, não deixo de lado outras possibilidades para esta tese. Ela é mistura. É reportagem. É ensaio. Não quer ser manual, mas pode auxiliar em planos de ensino, pode vir a ser livro teórico-didático. Penso que seria esse um bom modo de contribuir com o investimento social aplicado por toda a sociedade paulista e brasileira na formação de mais um doutor pela Universidade de São Paulo.

Como **caminho metodológico**, ou seja, entre as definições de quais procedimentos de pesquisa adotar, optou-se por um estudo teórico-empírico, de natureza qualitativa, associado deliberadamente à metodologia da reportagem, ou seja, ao aprofundamento pela descrição densa aberta à polifonia e polissemia acrescida de uma leitura interpretativa. O pesquisador colombiano Raul Osório Vargas (2018) lembra que o verbo reportar significa recolocar, reconstituir, constituir-se na arte da interpretação e da compreensão. Reportar implica o desafio de conhecer, descobrir e relatar. É uma metodologia que revive acontecimentos e experiências.

Assim como na reportagem jornalística, uma pesquisa que reporta necessita de dados interpretativos, depende de arquivos de compreensão de um fenômeno, neste caso, o presente estudo foi elaborado a partir da entrevista com pessoas, sujeitos da investigação científica que, a sua maneira, captam e dão sentido a experiência de formar jornalistas nas instituições de ensino superior, bem como por meio de documentos acadêmicos relacionados ao ensino e aos cursos de Jornalismo no Brasil.

As conversas com os professores de Jornalismo dão conta de uma dimensão que não está nos documentos que regulam as práticas de ensino-aprendizagem, como os currículos e planos de ensino. O diálogo permitiu conhecer o cotidiano da docência, bem como os valores emergentes para a constituição de jornalistas críticos e atentos às demandas sociais por informação de qualidade.

A pesquisa de doutorado foi realizada a partir de duas fases. A primeira contemplou o levantamento de documentos relacionados aos cursos de Jornalismo no País, com a consulta de dados e registros dos indicadores de qualidade da educação superior e dos projetos pedagógicos que abordam a oferta, a estrutura curricular e o perfil do egresso. Também foi significativo ao estudo materiais jornalísticos que documentam o debate social em torno da diversidade cultural (de gênero, raça, sexualidade, origem). Já a segunda fase contemplou as entrevistas e coleta de testemunhos dos professores de Teorias do Jornalismo. As entrevistas ocorreram nos moldes do diálogo possível (MEDINA, 1986), isto, é pela entrevista não autoritária, de comunicação recíproca, capaz de

transformar e ampliar sentidos de ambas as partes envolvidas. Com todos os sujeitos da pesquisa, abordou-se as estratégias de ensino-aprendizagem do Jornalismo frente às epistemologias feministas, queer, negras e periféricas.

Esperava-se, antes dos impasses da pandemia, a partir de uma abordagem orientada pela reportagem³, acompanhar o cotidiano dos cursos de Jornalismo da capital paulista, principalmente, algumas atividades de produção de narrativas jornalísticas, comumente chamadas de atividades laboratoriais. Todavia, o cenário de distanciamento social e de aulas remotas provocado pela Covid-19 modificou essa intenção da pesquisa.

Destarte, o texto foi construído em torno de três capítulos. Em *Matrizes do pensamento e das escolas de Jornalismo* acompanha-se a história da pesquisa em Jornalismo no Brasil, a partir das raízes europeias e norte-americanas até a reflexão latino-americana. Destacam-se algumas sistematizações elaboradas por pesquisadores sobre a constituição de uma ciência jornalística. Por fim, o capítulo conta ainda com um mapeamento sobre o ensino de Teorias do Jornalismo nas universidades brasileiras, com a apresentação do conteúdo referencial mais comum e os principais autores e autoras que refletem o pensamento jornalístico nacional e internacional.

Em *Necessidades e demandas por epistemologias complexas* caminha-se pelo debate epistemológico sobre a crítica à objetividade positivista a partir de noções como autoria, subjetividade e alteridade na narrativa jornalística. Verifica-se falhas graves na mediação jornalística ao desumanizar e não escutar grupos e atores oprimidos, parcelas colocadas em posição de inferioridade e prejuízo social. Põe-se em discussão a pedagogia do trabalho do jornalista a partir de reflexões teóricas e saberes que envolvem a diversidade, a diferença e a aproximação virtuosa com a perspectiva do Outro – o olhar feminista e de gênero, as considerações das mulheres negras, a postura política queer e os estudos periféricos/locais/latino-americanos que liberam a produção do conhecimento da exclusividade intelectual eurocêntrica/masculina. De modo abrangente menciona-se diversas formas de crítica teórica e práticas que podem significar uma matriz renovadora ao Jornalismo, seja no encontro dos meios com o público ou dos jornalistas com as fontes.

Já o capítulo *Da experiência de ensinar Teorias do Jornalismo* conjuga as vozes dos professores de Teorias do Jornalismo com a experiência que tenho como docente em uma instituição de ensino de São Paulo. Considera-se como prática didática possível ao Jornalismo o laboratório epistemológico, isto é, uma oficina de linguagem narrativa solidária. Uma prática que precede o diagnóstico teórico

³ Isto é, uma abordagem empírica, de aproximação presencial. Neste caso, seria necessário debater o trabalho de campo jornalístico e o etnográfico, as aproximações e diferenças entre as técnicas de pesquisa.

e que evita o treinamento da escrita a partir de uma forma pronta. Estimula-se toda forma de narrativa que promova o diálogo e reconhecimento do Outro, bem como a constituição de nexos coletivos, históricos e culturais.

Antes de iniciar um estudo que trata da formação de jornalistas, não posso me furtar a caracterizar parte da minha formação como jornalista e hoje professor e pesquisador em Jornalismo. Isso se deve muito ao vínculo intelectual e afetivo que constitui com a professora Cremilda de Celeste de Araújo Medina, professora titular sênior da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e influente pesquisadora nas áreas de comunicação, jornalismo e literatura.

O modo de conceber o jornalismo de Cremilda Medina – ou seja, a prática de se voltar aos protagonistas sociais (polifonia) e produzir uma mediação-autoral ao enfrentar a complexidade conflitiva dos diferentes (polissemia) – chegou até mim antes mesmo de um contato físico/presencial. Como jovem estudante fui encantado pelas considerações e diagnósticos de seus livros. Tive ainda a oportunidade de estreitar uma relação indireta com Cremilda Medina por meio da geração de professores-jornalistas amadurecidos pela interação com ela na produção de pesquisas de pós-graduação na USP. Eles foram meus professores no curso de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie: Cicélia Pincer, Carlos Sandano, Edson Capoano e Renato Essenfelder, doutores formados no período de 2010 a 2014.

Fui praticamente um “neto” das reflexões e ensinamentos dela antes mesmo de ser abraçado pela própria como orientando, após a qualificação do mestrado, em 2016. Nosso encontro se deu na pós-graduação da USP, mas efetivamente já conhecia a importância daquela mulher, uma senhora que após cinco décadas continuava a se empenhar e conviver na Universidade. Não é novidade o quanto Cremilda constrói uma pedagogia afetiva e tal percepção é registrada em livros e depoimentos daqueles que por ela passaram, mas é ainda mais perceptível após o laboratório desenvolvido por ela junto à pós-graduação ao acolher e acompanhar com proximidade pesquisadores de tão diversas áreas e temáticas.

O diálogo com Medina é intrigante, é acolhedor, é desafiador. É uma convivência aberta, disposta a compreensão de um com outro. Como toda relação humana é feita de contradições, de suspeitas, mas é acima de tudo, um voo pela autoria, pelo estímulo à autonomia, pela ambição de renovar, de criar, de desafiar as injustiças do mundo. De pronto, Cremilda Medina abraçou minha preocupação científica com os modos como jornalistas elaboravam narrativas sobre a população LGBTQIA+, temática pouco reconhecida entre pesquisadores da área. Posso dizer que nessa empreitada, ambos saímos transformados, ela com o reconhecimento das injustiças e das vulnerabilidades de mais um

grupo humano e eu com a instigante provocação de interpretar os fenômenos com complexidade e à luz das incertezas.

Hoje, na conclusão do doutorado, a pesquisa com Cremilda Medina se fortalece, assim como a admiração, e me junto a ela (e aos demais professores egressos do grupo) na resistência do que pode ser o ensino de jornalismo brasileiro no século 21.

1.

Matrizes de pensamento e das escolas de Jornalismo

1.1. Correntes do pensamento jornalístico

Com 50 anos de pesquisa jornalística brasileira no âmbito das universidades, contabilizados a partir da primeira dissertação⁴ voltada ao estudo do jornalismo dentro de um programa de pós-graduação em comunicação no Brasil, os cursos de jornalismo na atualidade possuem uma abertura teórica com múltiplos quadros contextuais e reflexivos nunca vistos, o que demonstra o empenho e ágil avanço de intelectuais e estudiosos do Jornalismo.

Para qualquer professor/a e ainda mais para jovens aspirantes à carreira jornalística, já é possível percorrer diferentes caminhos, com originalidade e criatividade, sobre a construção teórica do Jornalismo, identificando ideias majoritárias, jornalistas-pensadores fundamentais, matrizes e contribuições internacionais, nacionais e locais.

Na última década, destaca-se, dentro dos currículos nacionais, a disciplina Teorias do Jornalismo como sendo a etapa didático-pedagógica de mergulho sobre as visões e ideias que marcam esse campo do conhecimento e essa atividade social. Obras como *Teoria do Jornalismo*, de Felipe Pena (Contexto, 2005), *Teorias do Jornalismo*, duplo volume de Nelson Traquina (1948-2019) (Insular, 2004), *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras* (Paulus, 2006), de José Marques de Melo (1943-2018) e *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa* (Sulina, 2006), duplo volume de Beatriz Marocco e Christa Berger; comumente aparecem nas referências e recomendações bibliográficas dessa disciplina e em outras etapas dos cursos, o que marca os paradigmas e as atualidades no passado da teoria jornalística.

Dou início aqui a um passeio, sem nenhum compromisso de esgotamento, por revisões e sistematizações feitas anteriormente da fundamentação teórica disponível, dentro de um campo que quer ser visto como específico do conhecimento humano, com o objetivo de atravessar a experiência dos estudos em jornalismo, mas principalmente as noções convencionalmente estudadas nas escolas de jornalismo.

⁴ Na ECA-USP, Cremilda Medina defendeu a primeira dissertação de mestrado em Comunicação da América Latina.

Começo pela metáfora do professor José Marques de Melo (2007) que apresentou a ideia de que o jornalismo é uma espécie de fenômeno universal, uma árvore frondosa e frutífera, cujas raízes são eurocêntricas e as ramificações estão em todo o mundo, com frutos dotados de sabores regionais. No caso brasileiro, há um *jeitinho* de fazer e pensar o Jornalismo. O autor exalta a capacidade antropofágica dos pensadores locais de deglutir os modelos e paradigmas importados, transformando-os em produções úteis e válidas à nossa realidade.

Tal construção é presente na obra pioneira de Cremilda Medina, *Notícia, um produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial* (1978), resultado do curso de mestrado da autora, a primeira a concluir a pós-graduação em comunicação recém inaugurada na Universidade de São Paulo, em 1972, a primeira do tipo no Brasil e na América Latina. A mensagem jornalística foi alvo de estudo da pesquisa intitulada *A estrutura da mensagem jornalística* que traz uma intensa revisão da literatura norte-americana e europeia sobre a construção simbólica da realidade feita por jornalistas. Nota-se na obra o esforço de percorrer as correntes teóricas do jornalismo mais presentes na década de 1960, para isso recorre-se a bibliografia sobre o assunto, a partir da comunicação social nas sociedades urbanas industriais.

O livro, fruto da dissertação, recebeu grande acolhida nos cursos de jornalismo, assim como livros (edições) posteriores. Foi essencial para reflexões e tensionamentos de pesquisas que se seguiram. Na primeira parte da obra, há uma síntese da teorização sobre a mensagem jornalística. Medina (1978) inicia sua avaliação com o apontamento de que a teorização sobre a informação jornalística tem ocorrido em perseguição à prática. A primeira corrente teórica do campo jornalístico se liga ao estágio de construção do jornalismo junto à ascensão da burguesia e urbanização, na defesa e preocupação com a liberdade de informação.

O jornalismo romântico erguido a partir da revolução francesa e do espírito iluminista é aquele dos sujeitos com liberdade de divergir entre si e que empregam a racionalidade para alcançar a verdade, ou seja, da livre concorrência de opiniões, principalmente aquelas de cunho político, que emancipam da tradição e da autoridade, questões importantes após as revoluções burguesas. No aumento da racionalidade sobre o mundo vivido, auxiliada pelas facilidades de alta produção da evolução industrial e da urbanização, o acesso livre à informação, além de direito democrático passará a ser alvo do debate sobre a responsabilidade social, de garantias e proteção dos consumidores da informação. Medina (1978) informa que, nesse contexto, o jornalismo e a atividade de imprensa serão gramaticalizadas em códigos de ética e manuais profissionais, com objetivos definidos e discursos que resguardam a legitimidade da prática profissional: aquela que

produz informação com veracidade, imparcialidade, sinceridade, decência e respeito ao interesse coletivo.

A autora procede com o diagnóstico sobre as correntes de pensamento que moldavam o cenário jornalístico até os anos 1960 com o estágio moderno de formação da grande indústria de comunicação, com conglomerados midiáticos e a profissionalização daqueles que processam o produto jornalístico. Torna-se muito natural o fomento à aprendizagem disciplinar do ofício por meio do papel das universidades e a introdução dos cursos de Jornalismo. Para a preparação dos novos profissionais, explora-se em livros o método de trabalho do jornalista – da captação das informações à elaboração das notícias pelas técnicas de redação.

A fundamentação teórica irá salientar o compromisso com a objetividade do acontecimento. “Como o repórter está sujeito a uma observação perceptiva pouco objetiva, a única solução é pregar certos cuidados técnicos” (MEDINA, 1978, p. 20). Diante dessa percepção, fica aparente o problema da seleção dos fatos noticiáveis. Teóricos passam a se preocupar com a estrutura institucional e com o gosto do público, elementos que interferem na construção dos conteúdos informativos até a atualidade, como percepção afetiva, importância das consequências, raridade do acontecimento, notoriedade das pessoas envolvidas, interesse humano, utilidade imediata e proximidade. Bagagem que se desenvolve nas correntes funcionalistas da comunicação.

No âmbito acadêmico, a pesquisa em jornalismo também se alimentará das intersecções com as demais áreas do conhecimento: sociologia, filosofia, ciência política, antropologia, linguística. Entre as visões mais profundas, Cremilda Medina chamará atenção para as contribuições de Robert Park, sobre a natureza da notícia como forma de conhecer a realidade imediata e como ela se configura em fato histórico; de Walter Lippmann, sobre a relação do público com as notícias, isto é, as notícias como oceanos de verdades possíveis, mas que contribuem para a percepção coletiva sobre algo – percepção que será nomeada de opinião pública; e de Otto Groth, que parte de características intrínsecas ao fenômeno – periodicidade, universalidade, atualidade e difusão – para situar teoricamente o jornalismo como ciência autônoma para além das observações das ciências sociais.

Soma-se, nas observações da autora, as influências e reflexões das teorias da comunicação a partir da *mass communication research*, nos EUA, e teoria crítica à indústria midiática dos pensadores da Escola de Frankfurt (estudos da sociologia da comunicação de massa), na Europa. Na primeira, as mensagens jornalísticas, como difusão de ideias, têm efeitos imediatos na audiência que podem ser mensurados por pesquisas de opinião. Para a segunda, interessa tratar das mensagens jornalísticas como produtos adaptados ao consumo para reiterar, firmar e reforçar mentalidades, com atrofia estética e prejuízos às artes e à identidade do indivíduo que passa a integrar uma massa (mais

primitiva, mais ignorante, menos sensíveis ao lastro cultural), ou seja, é vista com pessimismo em virtude dos avanços do capitalismo.

Todavia, nota-se que em ambas o jornalismo e os meios de comunicação coletiva são parte de sociedades plenamente industrializadas, cujas mensagens de informação, entretenimento e arte são rentáveis, produtos de indústrias culturais. Isso despertará a indagação de Cremilda Medina: se a atividade jornalística está identificada com a sociedade urbana e pós-industrial, no caso brasileiro, como nos demais países latino-americanos, a nossa realidade está longe de ser pós-industrializada como nos centros mundiais desenvolvidos. Como enquadrar essas teorias nas ilhas de promoção da comunicação em que estamos, ao mesmo tempo que enfrentamos a incomunicabilidade e a marginalidade da comunicação coletiva ainda experienciada por muitos?

Por fim, a autora buscará uma terceira via mais contributiva à realidade brasileira. Ela encontrará um caminho rico nas escolas de estudos em jornalismo latino-americanas e nos escritos do teórico francês Edgar Morin e no autor belga Jean Lohisse, que incorporam nos problemas da comunicação dinâmicas complexas a partir de comunidades marginalizadas em sociedades em desenvolvimento, da enorme densidade humana, das relações fragmentárias e funcionais dos indivíduos, ou seja, a interpretação de que as mensagens jornalísticas levam à interação social criadora, a criação de sentidos vastos e alargados a partir do pessoal e do coletivo.

Ao tratar do pensamento jornalístico à brasileira, já em outra fase, José Marques de Melo (2007) afirma que os pensadores brasileiros mantêm coerência, preservando a continuidade, sem fugir aos impasses. Ou seja, observam à atividade jornalística a partir da realidade nacional, mostram uma relação com os modelos paradigmáticos existentes, sem necessariamente aderir a eles, podem incorporar ou se distanciar dessas ideias, mas com certeza não a ignoram.

Como resultado de uma pesquisa sobre o pensamento jornalístico brasileiro, Marques de Melo (2007) classifica as dissertações e teses defendidas em universidades – produtos intelectuais que no formato de livro irão preencher majoritariamente os referenciais dos cursos de jornalismo – como parte de uma *atitude polemizadora*. Para ele, são representativos desse momento histórico o trabalho de Cremilda Medina (1978), que acabamos de revisitar, e a dissertação de mestrado de Adelmo Genro Filho (1987): *O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)*.

Se o livro de Medina representa um dos marcos do conhecimento jornalístico dentro das universidades, Marques de Melo irá alertar que há reflexões jornalísticas que precedem a esse marco. Aquelas que inicialmente vão nutrir o modo brasileiro de fazer jornalismo, a partir da colonização portuguesa, com os primeiros escritores de jornal dentro do Primeiro Império até o

início da República. Em seguida, com o jornal-empresa, junto com o processo de modernização econômica (na substituição da força de trabalho braçal escravizada) e democratização do poder (no regime republicano), em que políticos também jornalistas vão pensar a identidade do ofício jornalístico, que se profissionaliza, e seu papel fundamental junto às instituições de poder.

Marques de Melo aponta o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho como autor do marco zero da pesquisa jornalística brasileira, com o clássico *O problema da imprensa* (1923)⁵. Sem se esquivar das contribuições de Rui Barbosa, Carlos Rizzini, Carlos Lacerda até o pensamento filosófico de Luiz Beltrão. Literaturas da área que se preocupavam em testemunhar quem são os agentes do Jornalismo, qual seu valor social e como operam, uma corrente que propicia uma sedimentação de conhecimentos fundamentais ao posterior exercício intelectual na academia.

Porém, é frente ao panorama transformado pelo golpe militar de 1964, de conjuntura autoritária, que uma vanguarda produzirá uma reflexão densa e oportuna, mais aproximada da universidade, após as corajosas experiências jornalísticas que se rebelaram contra a coação e a censura. É dessa etapa o trabalho de *scholars* como José Marques de Melo, Cremilda Medina, Ciro Marcondes Filho, Nilson Lage e Adelmo Genro Filho, por exemplo.

Adelmo Genro constrói uma proposta autoral com a teoria marxista do Jornalismo. Todavia, retomando os trabalhos de Medina e Genro Filho há uma cisão marcante e pouco aparente entre as obras dos dois. A contribuição dele, apesar de posterior, é a que receberá o emblema de a primeira defesa sistemática de uma Teoria do Jornalismo ao explicitar o jornalismo como uma forma singular, específica, de conhecimento da realidade, capaz de significar, contextualizar, apresentar contradições e apontar possíveis saídas de mudança/transformação, mesmo que o trabalho dela tenha ocorrido anteriormente.

O professor Felipe Simão Pontes (2016) menciona que é comum, no caso da obra de Adelmo, confundir o que o autor expressa com aquilo que foi feito da obra pelos interlocutores. Outra questão comum é tornar *O Segredo da Pirâmide* maior do que seus objetivos. A obra propõe que o jornalismo tem a necessidade de uma teoria específica que responda à prática, com a defesa de uma formação capacitada para tal, o que é uma crítica aos que veem o jornalismo apenas pelo viés prático; além disso defende que o jornalismo é uma forma de conhecer o mundo a partir daquilo que é singular, o que se opõe a visão da época dos que criticavam o jornalismo por ser uma forma de manipulação e controle.

O livro converte-se em uma espécie de manual teórico para um conjunto de pesquisadores brasileiros, em especial os vinculados ao curso de Jornalismo da

⁵ SOBRINHO, Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. EdUSP, 1997.

Universidade Federal de Santa Catarina. Por outro lado, é pouco explorado nos cursos de Jornalismo e nas pós-graduações do eixo Rio-São Paulo [...] (PONTES, 2016, p. 156).

Por outro lado, Medina não trabalhará com a concepção da mensagem jornalística como modalidade de consumo da cultura e das ideias, mas como produção simbólica⁶ que é produzida no conflito e no choque de forças ideológicas do próprio repórter, da equipe de trabalho, do jornal-empresa e dos grupos de interesse da sociedade. Pioneiramente, ela também demarcará que o jornalismo não pode se reduzir ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento dos meios de comunicação coletiva.

Genro Filho minimizará o trabalho de Medina ao dizer que a autora é pouco crítica ao capitalismo e irá aproximá-la daqueles que defendem a teoria e a formação especializada, mas que mantém a teorização apenas no nível da descrição do fazer jornalístico. Ele aponta que a autora reconhece o jornalismo como bem de uma indústria criativa e de comunicação fruto da modernidade e da sociedade industrial, mas apenas como processo de desenvolvimento, produto de uma nova dinâmica social. O autor chega a dizer que a análise e discussão atende um modelo funcionalista. Ocorre que Medina percorre a contribuição europeia (Escola de Frankfurt) ao mesmo tempo em que vê o que diz a corrente de pesquisa norte-americana. Encontra elementos para situar a mensagem jornalística de forma ampla, numa posição sociodinâmica, ou seja, como parte da vida social, da política, da experiência do cotidiano e até mesmo como criação artística/literária.

Ao problematizar a suposta manipulação de consciências atribuída à mídia, ela [Cremilda Medina] desloca a reflexão para o fazer jornalístico, para a prática profissional, revelando que não existe “mão invisível” a reger o que se produz nas salas de redação. Existe, isso sim, uma complexa interação de forças que torna a edição do dia seguinte uma teia de possibilidades, nunca um pacote de certezas. Ao assentar que a notícia é um produto à venda, deixa claro tratar-se de um produto que sobrevive da inovação, da renovação e da reinvenção. (MEDINA, S.; 2019, p. 162-163, interpolação nossa)

Apesar das disputas regionais, no contexto brasileiro, com essa vanguarda e seus discípulos é que os estudos em jornalismo ganham cada vez mais volume e densidade até alcançar o patamar atual. Marques de Melo (2007) mapeia as correntes de estudo em jornalismo em duas matrizes de vigor analítico e vigilância crítica, mesmo com a crise de identidade vivenciada pela profissão: 1) uma *problematizadora*, isto é, focada na busca de soluções capazes de renovar o jornalismo e 2) uma *institucionalizadora*, mais atenta e atuante para a legitimação acadêmica da área.

A dimensão de institucionalização do campo rendeu avanços e benefícios contra o desprestígio que o jornalismo lida como tema de conhecimento, a partir da fundação de sociedades/associações, de

⁶ Para o grupo Epistemologia do Diálogo Social, tal noção passou a ser corrente, mas não é uma teorização comum.

redes de pesquisa e de periódicos científicos voltados à especificidade do jornalismo. Essa atitude marca ainda a política educacional do campo: nas regulamentações e expectativas sobre as escolas de jornalismo, destaca-se os efeitos nas mais recentes Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) para os cursos de Jornalismo, com clara orientação de formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, movimento que enfrenta a redução da área à subespaço da comunicação social.

De certo modo, essa dimensão implica na interrogante: o que cabe no ensino de jornalismo? O que é alvo de atenção nas teorias do jornalismo? Quais competências são esperadas? Qual é a fundamentação necessária para capacitar/instruir os jornalistas para exercer sua função social e profissional?

Após o exercício epistemológico dos anos 1970, Cremilda Medina dá atenção a essas preocupações em um texto menos conhecido, de 1993, apresentado à prova de erudição do concurso para professora titular de Jornalismo na Escola de Comunicações e Artes.

Como parte de um projeto integrado, a professora revisou 50 anos de bibliografia brasileira em jornalismo para examinar a consciência de ciência jornalística que se desenvolveu até então. Destaque-se como resultado de pesquisa o apontamento de que as obras brasileiras que expressam a construção teórica do jornalismo são cheias de dilemas, de grandes interrogantes e não de soluções simplistas que orientam como deveria ser o circuito da informação na sociedade. Na produção teórica sobre o jornalismo, a autora identifica:

- a) A **vertente técnico-jurídica**: recursos bibliográficos clássicos sobre o direito à informação (liberdade de expressão), o compromisso ético e jurídico da informação jornalística;
- b) A **vertente histórica e das relações com o poder**: a trajetória das empresas jornalísticas e dos heróis da profissão, do testemunho confessional da própria experiência e do avançar da imprensa burguesa no país, com contornos sobre conflitos com as forças políticas e cerceamentos históricos da censura explícita;
- c) A **vertente da gramática-estilística jornalística**: os manuais da prática jornalística e livros que pregam a atuação pela busca imparcial da verdade (teoria da objetividade) e explicitam técnicas de redação e de escrita jornalística (estrutura da notícia e produção de reportagem);
- d) A **vertente de metodologia de pesquisa**, perspectiva funcionalista e sociológica crítica: conjunto de obras com recomendações para o aperfeiçoamento da pesquisa fruto da

implementação do sistema de pós-graduação. Entrelaça-se ainda contribuições que expõem a corrente funcionalista norte-americana e a sociologia crítica europeia, bem como o conflito estabelecido entre ambas;

e) A **vertente da linguagem, cultura e psicanálise**: fruto dos estudos da semiologia europeia, assenta na obra de Ferdinand de Saussure, e da semiótica norte-americana, cujo expoente é Charles Sanders Peirce. Conteúdos preocupados com a produção simbólica a partir do paradigma estruturalista - da lógica do signo, do significante e do significado. É alimentada ainda por estudos antropológicos e teorias culturais, com ressonância a partir de Néstor Canclini, Jesús Martín-Barbero e Stuart Hall;

f) A **vertente da epistemologia da complexidade**: família bibliográfica que acompanha a crise da racionalidade, do conhecimento e da ciência, com forte inspiração no diálogo entre a ciência e as demais formas de saber. Ecoa princípios dados por Edgar Morin. Avança ainda para o estudo da narrativa jornalística, a grande reportagem, o inventário da interpretação, do mítico e do imaginário, incorporando ao Jornalismo contribuições mais ensaísticas, experimentais e complexas.

Apesar de ser outra proposta de estudo, portanto não comparável a anterior, o trabalho do estudioso de Portugal Nelson Traquina (2005) visualiza as teorias do jornalismo como uma resposta para a pergunta **porque as notícias são como são** e que há um conjunto de princípios e proposições que plausivelmente atendem a essa preocupação. O jornalista é aquele que fornece relatos dos acontecimentos avaliados como significativos e interessantes para uma coletividade. Segundo o investigador, o jornalismo não é ficção, os acontecimentos e personagens das notícias não podem ser criações dos jornalistas. Para ele, o jornalismo pode ser explicado como a atitude que responde às perguntas – o que aconteceu? | o que está acontecendo? – Traquina (2005) expõe que para compreender as notícias é necessário conhecer a cultura profissional da comunidade jornalística. Dessa maneira, ele reúne diversas teorias⁷ que foram elaboradas ao longo do século 20 para explicar as características e natureza das notícias. A primeira interpretação dada às notícias e ao jornalismo é que ambos seriam um reflexo/espelho direto da realidade, uma explicação pobre e insuficiente, constituída na crença de que os jornalistas são imparciais porque seu trabalho se constitui em relatar os fatos, numa “reprodução” do acontecimento. Contudo, percebeu-se, com estudos, que sequências de decisões no processo de produção da informação, de seleções e de

⁷ O professor Nelson Traquina (1948-2019) sistematiza as teorias do jornalismo em: teoria do espelho; teoria da ação pessoal ou do *gatekeeper*; teoria organizacional; teoria da ação política; teoria construcionista; teoria estruturalista; teoria interacionista.

forças de interesse, dão constituição às notícias. O referente ainda é a realidade, mas há uma ação pessoal que seleciona e justifica algumas notícias relevantes para a publicação e outras não.

A notícia é ainda proveniente do contexto de produção – da organização jornalística para a qual se trabalha –, conformada pelas normas e pela política editorial. Ou ainda, como resultado possível das disputas, demandas e expectativas depositadas no material jornalístico por parte do público, por agentes e grupos de pressão e de influência social, econômica e política. Sublinha-se, assim, as notícias, as mensagens jornalísticas, como construção simbólica, mais do que fatos selecionados e destacados pela capacidade de “pôr em público”, mesmo que muitos profissionais resistam a esse paradigma. Portanto, pode-se conhecer as teorias do jornalismo a partir de estudos sobre as rotinas de produção da informação, pelo reconhecimento da autonomia parcial dos jornalistas frente ao tempo e ao espaço e pela importância da dimensão organizacional e da comunidade profissional.

Em outra sistematização, a do pesquisador Felipe Pena (2006), veremos as teorias do jornalismo como uma teoria unificada, com abordagem histórica, ética e epistemológica, que incorpora outros saberes pertinentes e o diálogo com teorias análogas. Isso aplicado em três caminhos voltados ao ensino: 1. conceitos e histórias; 2. modelos/teorias de análise e 3. tendências e alternativas.

A proposta de Pena (2006) advém de uma preocupação pedagógica e da comparação com as pesquisas e estudos em Jornalismo na Europa, Estados Unidos e Brasil. A partir dos norte-americanos, pela interpretação de Barbie Zelizer, Pena conclui que o ensino jornalístico lida com a dificuldade de aproximar jornalistas acadêmicos de jornalistas de mercado. Já dos europeus, ele colhe a ideia de que as Teorias do Jornalismo são muito mais do que conceitos como *gatekeeper* e *newsmaking*. Deve-se oferecer uma reflexão crítica sobre o jornalismo: da produção das notícias aos seus efeitos:

Precisamos entender nossos problemas, buscar caminhos, encontrar soluções. Precisamos saber os motivos da crescente desconfiança do público. Precisamos enxergar nossos preconceitos e estereótipos. Precisamos reconhecer nossas próprias limitações como profissionais de imprensa, não só incentivando a pesquisa científica, mas participando dela. Ao defender uma teoria unificada como um campo de conhecimento específico, o objetivo é exatamente refutar a ideia de que os procedimentos jornalísticos constituem um saber autônomo e auto-suficiente. (PENA, 2006, p. 51)

É desse modo que ele chega a enfatizar que cabem nas teorias do jornalismo, por exemplo, as próprias questões ligadas à narrativa e narração da notícia, os aspectos do discurso jornalístico e o estudo das diferentes funções e responsabilidades do profissional de imprensa e mídia.

É pertinente lembrar das considerações do professor Elias Machado (2004), para quem passados mais de 300 anos da primeira tese em Jornalismo, a de Tobias Peucer, em 1690, na Alemanha, o

jornalismo no espaço acadêmico é cada vez mais marcado por grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação, periódicos especializados e associações científicas. Os estudos em jornalismo são um inventário com muitos autores, tipos de pesquisa, práticas e produtos examinados, muitas vezes com contribuições de outras disciplinas. O que, para o autor, é distinto das teorias do jornalismo, que implica a busca por teorias substantivas a serem ensinadas nos cursos de graduação em Jornalismo, responsáveis pela experimentação e pelo verdadeiro salto qualitativo que esperamos ver na prática profissional.

1.2. Ensino superior e Escolas de Jornalismo

No Brasil, a institucionalização do ensino de jornalismo no meio universitário se dá a partir da década de 1940. O professor José Marques de Melo (2004) aponta, em recuperações sobre os primórdios do ensino de jornalismo, que as faculdades de Direito eram o celeiro principal em que emergentes empresas jornalísticas colhiam, até então, jovens intelectuais para o exercício da comunicação social. No entanto, já eram presentes profissionais identificados com a rua, os “catadores de notícias”, cujo trabalho ganhava forma pela escrita dos bacharéis-redatores. É por meio dessa contradição, daquele que colhe a notícia para aquele que dava forma socialmente aceitável para a mensagem jornalística, que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) identificará a necessidade de oferecer oportunidades de crescimento intelectual aos repórteres.

De saída, as universidades seriam o espaço para treinar jornalistas para atender às demandas da sociedade, bem como para enriquecimento humanístico desses profissionais, aqui se marca muito da interação e encantamento que os jornalistas terão com os pensamentos das ciências sociais. Todavia, logo as universidades passaram a ser também um espaço de pesquisa sobre comunicação e produção das notícias em uma sociedade em processo de industrialização.

Em *El Rol del Periodista* (1980), livro que no Brasil foi traduzido como *Profissão jornalista: responsabilidade social* (1982), Cremilda Medina informa que a luta pela profissionalização do jornalista não se diferencia daquela do médico e do físico. É marcada pela necessidade de reprodução de uma mão de obra com eficácia, demanda própria do capitalismo industrial, e pelo planejamento social dos países que pretendiam alcançar autonomia econômica, política e cultural. Na América Latina, a formação do jornalista e a busca pelo status de profissão é acompanhada por uma batalha pela regulamentação nas legislações latino-americanas. Ela acrescenta ainda que são os norte-americanos que irão, na primeira metade do século 20, levar até as últimas consequências a profissionalização por meio das universidades, seguido pelos ingleses, franceses, alemães e italianos.

No Brasil, apesar de demandas relacionadas com a formação dos jornalistas aparecerem em 1908, Melo (2007) aponta que o ensino de jornalismo é implantado tardiamente no sistema universitário, apenas em 1947, em São Paulo, por meio da Fundação Cásper Líbero, e em 1948, na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), no Rio de Janeiro, depois de acionamentos de empresas e sindicatos junto ao governo da época.

Pouco a pouco, o Brasil desenvolverá uma matriz didático-científica autônoma, um modelo mestiço a partir do que foi desenvolvido e aplicado anteriormente por escolas de jornalismo na América do Norte com a soma das variáveis que demonstraram eficácia nas escolas de jornalismo da Europa.

Cremilda Medina (1982) registra que o ideal de competência profissional e de legitimidade social para o jornalismo exigia o vínculo com as universidades como centro-matriz de formação: saber, saber fazer e saber ser. Na América Latina, a luta pela profissionalização do jornalista teve forte estímulo da Unesco, que refletia sobre o bem-estar dos povos a partir do grau de informação dos cidadãos, pelo direito social de informar e de ser bem informado. A partir daí, no chamado 'Terceiro Mundo', ergueram-se centros de aperfeiçoamento de grupos de jornalistas, professores e pesquisadores, como o Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina - CIESPAL. Isso também rendeu um traço cultural para os cursos brasileiros de jornalismo, moldados por uma geração que estimulava a renovação dos meios de comunicação, confrontou a censura e cerceamentos da liberdade, atuava em prol de melhores condições de trabalho e por um jornalismo mais maduro.

Apesar de uma alocação inicial nas faculdades de filosofia, a construção da via brasileira para estudar jornalismo se dará rapidamente dentro de escolas próprias, de comunicação, com o convívio com áreas afins: publicidade, relações públicas, rádio e TV, cinema, editoração, educomunicação. Articula-se na formação conteúdos que fundamentam processos humanísticos, comportamentais, gerenciais e tecnológicos da comunicação com o encontro com as disciplinas que esboçam compreensões sobre os fenômenos da comunicação, da sociologia da comunicação aos estudos culturais. Porém, o espaço privilegiado do ensino-aprendizagem será desde o princípio os laboratórios de aplicação das técnicas jornalísticas e de simulação da produção dos produtos midiáticos.

De qualquer maneira, o ensino de jornalismo alcançou expansão em todo o território nacional. Estima-se a existência de cerca de 345⁸ bacharelados em funcionamento na atualidade. Segundo Melo (2007), a regulamentação profissional de 1969 facilitou tal expansão, visto que tornou obrigatório o diploma de jornalista para ingresso na carreira. Acrescentamos a esse argumento as expansões do sistema superior das últimas décadas, que ampliou o número de universidades públicas pelo País, passou a atender outras localidades para além eixo Sul-Sudeste e que privilegiou o acesso de camadas populares ao ensino superior, tanto no sistema público quanto nas instituições de ensino privadas.

Nesses 70 anos de ensino universitário de jornalismo, acumularam-se competências pedagógicas advindas das pesquisas e investigações em âmbito de pós-graduação. José Marques de Melo (2007) argumenta que o modo brasileiro de conceber a formação dos jornalistas privilegiou o tripé: conhecer, experimentar e pesquisar. Portanto, é decisivo o papel dos jornalistas-educadores para a administração ou renovação de sentidos e competências necessárias para ser jornalista e fazer jornalismo, para superar as deficiências existentes ou identificadas em cada momento cultural e histórico.

Constantemente, reinventar práticas pedagógicas em jornalismo parece preciso. Na atual conjuntura de comunicação e mediações digitais e de transformação nas condições de trabalho dos jornalistas, Melo (2007) acionava a importância de que o ensino de jornalismo passasse a:

a) romper com a tradição de ensino que mantém estruturas tecnológicas anacrônicas no processo de ensino-aprendizagem. Isto é, potencializar os recursos digitais, formando profissionais vocacionados para produzir conteúdo jornalístico de interesse das maiorias iletradas, que permanecem excluídas. O que corresponde a priorizar os modos de expressão jornalística por meio do som e da imagem, sem evidentemente descuidar do código verbal.

b) ultrapassar as lógicas de pensamento que tem induzido jornalistas a se comprometer ou compactuar com os interesses das elites cultas ou medianamente educadas. O que corresponde a se sintonizar com o repertório das populações pobres e subinformadas, a conhecer e se identificar com o apetite cultural daqueles que vivem em bolsões e núcleos marginalizados da sociedade.

⁸ Resultado obtido em consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), do Ministério da Educação do Brasil, plataforma com dados oficiais da oferta dos cursos e funcionamento das instituições de educação superior. Na consulta foi considerada a modalidade presencial e a situação “em atividade”, o resultado foi de 381, o que exclui cursos em processo de extinção e já extintos. Todavia, 36 cursos não apresentam data de início de funcionamento apesar de ter data de ato de criação. Acesso em: 27 jul. 2022.

Tendo como aporte teórico as pesquisas previamente realizadas acerca do ensino de jornalismo e da formação de futuros jornalistas (LOPES, 2012, 2014; MEDITSCH, 2012, 2017; OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2015), alcança-se as seguintes avaliações e contribuições complementares:

Fernanda Lima Lopes (2012) registra que, ao longo da história dos cursos de Jornalismo no País, as manifestações mais proeminentes em defesa da qualidade da formação tiveram origem no meio acadêmico e no meio sindical. Esses agentes do campo jornalístico (pesquisadores, professores e jornalistas profissionais) foram responsáveis por diferentes estágios da questão educacional: os esforços iniciais pela criação dos primeiros cursos, as discussões curriculares, a questão da obrigatoriedade do diploma para exercício profissional até a preocupação mais atual com a explosão do ensino superior e o aumento do número de cursos em atividade.

Ao avaliar as discussões da comunidade acadêmica brasileira relacionada com a formação de futuros jornalistas no contexto da instituição das primeiras diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo no país, Lopes (2014) sublinha que a mais recente questão tem sido o reconhecimento do jornalismo como campo específico de conhecimento, construção também política e não apenas epistemológica, uma vez que há indivíduos ou grupos que apresentam antagonismos, competições e embates em função da implantação de diretrizes para as instituições de ensino superior, o que resulta em construções ou modificações curriculares.

Para a implantação da realidade que passou a vigorar a partir de 2014, com o documento oficial com diretrizes curriculares para o ensino de jornalismo, houve intenso debate, com posições divergentes, sobre a possibilidade de autonomia do jornalismo frente à área da comunicação social, com o fim da habilitação e instituição de uma graduação específica. Nos anos 1960, os cursos eram construídos a partir de currículos mínimos. Abrigados nas escolas de comunicação, o jornalismo foi posicionado como habilitação do curso de comunicação social. Essa estrutura era mantida, com algumas reformas e ajustes, desde então, até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que trará o fim dos currículos mínimos na regulamentação dos cursos com a substituição por um formato mais aberto as premissas locais de ensino-aprendizagem: as diretrizes curriculares, com descrição do perfil do egresso, competências e habilidades esperadas dos formados da área, portanto, traços comuns, mas que levam em conta as disparidades e realidades regionais dos cursos nas universidades, faculdades e centros universitários pelo País.

Para alguns, o jornalismo necessitava alcançar um reconhecimento próprio – como área científica – e retomar uma proximidade com a profissão exercida, com a prática. Para outros, isso representaria a fragmentação e enfraquecimento da área da comunicação, bem como prejudicaria os esforços históricos do campo comunicacional para se afirmar como área de conhecimento.

Nota-se aqui duas visões sobre a formação do jornalista brasileiro: A) a de moldar um agente polivalente, enriquecido de cultura humanística, capaz de atuar, compreender e conviver com múltiplas funções e profissões comunicacionais, bem como a especificidade do cotidiano da prática jornalística, mas que é visto criticamente como demasiado teórico a uma crítica geral da mídia e com pouco respaldo nas demandas sociais de trabalho. B) a de constituir um profissional afinado com uma ocupação internacionalmente regulamentada e descrita, sem desprezar uma teoria voltada a prática jornalística, porém esse agente também é apontado como mais técnico e especializado, sem se atentar para a crise das profissões.

No deslocamento da proposta A para B, na esteira do salto de cursos de graduação em comunicação, dos anos 1990 e 2000, com mais ocupantes da pesquisa acadêmica em nível de pós-graduação, haverá na investigação do jornalismo uma ênfase cada vez menor do jornalismo como tema de pesquisa da comunicação. O jornalismo é visto com autonomia teórica, um conjunto de conhecimentos conceituais, de modelos e ideias sobre a informação e atuação jornalística, que fundam mais do que um nicho de pesquisa da comunicação. No entender dos intelectuais e pesquisadores da área, existem teorias do jornalismo, um arcabouço plural de saberes para um campo específico do conhecimento.

É assim que diferentes entidades científicas abriram espaço para grupos de trabalho e pesquisa de estudos de jornalismo ou teorias do jornalismo, vide a organização dos núcleos e grupos: Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Estudos em Jornalismo da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e a própria criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), em 2003, e da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ)⁹, em 2004, além dos periódicos acadêmicos voltados as questões específicas do jornalismo, grupos e linhas de pesquisa e programas de pós-graduação especializados em jornalismo.

Todavia, em 2009, um dilema histórico sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, questão posta em 1963, não com os militares em 1969, mas como demanda da própria categoria profissional, portanto, com 40 anos, foi modificada após uma definição dada pelo Supremo Tribunal Federal. A Corte sustentou o princípio de que o exercício profissional não pode ser restrito ao diploma e pôs fim a validade do decreto-lei¹⁰ que sustentava essa exigência, norma construída no contexto da ditadura civil-militar brasileira, implementada a partir de 1964. Entre os

⁹ Anteriormente, a associação era conhecida pela alcunha de Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ.

¹⁰ O Decreto-lei 972/1969 foi editado pela Junta Militar que governava o país e estabelecia como condição para se obter o registro profissional e poder exercer a atividade jornalística a condição de diplomado por uma escola de Jornalismo, o que acarretava na reserva de posições no mercado de trabalho.

discursos da decisão judicial, nota-se a ideia de que uma pessoa bem informada, culta, com habilidade de escrita possui qualidades adequadas para exercer a profissão.

A esse respeito, o professor Eduardo Meditsch (2012) menciona o “déficit teórico” do Jornalismo, isto é, a inexistência de conceituações de jornalistas sobre suas próprias experiências como um corpo de conhecimentos específicos, consensuados e reconhecidos socialmente, como parte dos elementos que levaram a decisão do STF (prejudicial aos estudantes de jornalismo) para o acesso à profissão em 2009.

[...] tal déficit demonstra a fragilidade do processo de profissionalização do Jornalismo (sua dificuldade de ultrapassar o nível de quase-profissão, por outro denota o estágio de desenvolvimento do campo acadêmico em que está inserido, e que assume a responsabilidade por sua formação profissional no nível universitário. Ao não oferecer, ao meio profissional a que está vinculada, as teorias de que este necessita para afirmar a sua especificidade e relevância, a área acadêmica do Jornalismo ou da Comunicação (qualquer que seja o ângulo com que seja observada neste sentido) também expõe fragilidades no processo de sua própria legitimação (sua dificuldade de ultrapassar o nível de quase-disciplina). (MEDITSCH, 2012, p. 147)

São fragilidades e desafios que passam igualmente pelo seu enfrentamento. Meditsch (2012) aponta que a necessidade de uma Teoria do Jornalismo segue sendo uma questão ainda não resolvida até o presente, mas sem a abertura interdisciplinar própria do âmbito da Comunicação, pode ser mais difícil ainda realizá-la. Mesmo que o autor veementemente se oponha a sobrevivência do Jornalismo no interior da área da Comunicação.

Na avaliação de Meditsch, a Unesco foi responsável por implementar um modelo de ensino de Comunicação na maior parte, o que inclui a América Latina, que não reconhecia o direito dos países em desenvolvimento de possuírem democracias diferentes dos modelos convencionais dos Estados Unidos e dos países europeus ocidentais, mas recentemente a instituição, ao seu ver, quis apagar esse passado com o Currículo Modelo para o novo Século¹¹, documento que propõe um currículo para o ensino de Jornalismo, ao não mencionar a Teoria da Comunicação ou não incluir qualquer justificativa para a mudança de posição.

Meditsch (2012) ao defender os *Journalism Studies* não deixa de ser crítico a aplicação de conceitos fora do contexto teórico que lhes deu origem, as “ideias fora do lugar”. É emblemático que os Estados Unidos se tornaram o modelo através do qual o Jornalismo é praticado na maior parte dos países. Cabe a história desse país e as suas universidades essa centralidade na área acadêmica do Jornalismo, apesar do jornalismo ser uma atividade mais antiga na Europa, mas desde os anos 1990

¹¹ Lançado em 2007, o documento foi adaptado, ao menos, em 70 escolas de jornalismo em 60 países em diversos contextos sociais, culturais e linguísticos. Uma nova proposta do documento foi apresentada em 2013 (UNESCO, 2013). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221199>.

a introdução de textos e obras estadunidenses ou traduzidas de lá via Portugal e pelo professor Nelson Traquina tem aparecido com mais constância nos estudos em jornalismo brasileiros. São marcos teóricos que hoje parecem definir o que são as Teorias do Jornalismo e como estudá-las.

[...] conceitos de sucesso nos estudos de Jornalismo, como os de *gatekeeping*, *agenda-setting*, *newsmaking*, *framing*, *social construction of reality* etc. com o desconhecimento das pesquisas e dos contextos que lhes deram origem, provoca muitas vezes a sua reificação e banalização, e usualmente uma generalização ou deslocamento de sua utilização, de maneiras não autorizadas pelas metodologias que lhes deram origem (MEDISTCH, 2012, p. 159).

Entre os estudos brasileiros que trabalham com o currículo/programa de estudos em Jornalismo chama a atenção dois trabalhos acadêmicos que gostaria de mencionar: Oliveira (2011) e Silva (2015).

No trabalho de Michelle Roxo de Oliveira (2011), pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF), ela se dedica a analisar o trabalho de produção de identidade de jornalista via sistemas universitário de ensino. Para isso, vale-se das experiências dos cursos de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, ECA-USP e PUC-SP, as três da cidade de São Paulo em 2010.

A autora percebeu que a queda da obrigatoriedade do diploma para exercício profissional foi um evento crítico em torno da identidade profissional. A partir dele, tensões que tinham lugar dentro da experiência de ensino ficaram mais expostas e novas tensões emergiram. Entre as velhas tensões está a questão histórica entre o comunicador polivalente e a identidade de jornalista; a diferença entre o jornalismo e outras práticas comunicacionais; a disputa no território do currículo de uma formação humanística (das Ciências Humanas e da Linguagem) versus uma formação mais específica (própria do ofício jornalístico); e a oposição entre docentes que assumem a posição de teóricos e os de práticos. Já entre as novas problemáticas, nota-se a centralidade dada ao jornalismo impresso em que pese esforços para acolher o jornalismo em áudio, em vídeo e o digital; as fronteiras do jornalismo com novos agentes nas mídias digitais, o jornalismo participativo e o jornalismo-cidadão.

Outro ponto fundamental dado por ela (OLIVEIRA, 2011) está na produção de sentidos sobre o que é ser jornalista prescrita por cada curso de graduação da capital paulista nas narrativas que estão materializadas nos textos curriculares investigados: a) um ator engajado, crítico e combativo (PUC-SP); b) um ser profissional tecnicamente competente, culturalmente qualificado para ler o mundo, capaz de responder às exigências de mercado e desempenhar um trabalho sem influência político/ideológica e de interesses particulares (FCL); c) de profissionais que possuem um lugar de

fala no mundo social marcado pela responsabilidade e compromisso social, o que os caracteriza como grupo específico entre os agentes da comunicação (ECA-USP).

Como síntese, Oliveira (2011) observa que o currículo é um território político fundamental para a configuração das expectativas de identidade jornalística, que conclama um tratamento formativo que pesa e aciona determinadas correntes de pensamento e certos embates e negociações políticos e institucionais.

O complemento dessa reflexão sobre saberes para a profissão e sujeitos possíveis após a formação em jornalismo está na tese de Marcia Veiga da Silva (2015), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). O estudo se constitui na observação da formação universitária em jornalismo em duas universidades federais. Busca-se entender como os saberes para a profissão são perpassados por regimes de verdade e poder, conforme nos informa Michel Foucault, e quais são as condições de encontro com a alteridade, ou seja, de compreensão dos sistemas de identidade, diferença e desigualdade sociais na cultura.

A pesquisadora ao observar os ensinamentos teóricos sobre o jornalismo percebeu que mesmo que as prescrições e saberes sobre a profissão fossem tensionados pela adoção de autores e teorias críticas em muitos momentos os discursos acabavam por reiterar o paradigma da objetividade (normas que conferem ao trabalho e ao texto jornalístico uma aparência objetiva, neutra ou imparcial). Nas disciplinas que tratam diretamente dos conceitos e teorias do jornalismo, Veiga da Silva (2015) nota que foram destacados como referenciais, principalmente, livros de Miquel Alsina e Nelson Traquina. A totalidade das teorias abordadas tinha origem em países ocidentais, com maior parte dos autores sendo homens e não brasileiros, assim era notável a baixa menção aos estudos de autoria feminina.

As teorias e autores discutidos junto às turmas eram vertentes atreladas à virada linguística na filosofia e nas humanidades (a concepção da linguagem que estrutura a interação social e constitui a realidade). Destaca-se a participação dos sujeitos na produção simbólica da realidade. O que no jornalismo significa uma crítica ao paradigma positivista que sustentou as normas e preceitos do jornalismo norte-americano, construção de saberes e práticas que prevalece no mercado jornalístico da maior parte dos países ocidentais, o que inclui o Brasil.

Mesmo assim, a pesquisadora diagnosticou que no debate sobre as práticas profissionais os docentes não problematizavam suficientemente as regras criadas no mercado jornalístico. Diante de um arcabouço majoritariamente não-positivista, alguns discursos referendavam atitudes

nomeadas como imparciais e neutras, sem intervenção de qualquer subjetividade nas narrativas jornalísticas.

Mesmo que seja admitida a impossibilidade de uma objetividade plena, bem como a existência de diferentes visões entre os sujeitos que narram e os que são narrados (a exemplo das distintas visões de classe trazidas naquela aula), a professora parece contraditória ao ter sido veemente na recomendação de que os alunos adotassem *um comprometimento até o último ponto cerebral com a objetividade*. (SILVA, 2015, p. 245, itálico da autora).

Ou ainda para a professora

[...] *a percepção do real*, deveria ser fruto da adoção de determinados comportamentos e procedimentos (por parte dos jornalistas) que resultassem numa narrativa objetiva. E os comportamentos recomendados para que essa objetividade fosse alcançada previam a adesão a uma postura “imparcial” para a leitura da realidade e uma redação isenta na produção das notícias. A imparcialidade, nesse sentido, é não apenas algo possível, como recomendado, e o jornal Folha de S. Paulo seria exemplar da concretude dessa possibilidade e, sobretudo, referência de jornalismo. (SILVA, 2015, p. 245, itálico da autora).

Pelos diálogos entre professores e estudantes de jornalismo, Veiga da Silva (2015) percebeu pela pesquisa que o trabalho jornalístico é desde o ensino prescrito como de obediência às normas da empresa de mídia, com pouca margem de resistência pelos jornalistas. Novas formas de escrever/narrar são desestimuladas, inclusive de escrever em primeira pessoa, admitir o lugar de fala do enunciador ou de constituir narradores. Estimula-se a lógica da escrita impessoal que passa pelas noções de clareza, verossimilhança, concisão e evidência dos fatos. Ou seja, a autoria é precocemente podada em prol da mera descrição dos acontecimentos por um sujeito indiferente e apático, atitude que é nomeada como profissionalismo.

No desenvolvimento da pesquisa foi possível encontrar indicativos do que foi tomado como hipótese inicial. Ou seja, que **o olhar dos jornalistas sobre a realidade restringe-se também porque a informação teórica que lhes é ensinada e acionada nos processos interpretativos não convida a apreendê-la em toda a sua complexidade**. Nem mesmo instiga-os suficientemente a perceber a incidência de valores culturais e sistemas classificatórios de diferença, que servem como bagagem de conhecimentos, como elementos partícipes em suas práticas profissionais. (SILVA, 2015, p. 255, negrito nosso).

1.3. Mapeamento do Ensino de Teorias do Jornalismo no Brasil

Desde 2020, a maior parte dos cursos de Jornalismo do país formam bacharéis em Jornalismo ao invés de bacharéis em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, como ocorria desde 1969. A mudança reflete uma resolução de 2013 da Câmara de Educação Superior e do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação – as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo – e preconiza uma formação que proporcione clareza sobre a

função social específica, bem como a identidade profissional singular e diferenciada dos jornalistas em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013).

Para Medistch (2017), essa nova orientação para o ensino de Jornalismo não rompe com a Área da Comunicação, apenas retoma a identidade profissional dos cursos. Segundo o autor (2017, p. 102), “a Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões”. Ao seu ver, era prejudicial a concepção do comunicador polivalente, uma vez que essa proposta não encontrava respaldo nas demandas sociais, imputava a certos países em desenvolvimento a impossibilidade de ter quadros profissionais como aqueles dos países desenvolvidos e, principalmente, resultava no desaparecimento de conteúdos fundamentais aos jornalistas, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo.

É perfeitamente compreensível que o conteúdo profissional do curso fosse isolado, percebido como meramente técnico, destituído de conteúdo epistemológico. A ênfase da formação do jornalista como comunicador social estaria na concepção crítica das práticas e modelos midiáticos. Essa é a percepção de Medistch (2017), que detalha esse processo como de negação pelo/a estudante da própria ocupação social que irá realizar, o qual passaria a não ter confiança na vocação profissional. Todavia, no movimento de se aprofundar o compromisso com a profissão, não podemos negar que a precariedade e a baixa inserção no mercado jornalístico e a ocupação de funções mais atreladas à publicidade, às relações públicas e à produção de conteúdo e mensagens de outra natureza que não a informativa e de interesse público (fora dos meios de comunicação) também pode resultar em incerteza e desconfiança diante da vocação profissional escolhida.

O Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da USP tem registrado as mudanças no mundo do trabalho de jornalistas, principalmente, o impacto das plataformas digitais no jornalismo. No trabalho jornalístico vemos a convergência de meios e a demanda por profissionais flexíveis, ocorre ainda a diminuição de postos, a precarização das relações de trabalho, a perda de credibilidade do produto jornalístico e a constituição de redações virtuais. O que sobra é a busca por alternativas profissionais em novas formas organizativas de trabalho para a sustentação da produção noticiosa (FIGARO; MARQUES, 2020, p. 107). Em outro trabalho científico, Figaro alerta que, na formação do jornalista, repercute “a negação da possibilidade de fazer jornalismo fora das empresas de mídia” (2014, p. 29), principalmente, nos movimentos sociais e na internet, espaços tidos como panfletários e ativistas. Quando no cotidiano do jornalismo idealizado, pesa ainda a questão do salário, o ritmo acelerado de trabalho, as difíceis condições para realizá-lo e os conflitos de poder com a chefia.

É neste enquadramento complexo que as Teorias do Jornalismo devem ser o momento da formação no qual estudantes de jornalismo irão “aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos” (BRASIL, 2013), conforme artigo 4º, item IV, da Resolução CNE/CES 1/2013.

No documento percebem-se competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores que diretamente se relacionam com as Teorias do Jornalismo:

Tabela 1: Competências relacionadas às Teorias do Jornalismo

Competências gerais	<p>c) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;</p> <p>d) distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;</p> <p>n) saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles;</p> <p>o) perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso;</p>
Competências cognitivas	<p>a) conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo;</p> <p>c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania;</p> <p>d) compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade;</p> <p>e) discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício.</p>
Competências pragmáticas	<p>a) contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade;</p> <p>b) perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis;</p> <p>f) adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade,</p>

	<p>o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade;</p> <p>i) produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados;</p> <p>p) avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.</p>
Competências comportamentais	<p>b) identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo;</p> <p>d) avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas;</p> <p>f) impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público;</p> <p>g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões.</p>

Fonte: Do autor com base na Resolução CNE/CES 1/2013.

O documento registra ainda entre os seis eixos fundamentais de formação (fundamentação humanística, fundamentação contextual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial), o de fundamentação específica. Trata-se de uma diretriz teórica para que o/a estudante construa clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, papel fundamental das Teorias do Jornalismo, mas proposição que não se isola nela. Bacharéis em Jornalismo devem conhecer as raízes histórico-culturais do Jornalismo, ser capaz de conceituar Jornalismo, ou seja, ter conhecimento sobre valores, crenças, manifestações, possibilidades e limitações do Jornalismo. Caberia ainda o estudo e reflexão das obras canônicas, familiaridade com seus pensadores/as (brasileiros e estrangeiros), os paradigmas dominantes e as tendências emergentes no campo do Jornalismo.

Todavia, é importante dizer que as instituições de educação superior (IES) têm ampla liberdade para construir seus projetos pedagógicos a partir da proposição, definição, nomeação e organização das disciplinas do currículo a partir das competências apontadas e do perfil do egresso. Porém, é importante saber como os cursos têm cumprido a responsabilidade de ensinar a profissão. **Como as competências têm sido desenvolvidas? Que saberes e conteúdos têm sido mobilizados nos cursos de Jornalismo? No cotidiano, a formação humanística é conflitante com a formação profissional? Há uma prática epistemológica nos cursos de Jornalismo? Se sim, como ela se dá?**

Visando esses questionamentos, mas em especial o último, atentou-se aos documentos que orientam a formação de jornalistas dos principais cursos do País. Optou-se pelos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)¹² para a seleção dos cursos de Jornalismo, os quais iremos observar a seguir. O Enade é parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)¹³, cujo objetivo é avaliar as instituições de educação superior e os seus cursos de graduação. Por sua vez, o exame se alinha as competências, saberes e conteúdos na trajetória de formação do estudante, a partir da aplicação para os ingressantes e concluintes em ciclos de três anos. Os resultados mais recentes são fruto da avaliação de 2018.

A avaliação se relaciona com uma política estatal, proveniente de tensionamentos da comunidade acadêmica, de acompanhar a educação superior e de garantir a qualidade ofertada no País. É importante, no entanto, pontuar que as notas refletem os momentos das instituições educacionais e a produção de rankings não é a sua finalidade. Em grande medida, as instituições particulares também aproveitam os resultados em campanhas de marketing para garantir matrículas e retenção de estudantes.

Em um cenário de forte expansão da educação superior brasileira, com aumento do número de instituições, de cursos, de vagas, de matrículas associadas à democratização, ou seja, no qual o Brasil começou a sair de um sistema de acesso de elite para alcançar a diversidade de outras camadas populacionais e grupos historicamente excluídos (RISTOFF, 2014), o sistema de avaliação cumpre a tarefa de proporcionar ações de melhorias da qualidade por parte de docentes, gestores educacionais e governo; de conhecer a relação dos estudantes com o conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do curso, sua formação geral e profissional frente à realidade brasileira e global; além de ofertar dados socioeconômicos e como os estudantes veem o currículo do curso que frequentam.

A prova do Enade 2018, no componente específico, tomou como referencial 20 conteúdos curriculares, entre eles está Teorias do Jornalismo. Foram 30 questões, sendo três discursivas e 27 de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso, com o intuito de colher do perfil dos estudantes as seguintes características esperadas do concluinte: a) defesa da democracia, dos direitos humanos, da participação social e da liberdade de expressão; b) consciência das relações entre o campo de trabalho, a complexidade e a diversidade do mundo contemporâneo e os processos socioeconômicos, políticos e culturais; c) compromisso com o interesse público, as demandas sociais e os desafios profissionais da área; d) ética reflexiva quanto à produção e à

¹² <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>.

¹³ Instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2014.

recepção dos conteúdos jornalísticos; e) visão crítica e investigativa em relação ao poder exercido pelo jornalismo na construção de sentidos; e, f) responsabilidade, rigorosidade, objetividade e precisão nos processos de apuração, registro e divulgação dos fatos sociais (BRASIL, 2019).

Em 2018, o Enade para Comunicação Social – Jornalismo contou com estudantes de 290 cursos, todos na modalidade presencial. As instituições privadas foram a maioria ao concentrar 223 cursos do total. A região sudeste foi aquela com maior participação 132 cursos, equivalente a 45,5% do total nacional. A região Sul participou com 58 cursos, correspondendo a 20% do total de cursos. A região Nordeste teve 55 cursos participantes, correspondendo a 19% do total. A região Centro-Oeste participou com 23 cursos (7,9% do total). A região de menor representação foi a Norte, com 22 cursos ou 7,6% do total (BRASIL, 2019).

Tabela 2: Cursos de Jornalismo participantes por categoria administrativa, segundo a região do País

	Total	Públicas	Privadas
Brasil	290 (100%)	67 (23,1%)	223 (76,9%)
Norte	22 (100%)	9 (40,9%)	13 (59,1%)
Nordeste	55 (100%)	20 (36,4%)	35 (63,6%)
Sudeste	132 (100%)	20 (15,2%)	112 (84,8%)
Sul	58 (100%)	12 (20,7%)	46 (79,3%)
Centro-Oeste	23 (100%)	6 (26,1%)	17 (73,9%)

Fonte: MEC/Inep/DAES – Enade-2018.

Na presente edição do exame (BRASIL, 2019), dos cursos de Jornalismo avaliados, 151 eram oferecidos em Universidades (52,1%), 64 em Faculdades (22,1%) e 75 em Centros Universitários (25,9%). Foram avaliados cursos de todas as 27 unidades federativas, com maior representação de São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Juntos foram responsáveis por 52,8% dos cursos de Jornalismo. Com menor participação estão: Acre, Roraima, Sergipe, Tocantins, Amapá e Rondônia, que unidos representam 3,4% dos cursos presentes no exame.

Por fim, é importante mencionar que de todo o Brasil, inscreveram-se 11.457 estudantes, sendo que 9.790 estavam presentes e 1.667 ausentes. Entre os presentes, 7.146 são de IES privadas (73%) e 2.644 de IES públicas (27%). A região Sudeste foi aquela com maior contingente de participantes inscritos e presentes (50,5% ou 4.942 estudantes).

Como resultado se constrói o Conceito Enade, indicador que avalia os cursos após o desempenho dos estudantes no Enade. A escala leva em consideração que a pior situação possui o resultado 1 e a melhor situação o resultado 5. Para a definição do Conceito Enade, calcula-se o número de estudantes participantes inscritos, aqueles na condição de concluintes; bem como seu desempenho na parte de formação geral e na parte de formação específica da prova. Em 2018 o Enade para os cursos de Jornalismo contou com o seguinte resultado: 21 cursos receberam o Conceito 5 (7,2%), o Conceito 4 foi atribuído para 67 cursos (23,1%); o Conceito 3 para 118 (40,7); o Conceito 2 para 67 (23,1%); o Conceito 1 para nove cursos (3,1%) e oito cursos de Jornalismo ficaram Sem Conceito, por não ter ao menos dois estudantes concluintes participantes com resultados válidos.

Entre aqueles com Conceito Enade 5, que serão considerados neste estudo, nenhum é do Norte; quatro são do Nordeste; dois do Centro-Oeste; oito do Sudeste; e, sete são do Sul. Na tabela a seguir se encontram a identificação das IES, sua organização acadêmica, categoria administrativa e localidade geográfica:

Tabela 3: IES com Conceito Enade 5 em 2018

Nome da IES	Sigla	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa	Município/UF
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	Universidade	Pública Estadual	Bauru/SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	Universidade	Pública Federal	Porto Alegre/RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	Universidade	Pública Federal	Goiânia/GO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	Universidade	Pública Federal	Florianópolis/SC
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC-RIO	Universidade	Privada sem fins lucrativos	Rio de Janeiro/RJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	Universidade	Pública Federal	Fortaleza/CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	Universidade	Pública Federal	Rio de Janeiro/RJ
UNIVERSIDADE VILA VELHA	UVV	Universidade	Privada com fins lucrativos	Vila Velha/ES
FACULDADE CÁSPER LÍBERO	FCL	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	São Paulo/SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	Universidade	Pública Federal	Curitiba/PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Universidade	Pública Federal	Belo Horizonte/MG
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUCPR	Universidade	Privada sem fins lucrativos	Curitiba/PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Universidade	Pública Federal	Salvador/BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (2)	UFPB	Universidade	Pública Federal	João Pessoa/PB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UnB	Universidade	Pública Federal	Brasília/DF
UNIVERSIDADE POSITIVO	UP	Universidade	Privada com fins lucrativos	Curitiba/PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	Universidade	Pública Estadual	Londrina/PR
FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	FAPCOM	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	São Paulo/SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	Universidade	Pública Federal	Mariana/MG
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	Universidade	Privada sem fins lucrativos	Porto Alegre/RS

Fonte: MEC/Inep/DAES – Enade-2018.

É importante ressaltar que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é listada duas vezes, possivelmente, pelo resultado positivo de cursos de Jornalismo de campi/turnos diferentes. Todavia, iremos considerar a IES apenas uma vez para a próxima etapa. Para o bom desempenho, quais bacharelados contam com a disciplina Teorias do Jornalismo e o que dizem contemplar como conteúdo disciplinar?

De um universo com 20 IES com cursos de Jornalismo, 17 possuem disciplinas de Teorias ou de Epistemologia do Jornalismo, ou seja, trata-se, aparentemente, de um conteúdo adotado pela maioria dos bacharelados em Jornalismo. Desse total, 15 disponibilizam ou informaram qual é o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com ementas dos conteúdos disciplinares ou o Plano de Ensino das disciplinas. A partir de uma leitura interpretativa do material pedagógico, como cada instituição define o conteúdo e nos informa o que são as Teorias do Jornalismo.

Lembramos que o ato crítico não depende de categorias de análise e de compreensão pré-existentes. Parte-se do gesto interpretativo para alcançar a composição de sentidos em torno de um produto cultural, que poderia ser um texto ficcional, jornalístico ou científico. Como são textos pedagógicos, assume-se que a autoria dos documentos é coletiva, fruto de tensões e contradições do núcleo docente com os campos acadêmico e jornalístico:

- Universidade Federal do Ceará – UFC

A instituição nordestina possui no curso de Jornalismo as disciplinas Teoria do Jornalismo I (TJ I) e Teoria do Jornalismo II (TJ II) que são ofertadas como componentes da sexta etapa de formação e como disciplina optativa, respectivamente, segundo a matriz curricular de 2020. A ementa de TJ I traz modelos teóricos para refletir o jornalismo. Considera as origens e definições de Jornalismo, teoria do agendamento, teoria organizacional, espiral do silêncio, teoria construcionista e teoria estruturalista. Por fim, aponta para conceitos como rede noticiosa, comunidade jornalística e campo jornalístico (empresarial, público e independente). Nota-se ainda uma ênfase na relação Jornalismo e Política, a partir do papel do jornalismo na democracia, o jornalismo investigativo e a construção da opinião pública.

EM TJ II, o estudante pode dar continuidade a reflexão teórica do jornalismo a partir das responsabilidades decorrentes da prática jornalística: a natureza do conhecimento jornalístico, o jornalismo como campo de conhecimento, jornalismo e política, opinião pública, a construção da realidade pelo discurso jornalístico e as transformações no mercado de trabalho jornalístico, nas rotinas produtivas e na circulação jornalística.

- Universidade Federal da Bahia – UFBA

O curso de Jornalismo da Universidade apresenta na componente curricular Teoria do Jornalismo, do 1º semestre da matriz em vigor a partir de 2016, os seguintes apontamentos: o estudo do jornalismo como demanda da sociedade contemporânea e como modalidade de conhecimento. Aciona o jornalismo como prática discursiva e enfatiza o estudo de conceitos-chave da Teoria do Jornalismo, como conhecimento jornalístico; narrativa jornalística; fato e acontecimento; mediação; opinião e esfera pública; critérios de noticiabilidade; objetividade e imparcialidade; teoria do espelho; teoria organizacional e linha editorial; teoria da ação política; teoria do gatekeeper; teoria construcionista; teoria interacionista; agenda-setting e enquadramento.

- Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A disciplina oferecida no segundo nível da estrutura curricular de 2016 da UFPB traz como elementos de Teorias do Jornalismo o debate sobre a autonomia do campo jornalístico em relação com a comunicação social. A constituição histórica do campo e seu ideário. O ethos profissional. Correntes e tendências do pensamento jornalístico. O jornalismo como forma de conhecimento e como fenômeno social. Vínculos entre o jornalismo e as relações raciais, as relações de gênero, as relações de classe e as relações com o meio ambiente.

- Universidade Federal de Goiás – UFG

Ofertada no quarto período do curso, de acordo com o PPC de 2015, Teorias do Jornalismo é o momento no qual o estudante irá conhecer os estudos sistematizados sobre o jornalismo enquanto área do conhecimento. As contribuições do pensamento filosófico e sociológico europeu e norte-americano para a compreensão do jornalismo. Contempla-se ainda a produção teórica brasileira.

- Universidade de Brasília – UnB

Presente na quarta etapa no fluxo de disciplinas implementadas em 2016, Teorias do Jornalismo pertence ao eixo de fundamentação específica e conta com os fundamentos epistemológicos para uma teoria do jornalismo. Notícia e valores-notícia. Verdade e verossimilhança. Mudança e permanência no jornalismo. Produção jornalística e identidade profissional. Economia do jornalismo. A disciplina tem como pré-requisito Introdução ao Jornalismo, da primeira etapa do curso.

- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

O PPC de 2018 em vigor no curso de Jornalismo indica que Teorias do Jornalismo é uma componente curricular do terceiro período da graduação. Nesta etapa, investiga-se o jornalismo como forma de conhecimento. Teoria e práxis jornalísticas. As principais abordagens teóricas dos

estudos de jornalismo. Os conceitos de neutralidade, imparcialidade e objetividade, além dos desafios para o estudo do jornalismo contemporâneo.

- Faculdade Cásper Líbero – FCL

O curso anual da instituição paulista possui no primeiro ano da matriz curricular a disciplina Introdução ao Jornalismo: Epistemologia e técnicas, que versa sobre o jornalismo como forma de conhecimento. A notícia como representação ou simulação do real. O tempo e o espaço no jornalismo. Conhecimentos do jornalismo: universalidade, particularidade e singularidade. Articulações entre real e imaginário nas notícias. Jornalismo e complexidade. Conceito de comunicação, informação e jornalismo. O que é jornalismo e o que não é. Natureza e cultura no jornalismo. Real e virtual no jornalismo. Entre os conteúdos expressos no plano de ensino estão ainda objetividade, realidade, fato, retrato, versão e ética. Os conceitos de verdade, verificação, independência em relação à fonte, monitoramento do poder, crítica e compromisso público, engajamento e relevância. Tipos de fontes e questões éticas. Representação do real e jornalismo como mediador da produção do conhecimento. A força mediadora da narrativa jornalística entre História, Cultura e Mito. O conhecimento do cotidiano no Jornalismo. A pirâmide invertida e o lide. A descrição, a narração e a dissertação na reportagem. A edição de um texto, projeto gráfico e manuais de redação. Diferenças entre textos editados para veículos noticiosos e analíticos/interpretativos. E por fim, retórica jornalística no rádio, na TV e nos meios eletrônicos. Nota-se que parte dos conteúdos estão relacionados às convencionais disciplinas de redação jornalística.

- Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

A matriz curricular do curso de Jornalismo da instituição mineira é de 2015. Nela, Teorias do Jornalismo está presente no terceiro período da formação. Parte-se das principais abordagens teóricas sobre o jornalismo: de Otto Groth ao agenda-setting. Jornalismo como forma de conhecimento. Jornalismo e vida social. O veículo jornalístico: características e especificidades. Métodos e lógica do trabalho jornalístico. Notícia e noticiabilidade.

- Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Adotada em 2015, a matriz curricular do curso de Jornalismo da UFOP apresenta Teorias do Jornalismo como conteúdo do segundo período da graduação. O programa da disciplina identifica como conteúdo programático: perspectivas noticiosas e construção da realidade: as singularidades das teorias do espelho, ação pessoal (gatekeeper), organizacional, ação política e construtivista na

produção social da notícia. Acontecimento e enquadramento jornalístico. Jornalismo, alteridade e interações. Jornalismo e produção de sentidos.

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

O curso de Jornalismo gaúcho possui Teorias do Jornalismo I (na terceira etapa) e Teorias do Jornalismo II (na quinta etapa). O PPC de 2016 indica que a primeira trata das escolas, paradigmas e pensadores sobre o jornalismo. De um panorama das teorias do jornalismo. O jornalismo como conhecimento. Jornalismo e teorias da verdade. Subjetividade, objetividade e responsabilidade no jornalismo. Como pré-requisito é necessário ter passado por Fundamentos da Reportagem. Já a segunda disciplina dá conta de aprofundar conceitos e princípios do jornalismo. Interesse público, pluralidade e credibilidade. O jornalismo como objeto teórico e a construção da problematização de pesquisa. Seu cumprimento só é possível após Teorias do Jornalismo I e Fotojornalismo II.

- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

O currículo de 2020 do curso de Jornalismo catarinense apresenta a disciplina Teoria do Jornalismo como parte da quarta fase da matriz. O programa da disciplina ressalta que nela se examina o jornalismo como campo acadêmico. História e fundamentos epistemológicos. As contribuições das diversas disciplinas e abordagens na constituição de uma teoria do jornalismo. Para isso, teorias clássicas e contemporâneas são abordadas. Linguagem, verdade e conhecimento. O acontecimento e o fato. Jornalismo e a construção social da realidade. Critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Teoria da ação pessoal (gatekeeping) e o processo produtivo da notícia. O jornalismo como forma social de conhecimento. A produção discursiva do jornalismo. Fontes de informação online e audiência na internet. A reprodução de preconceitos e estereótipos no jornalismo.

- Universidade Federal do Paraná – UFPR

A partir de 2017, a federal paranaense implantou uma nova matriz curricular. A nova organização possui Teorias do Jornalismo I, no quarto semestre, e Teorias do Jornalismo II, no quinto semestre. Estuda-se na primeira os clássicos: Otto Groth, Weber, Marx, Tonnies. Da teoria do espelho ao newsmaking. Construção social da realidade. Jornalismo como forma de conhecimento. Abordagens teóricas em diversas perspectivas epistemológicas e os aportes brasileiros. Já na segunda disciplina se destaca a sociologia das profissões e a deontologia jornalística. Ética dos meios e ética profissional. Jornalismo e linguagem. Jornalismo e tecnologia. Teorias contemporâneas e perspectivas profissionais.

- Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

A disciplina, do terceiro período do curso de Jornalismo, tem como objetivo apresentar as principais abordagens teóricas da prática jornalística; conhecer as práticas dos processos produtivos; identificar e argumentar sobre a aplicabilidade de princípios teóricos em diferentes contextos, tendo em vista tanto forças externas quanto internas aos meios de comunicação. Compreensão de diferentes perspectivas teóricas em distintos contextos da produção e da recepção midiáticas, bem como a reconhecer o jornalismo em seus papéis de construção e representação da realidade.

- Universidade Estadual de Londrina – UEL

O currículo em vigor na UEL é de 2016 e traz a disciplina Teorias do Jornalismo como parte dos conteúdos do terceiro ano do bacharelado. Nela se vê os fundamentos epistemológicos e contribuições multidisciplinares para a construção das teorias do jornalismo. Jornalismo e as formas de controle social. Objetividade e subjetividade jornalísticas. O perfil do jornalista. O plano de ensino informa ainda que se aborda a imprensa como objeto de estudo sociológico; os conceitos de Otto Groth sobre os fundamentos do jornalismo enquanto fenômeno; newsmaking e as teorias do jornalismo no século XX.

- Universidade do Vale do Rio do Sinos – Unisinos

O atual currículo de Jornalismo da Unisinos atribui ao quinto semestre letivo a componente curricular Teorias do Jornalismo. A disciplina apresenta entre seus conhecimentos: epistemologia das ciências e do jornalismo; Jornalismo e produção de conhecimento; Jornalismo, espaço público e democracia; verdade no jornalismo; objetividade, subjetividade, alteridade; processos de produção da realidade – newsmaking e teoria organizacional; processos de agendamento; intervenção nos campos sociais – gatekeeper e gatewatching; a espiral do silêncio; teoria do enquadramento e a construção de acontecimentos.

...

Ressalta-se que os documentos orientadores dos currículos e da formação em Jornalismo de cada instituição dão significado institucional ao ensino-aprendizagem. Contudo, a experiência da sala de aula pode ser muito mais ampla e aberta do que se registra nesses documentos. Os/as docentes podem inovar e subverter o currículo, podem ainda encontrar brechas para constituir um jornalismo mais crítico e autoral a partir de outras noções, conceitos, escolas e pensadores que não estão registrados nos documentos. Porém, nesse sentido, foi possível captar tendências significativas do que está presente em Teorias do Jornalismo, o saber até então consagrado. Os resultados marcam a tabela a seguir:

Tabela 4: Noções e conceitos tratados em Teorias do Jornalismo

Espelho da realidade / Teoria do Espelho	UFC, UFBA, UFG, UFRJ, FCL, UFOP, UFRGS, UFSC, UFPR, UEL
Verdade	UFC, UnB, FCL, UFRGS, UFSC, Unisinos
Objetividade	UFC, UFPB, UFRJ, FCL, UFMG, UFRGS, UFSC, UEL, Unisinos
Credibilidade e independência jornalística	UFC, FCL, UFRGS
Interesse público	FCL, UFRGS
Periodicidade, atualidade, universalidade e publicidade	UFMG, UFOP, UFPR, UEL
Produção (simbólica) de sentidos	UFOP
Notícia	UFBA, UFPB, UFG, UnB, UFRJ, UFMG, UFOP, UFRGS, UFSC
Reportagem	FCL
Opinião Pública / Esfera pública	UFC, UFBA, UFRGS, UFPR
Newsmaking / Rotina produtiva	UFC, UFG, UFRJ, UFMG, UFRGS, UFSC, UFPR, UEL, Unisinos
Gatekeeping / Seleção das notícias	UFC, UFBA, UFG, UFRJ, UFMG, UFOP, UFRGS, UFSC, UEL, Unisinos
Faro jornalístico	UFC
Critérios de noticiabilidade	UFC, UFMG, UFSC, UEL
Jornalismo Público	UFC
Mídia, democracia e quarto poder	UFC, FCL, UFMG, UEL, Unisinos
Visibilidade	UFC
Jornalismo como forma de conhecimento	UFBA, UFBA, UFG, UFRJ, FCL, UFMG, UFRGS, UFSC, UFPR, UEL, Unisinos
Discurso jornalístico	UFBA, UFMG, UFRGS, UFSC
Narrativa	UFBA, UFRJ, FCL, UFMG
Fato e acontecimento	UFBA, UFG, UFRJ, UFMG, UFOP, UFRGS, UFSC, Unisinos
Teoria Organizacional / Linha editorial	UFBA, UFRJ, UFOP, UFRGS, UFSC, UEL, Unisinos
Teoria da ação política	UFBA, UFG, UFRJ, UFOP, UFRGS, UFSC, UEL
Teoria construcionista	UFBA, UFPB, UFG, UFRJ, FCL, UFOP, UFRGS, UFSC, UFPR, PUCPR, UEL, Unisinos

Teoria interacionista	UFBA, UFG, UFRJ, UFMG, UFRGS, UEL
Agendamento / Agenda-setting	UFBA, UFRJ, UFMG, UFRGS, UFSC, UEL, Unisinos
Enquadramento	UFBA, UFRJ, UFMG, UFOP, Unisinos
Espiral do silêncio	UEL, Unisinos
Mediação	UFBA, UFOP, PUCPR
Recepção	UFOP, PUCPR
Campo jornalístico	UFBA, UFPB, UFRGS, UFSC
Origens históricas do jornalismo moderno	UFBA, UFPB, UFG
Raça / Perspectiva antirracista	UFPB, UFMG, UFSC
Gênero / Teorias feministas	UFPB, UFMG, UFSC
Classe social	UFPB
Meio ambiente	UFPB
Identidade profissional	UnB, UFSC, UFPR, UEL
Liberdade de imprensa	UEL
Universalidade, singularidade e particularidade	FCL, UFSC
Fontes	FCL, UFRGS
Alteridade	UFOP, UFSC, Unisinos
Subjetividade	UFRGS, UEL, Unisinos
Pluralidade	UFRGS
Jornalismo e plataformas digitais	UFMG, UFSC

Fonte: Do autor a partir dos PPCs e dos Planos de Ensino dos Cursos de Jornalismo.

1.4. Tendências identificadas

Ao levantar as propostas pedagógicas para o ensino de Teorias do Jornalismo, aferimos tendências e legados epistemológicos, vertentes simbólicas do que é pensar o Jornalismo no país, isto é, as bases conceituais e teóricas necessárias para a atividade jornalística.

Das noções e conceitos foi possível perceber que há com mais frequência o tratamento da teoria do jornalismo a partir de cinco grandes movimentos aos quais os/as professores/as podem provocar e se atentar com os/as educandos/as. Eles são os seguintes:

Jornalismo e Conhecimento

O lugar que o jornalismo ocupa nos sistemas de saberes. Essa é aparentemente a primeira preocupação filosófica a qual deve ser encerrada. O jornalismo contribui para a nossa compreensão diária dos acontecimentos sociais, os eventos que marcam e enredam a contemporaneidade. Com o objetivo principal de informar, organiza o caos do tempo presente. No geral, a narrativa jornalística conjuga vozes autorizadas à construção interpretativa e analítica dos fatos. É responsável ainda por colocar em diálogo social novos pensamentos, mas o jornalismo também é fonte documental para os historiadores e serve de inspiração aos romancistas e ensaístas. Portanto, aqui as inquietações são da seguinte magnitude: quem conhece as notícias, detém algum saber sobre o mundo? Que tipos de conhecimento as notícias proporcionam? Qual é a relação do jornalismo com as ciências? Notícias e reportagens servem ou contribuem para orientar o público e constituir uma opinião/consenso coletivo? Colhe-se subsídios da teoria do conhecimento e da história da ciência para tal.

Princípios conceituais do Jornalismo

O que define uma atividade como jornalística? As características do que pode ser identificado como prática jornalística são o enfrentamento a seguir: os princípios éticos e os basilares do jornalismo. Compreender como historicamente se estabeleceu um contrato de comunicação entre quem relata as notícias e quem as recebe. Se pode existir notícias sobre tudo como escolher com sucesso as histórias de apelo social, utilidade e curiosidade humana. O que é informação jornalística e o que é opinião. Constitui-se aqui uma reflexão sobre o jornalismo como narrativas periódicas variadas a partir de eventos/acometimentos singulares de caráter público que oferecem novidades sobre o presente. Nota-se, ao final, que o jornalista e o jornalismo têm uma importância na trajetória da modernidade.

A realidade e o Jornalismo

O jornalismo industrial, acompanhando a tendência norte-americana, impôs como característica essencial da atividade a captura do real a partir de lógicas de eficiência objetiva. No senso comum espalha-se a percepção do jornalismo como ação de retratar os fatos como eles ocorreram, a fidelidade aos fatos. O debate teórico se intensifica nas disciplinas de teorias do Jornalismo com o movimento de falar sobre as possibilidades e impossibilidades do trabalho jornalístico corresponder a clareza, a precisão e a veracidade. O que é a busca pela verdade. Como a objetividade é associada à neutralidade e à imparcialidade empresarial. O modelo textual da pirâmide invertida que introduz a ordem decrescente de relevância. A importância da observação e da escuta de múltiplas vozes. Fincando na profissão o profissionalismo e a legitimidade social pela prática não se vincularem, aparentemente, a interesses particulares. Em sequência, apresenta-se visões críticas que acionam a

noção de produção simbólica, isto é, de que jornalistas ao dizer algo sobre a realidade, produzem uma outra realidade. A distância que existe entre a realidade imediata e a representação dessa realidade é percorrida pelo esforço jornalístico da interpretação. Concebem-se o próximo passo: a notícia como construção e o repórter como sujeito fundamental no método de trabalho dentro de um sistema cultural.

Produção das notícias e rotinas de trabalho

Visita-se nessa etapa de construção de uma visão de mundo sobre o jornalismo os meandros do processo de seleção das notícias. Como a mídia noticiosa faz uma cobertura sobre determinado assunto? A noticiabilidade, os valores-notícia e o tratamento das notícias, mais as somas e peso das ações pessoais, organizacionais e de fatores extraorganizacionais são apresentados aos educandos. Como as normas editoriais afetam ou não aquilo que será divulgado. As condições de trabalho dos jornalistas e as interações dentro dos ambientes de trabalho (pontos de vista das empresas; sanções e punições; prazer da atividade; a harmonia entre jornalistas e chefia; vigilância, humor e autocensura).

Jornalismo e direito social à informação

Por fim, o último movimento diz do rastro histórico do jornalismo com as democracias liberais ocidentais. O jornalismo e o espaço público. Da importância de se fazerem as notícias com a finalidade de alimentar e constituir opiniões no que se refere à produção de comportamentos e posicionamentos políticos. Do imperativo de o jornalismo ser útil à sociedade ao nos dizer quais são os assuntos mais importantes que estão ao nosso redor. Do papel da informação relevante na participação cidadã e da ação dos agentes de mídia na fiscalização do poder, como vigilante do governo e de outros agentes públicos. Também entra aqui, na arquitetura das reflexões, o impacto social das notícias, do agendamento, da capacidade de nos dizer sobre o que pensar, até o imaginário que a informação jornalística, como discurso social, faz de grupos com pouca representação social, política e econômica, o tratamento dado aos grupos à margem e minorizados – em especial pelo silêncio ou pela abordagem que estigmatiza e reforça estereótipos negativos.

...

Sobre os referências teóricos, encontra-se uma considerável semelhança entre os cursos de Jornalismo, apesar da quantidade de obras ser muito distinta de uma para outra. Desenvolveu-se a tabela a seguir para apresentar todas as obras listadas em 18 disciplinas dentro de 15 bacharelados. A coleta foi feita de modo manual após a busca por planos de ensino e ementas disponíveis nos

projetos pedagógicos, nos sites institucionais ou mesmo após e-mails enviados diretamente para as coordenações dos respectivos cursos de Jornalismo.

Tabela 5: Obras referenciais das disciplinas de Teorias do Jornalismo

IES	Nome da disciplina	Principais Referências
UFRGS	Teoria do Jornalismo I Teoria do Jornalismo II	Traquina (2000, 2005; 2016) Berger; Marocco (2006, 2008) Kovach; Rosenstiel (2001) Lippman (2008) McCombs (2009) Peucer (2004) Reginato (2016) Cornu (1994; 1999) Genro Filho (2012) Kunczik (1997) Meditich (1992) Neveu (2005) Sponholz (2009) Franciscato (2005) Berger; Luckmann (2008) Gomis (1991; 2004) Lago (2014) Lisboa; Benetti (2017) Lückmann; Fonseca (2017) Miguel (1999) Alsina (2009) Benetti; Fonseca (2010) Charaudeau (2006) Leal; Antunes (2011) Marocco; Henn (2012) Moretzsohn (2007) Pulitzer (2009) Santos (1997) Shoemaker; Vos (2011)

		Vogel; Meditsch; Silva (2013)
UFG	Teorias do Jornalismo	<p>Genro Filho (1987)</p> <p>Traquina (2005)</p> <p>Alsina (2009)</p> <p>Berger; Marocco (2006, 2008)</p> <p>Gomes (2009)</p> <p>Groth (2011)</p>
UFSC	Teorias do Jornalismo	<p>Genro Filho (1987, 2012)</p> <p>Groth (2011)</p> <p>Park (2006)</p> <p>Pontes (2015)</p> <p>Traquina (2004; 2016)</p> <p>Aguiar, Barsotti (2015)</p> <p>Alsina (2005)</p> <p>Barsotti (2014)</p> <p>Barichello; Carvalho (2015)</p> <p>Benetti (2008)</p> <p>Benetti; Fonseca (2010)</p> <p>Biroli (2011)</p> <p>Bruns (2011)</p> <p>Cagé (2016)</p> <p>Corrêa (2016)</p> <p>Charaudeau (2006)</p> <p>Charron; Bonville (2016)</p> <p>Christofoletti (2019)</p> <p>Degand; Grevisse (2015)</p> <p>Gomes (2009)</p> <p>Guerra (2008)</p> <p>Henriques (2014)</p> <p>Lage (2012)</p> <p>Lago; Benetti (2007)</p> <p>Meditsch (1997; 2010)</p> <p>Meditsch; Sponholz (2011)</p> <p>Mick (2019)</p>

		<p>Mouillaud (2002)</p> <p>Moraes; Ramonet; Serrano (2013)</p> <p>Moretzshon (2007)</p> <p>Moura; Pereira; Adghirni (2015)</p> <p>Peucer (2004)</p> <p>Roque; Bruno (2019)</p> <p>Schudson (2010)</p> <p>Silva; Silva; Fernandes (2015)</p> <p>Sousa (2002)</p> <p>Sponholz (2009)</p> <p>Tuchman (1993)</p> <p>Vizeu (2004)</p> <p>Wolf (2012)</p>
UFC	<p>Teorias do Jornalismo I</p> <p>Teorias do Jornalismo II</p>	<p>Pena (2010)</p> <p>Traquina (2005)</p> <p>Wolf (2002)</p> <p>Berger; Marocco (2006)</p> <p>Chaparro (2007)</p> <p>Bourdieu (1987)</p> <p>Lage (2005)</p> <p>Lima (1990)</p> <p>Serva (2001)</p> <p>Sousa (2002)</p> <p>Rothberg (2011)</p> <p>Sequeira (2005)</p> <p>Albuquerque (2000; 2012)</p> <p>Azevedo (2006)</p> <p>Charron; Bonville (2016)</p> <p>Christofolletti (2008)</p> <p>Correia (2011)</p> <p>Deuze (2005)</p> <p>Gomes (2002)</p> <p>Hohlfedt (2008)</p> <p>Moraes Junior; Antonielli (2016)</p>

		<p>Lycarião; Sampaio (2016)</p> <p>Lycarião; Maia (2015)</p> <p>Maia; Agnez (2010)</p> <p>Meyer (2007)</p> <p>McCombs (2009)</p> <p>Ribeiro (2016)</p> <p>Sartori; Porcello (2013)</p> <p>Schudson (2010)</p> <p>Silva (2014)</p> <p>Thompson (2008)</p>
UFRJ	Teorias do Jornalismo	<p>Genro Filho (2012)</p> <p>Traquina (2012)</p> <p>Wolf (2005)</p>
FCL	Introdução ao Jornalismo: Epistemologia e técnicas	<p>McLuhan (2012)</p> <p>Rossi (2005)</p> <p>Traquina (2008)</p> <p>Conti (1999)</p> <p>Lage (2006)</p> <p>Medina (2008)</p> <p>Meyer (2007)</p>
UFPR	Teorias do Jornalismo I Teorias do Jornalismo II	<p>Abramo (1987; 2003)</p> <p>Arbex Jr. (2001)</p> <p>Balzac (1999)</p> <p>Bourdieu (1997)</p> <p>Bucci (1993)</p>
UFMG	Teorias do Jornalismo	<p>Chaparro (1993)</p> <p>Alsina (2009)</p> <p>Berger; Marocco (2006; 2008)</p> <p>Correia (2011)</p> <p>Genro Filho (1987)</p> <p>Gomes (2009)</p> <p>Mouillaud (1997)</p> <p>Schudson (2010)</p> <p>Sodré (2009)</p>

		<p>França (1998)</p> <p>Shoemaker; Vos (2011)</p> <p>Zelizer (2004)</p> <p>McCombs (2009)</p>
PUCPR	Teorias do Jornalismo	<p>Hohlfeldt (2001)</p> <p>Wolf (2009)</p> <p>Marcondes Filho (2000)</p> <p>Traquina (2005)</p> <p>Nicolato (2019)</p> <p>Pena (2005)</p> <p>Vaz (2014)</p>
UFBA	Teorias do Jornalismo	<p>Gomes (2009)</p> <p>McCombs (2009)</p> <p>Alsina (2009)</p> <p>Traquina (2005)</p> <p>Berger; Marocco (2006; 2008)</p> <p>Correia (2011)</p> <p>Guerra (2003)</p> <p>Genro Filho (1999)</p> <p>Gutmann (2006)</p> <p>Lage (2006)</p> <p>Moretzsohn (2007)</p> <p>Pinto (2009)</p> <p>Rodrigues (1993)</p> <p>Schudson (2010)</p> <p>Sousa (2000)</p> <p>Travancas (1993)</p>
UFPB	Teorias do Jornalismo	<p>Alsina (2009)</p> <p>Amaral (1996)</p> <p>Bastos (2000)</p> <p>Berger; Marocco (2006; 2008)</p> <p>Burke; Briggs (2004)</p> <p>Fonseca (2008)</p> <p>Genro Filho (2012)</p>

		<p>Kunczik (2002)</p> <p>Lage (1979)</p> <p>Machado; Palácios (2004; 2007)</p> <p>Marcondes Filho (1986; 2002)</p> <p>Medina (1988)</p> <p>Meditsch (1992)</p> <p>Pena (2005)</p> <p>Schudson (2010)</p> <p>Sousa (2000)</p> <p>Traquina (1999; 2005)</p> <p>Wolf (1999)</p>
UNB	Teorias do Jornalismo	<p>Mouillaud (2002)</p> <p>Moura; Pereira; Adghirni (2015)</p> <p>Traquina (1999)</p> <p>Cotta (2005)</p> <p>Pereira (2011)</p> <p>Sodré (2009)</p> <p>Traquina (2005)</p>
UEL	Teorias do Jornalismo	<p>Barros Filho (2001)</p> <p>Moretzsohn (2007)</p> <p>Sousa (2002)</p> <p>Traquina (2002)</p> <p>Alsina (2009)</p> <p>Berger; Marocco (2006)</p> <p>Cebrian (2010)</p> <p>Groth (2011)</p> <p>Lage (2005)</p> <p>Marx (1980)</p> <p>McCombs (2009)</p> <p>Milton (1999)</p> <p>Pena (2005)</p> <p>Wolf (1994)</p>
UFOP	Teorias do Jornalismo	<p>Fabrino; Simões (2012)</p> <p>Groth (2011)</p>

		<p>Kovach; Rosenstiel (2004)</p> <p>Berger; Marocco (2006)</p> <p>Traquina (2005; 2008)</p> <p>Abramo (1999)</p> <p>Benetti; Fonseca (2010)</p> <p>Correia (2001)</p> <p>Neveu (2006)</p> <p>Porto (2004)</p> <p>Motta (2012)</p> <p>Silveirinha (2005)</p> <p>Silverstone (2002)</p> <p>Sousa (2006)</p>
UNISINOS	Teorias do Jornalismo	<p>Berger; Marocco (2008)</p> <p>Traquina (2013)</p> <p>Benetti; Fonseca (2010)</p> <p>Bortolli (2011)</p> <p>Costa (2009)</p> <p>Souza (2010)</p> <p>Lage (2012)</p> <p>Machado (2004)</p> <p>Reginato (2017)</p> <p>Medicsch (1997)</p> <p>Miguel (1999; 2019)</p> <p>White (2016)</p> <p>Bruns (2011)</p> <p>Breed (2016)</p> <p>Traquina (2005)</p> <p>McCombs (2009)</p> <p>Gonçalves (2005)</p> <p>Rodrigues (1993)</p> <p>Kovach; Rosenstiel (2001)</p> <p>Tuchman (1993)</p> <p>Lago (2014)</p> <p>Deuze (2016)</p>

Fonte: Do autor, a partir das informações coletadas.

Foi possível observar que há 14 obras com mais de três menções dentro de todo o universo coletado. A obra mais referenciada é **Teorias do Jornalismo (v. 1 e 2), de Nelson Traquina**. É possível afirmar que, provavelmente, esse é o referencial teórico de Teorias do Jornalismo mais popular do país. Na tabela a seguir, encontra-se a identificação das obras mais proeminentes e em quantos cursos de Jornalismo elas foram mencionadas como parte do conteúdo programático de ensino-aprendizagem.

Tabela 6: Obras referenciais por ordem de relevância

	Autor	Nome da obra / Ano da primeira edição brasileira	Quantidade de menções por curso
1	Nelson Traquina	Teorias do Jornalismo (v. 1 e 2, 2004/2005)	14
2	Christa Berger e Beatriz Marocco	A Era Glacial do Jornalismo – Teorias Sociais da Imprensa (v. 1 e 2, 2006/2008)	9
3	Adelmo Genro Filho	O segredo da pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo (1987)	7
4	Miquel Rodrigo Alsina	A construção da notícia (2009)	7
5	Maxwell McCombs	A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública (2009)	6
6	Mauro Wolf	Teorias das comunicações (1987)	6
7	Michael Schudson	Descobrimo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos (2010)	5
8	Nelson Traquina	Jornalismo: Questões, teorias e “estórias” (1993)	4
9	Jorge Pedro Sousa	Teorias da notícia e do jornalismo (2002)	4
10	Otto Groth	Poder cultural desconhecido: Fundamentos da ciência dos jornais (2011)	4
11	Marcia Benetti e Virginia Pradelina da Silveira Fonseca	Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos (2010)	4
12	Sylvia Moretzshon	Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico (2007)	4
13	Felipe Pena	Teorias do Jornalismo (2005)	4

14	Bill Kovach e Tom Rosenstiel	Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir (2001)	3
----	------------------------------	--	---

Fonte: Do autor, a partir das informações coletadas.

É importante notar que são identificadas diferentes edições da mesma obra. Em alguns casos isso pode significar que ocorreram revisões e ampliações dependendo da passagem do tempo. Isso pode significar que estudantes podem ter contato com conteúdo mais ou menos atualizados pelo próprio autor/editora. Aliás, a obra de Mauro Wolf foi a que mais apresentou versões distintas, que vão de 1994 a 2012, apesar da primeira edição ser de 1987.

Chama ainda atenção o fato de que a contribuição autoral feminina é menos lembrada na composição do material referencial de estudo do pensamento jornalístico. A obra de autoria de mulher com maior repercussão é o duplo volume de *A Era Glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa* (Editora Sulina, 2006, 2008). As coletâneas são fruto do trabalho de organização das professoras Beatriz Marocco e Christa Berger. Nelas, apresentam-se textos fundamentais de intelectuais alemães e norte-americanos sobre o jornalismo e a atividade de imprensa na sociedade. Encontra-se reflexões e tensões apresentadas por Max Weber, Ferdinand Tönnies, Otto Groth, Robert Park, Edward Ross e Walter Lippmann, até então não traduzidos para o português.

A atividade de tradução possibilita a inserção de textos restritos a certas comunidades linguísticas a uma maior circulação. No caso do ensino de graduação, permite que o estudante esteja em contato mais direto com conteúdos que demandariam mais escolarização e familiaridade com outros idiomas. A tradução suprime barreiras socioeconômicas e assimetrias. Além de ser a possibilidade de instigar o estudante a encarar a empreitada de estar em contato com a criação original que permitiu uma série de outras reflexões, uma intertextualidade fundamental ao avanço da compreensão de um fenômeno ou processo. No campo da pós-graduação em Comunicação, ainda é algo que se faz pouco para contribuir com o cotidiano dos professores, mas percebe-se que os textos mais aproveitados pelos cursos de Jornalismo são fruto de esforços de tradução ou de agrupamento de textos emblemáticos para refletir sobre o jornalismo.

Contudo, a obra de Berger e Marocco não contempla um pensamento autoral, tampouco brasileiro, menos ainda feminino. Isso só ocorre pela presença dos livros de pesquisa de Marcia Benetti e Virginia Pradelina da Silveira Fonseca *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos* (Editora Insular, 2010), que investiga o conceito de acontecimento no interior das teorias do jornalismo, privilegiando um conceito que lhe é fulcral; e de Sylvia Moretzshon *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico* (Editora Revan, 2007), a partir do ideal iluminista do

jornalismo, a autora estimula que o trabalho jornalístico seja marcado pelo senso crítico, de modo que os fatos não sejam naturais ou óbvios de serem reportados no cotidiano.

O resultado desse mapeamento corrobora com uma iniciativa anterior (GONÇALVES; SILVA; BATISTA; 2019) que aferiu como “incipiente e redutor o lugar que as teorias brasileiras do jornalismo estão resguardando às mulheres no campo científico, pesquisadoras que com afincado contribuíram para o enriquecimento das práticas de uma profissão fundamental para a compreensão da contemporaneidade” (p. 191).

Naquele estudo se averiguou e atravessou como está a paridade de gênero no material bibliográfico de disciplinas teóricas de jornalismo de 27 cursos de graduação, um por unidade da federação. Percebeu-se que cerca de 29,3% das obras, do rol de 235 indicações bibliográficas, eram fruto do trabalho acadêmico de mulheres. O olhar masculino prevalece junto ao arcabouço que forja uma cultura e os ideais do jornalismo para o futuro, mesmo que a área da Comunicação, em particular do Jornalismo, desde o início dos programas de pós-graduação conte com a presença significativa de mulheres. A lógica do apagamento de pesquisadoras e teóricas do Jornalismo é presente e incide de múltiplas formas, como em uma edição da revista científica *Pauta Geral* (v. 5, n. 2, 2018) que visava, exatamente, a publicização da expressividade atual das teorias do jornalismo. Ao explorar os aportes teóricos brasileiros, o dossiê temático do periódico apresentou dez estudiosos do Jornalismo. No entanto, a seleção contou apenas com um artigo que explora as contribuições de uma mulher – no caso, sobre Cremilda Medina –, ao passo que os demais versaram sobre o pensamento de homens pioneiros na constituição do campo acadêmico.

O mesmo se repetiu no mais recente livro do campo: *As Teorias do Jornalismo no Brasil* (Editora Insular, 2021), do professor Francisco Rüdiger, das Universidades Católica e Federal do Rio Grande do Sul. A obra apresenta e discute a contribuição brasileira à teorização do jornalismo, mostra, muito bem, que nossa reflexão não está aquém de nenhum centro acadêmico internacional, mas o faz com quase nenhuma menção às mulheres, novamente, com exceção de Cremilda Medina, cujo capítulo a ela dedicado a coloca como proponente de uma nova poética ao reforçar que o jornalismo é uma atividade que depende da relação entre sujeitos e de um saber comunicacional interdisciplinar e ecumênico, a partir da experimentação da oficina narrativa criativa.

Face a esse cenário de prevalência, não seria o momento de destacar a potência da visão daqueles posicionados como subjugados, como subalternos no processo de construção e sedimentação do conhecimento? Estabelecer interpretações em conjunto? Reconfigurar a estrutura de poder e de conhecimento. Convido-os/as a essa responsabilização e atuação coletiva.

2.

Necessidades e demandas por epistemologias complexas

2.1. Da guinada subjetiva à virada epistemológica

Os padrões convencionais de narrativas e de narradores jornalísticos têm sido há um tempo alvo de crítica dos estudos em jornalismo no Brasil. São alvo as textualidades jornalísticas, que em sua maioria, adotam no processo de elaboração do relato o apagamento das marcas de presença do autor e o distanciamento temporal e espacial do fato de modo a sedimentar o efeito de verdade e a captação objetiva dos acontecimentos.

O modelo de jornalismo profissional das empresas de mídia menciona a objetividade como parâmetro de qualidade e de compromisso ético com leitores de jornal, ouvintes de rádio, telespectadores e demais consumidores das notícias. No entanto, vários estudos já reforçaram a impossibilidade de ser objetivo, de ler a realidade sem interpretá-la. Esse problema também é comum aos cientistas e aos agentes da Justiça. Todavia, no caso jornalístico, o problema não está somente na avaliação de que o conhecimento da realidade é seletivo, situado e construído a partir de outras relações. De que aspectos subjetivos são inerentes ao processo. Está na perspectiva de que o acontecimento que o jornalismo registra é verídico, mas foi escolhido como o mais relevante entre outros possíveis fatos e esse processo não será neutro, mas também não pode criar assimetrias, como a de humanos mais importantes e humanos menos relevantes.

Não faltam exemplos: zonas de guerra e de conflito em território africano não recebem a mesma atenção que episódios de violência na Europa. A comoção social, o luto, a empatia e a indignação não são distribuídas igualmente quando o fato tem protagonistas de certas camadas sociais e grupos aliados – como a população negra, os pobres e as pessoas trans, a título de exemplo. O peso e importância que se dá na cobertura jornalística para com eventos semelhantes, mas em territórios distintos, como centro e periferia, sul/sudeste e norte/nordeste. São diferenças de cobertura noticiosa e interpretativa sentidas pelo espaço e tempo dedicados, na seleção das vozes e na linguagem adotada.

Trazer esses exemplos como forma de reconhecimento dos déficits jornalísticos tem sido salutar para o campo profissional. Revela-se que o jornalismo faz parte de sistemas de crença que produzem distinções sociais, algumas mais visíveis outras menos. No entanto, a naturalização

desses sistemas interfere na possibilidade de outras práticas por parte da maioria daqueles que compõe a imprensa brasileira.

Na experiência da sala de aula, por exemplo, o estudante de Jornalismo assimila rapidamente – quando já não chega ao espaço de formação com elas – ideias como o texto jornalístico precisa ir direto ao ponto, é preciso contar os pontos mais importantes do fato, sem opinar, mas com o compromisso de informar, após ter observado e ouvido os dois lados da história. São instruções que estão nos manuais profissionais do nosso campo, mas que também são fomentadas nos laboratórios práticos dos cursos de Jornalismo.

Como saída, tem se visto cada vez mais, principalmente, nos livros de repórter, a narrativa jornalística em primeira pessoa. Nela está a afirmação da verdade testemunhal do jornalista como parcial, incompleta, íntima e mesmo assim com um grande potencial de ampliar a compreensão de um acontecimento ou sobre o outro. Mesmo envolvente, atendem os princípios jornalísticos de respeito ao direito à informação e/ou de constituir subsídios para a formação de opinião. Para alguns, este é um possível caminho para uma atividade em crise desde o início do século 21.

Marcio Serelle (2009, p. 34) vê essa recuperação do “eu” nas narrativas jornalísticas como “a circunstância em que o sujeito, implicado naquilo que conta, confere ao relato o efeito de verdade principalmente pelo testemunho, desvelando, pela assunção da subjetividade e da afetividade, filigranas do outro, que normalmente escapam à percepção objetiva”.

Todavia, essa prática recuperada possui registros históricos emblemáticos que estão na origem da ascensão da reportagem a partir do final do século 19, no Brasil, em um momento em que o jornalismo é o espaço dos eruditos, no qual escritores e políticos dão vazão a debates filosóficos, a veia literária e a formação política da população – antes da caracterização dos jornais como empresas e das novas exigências de públicos. “Os textos ainda não revelavam um fazer jornalístico que abarcasse o traquejo do olhar o outro, perceber o outro, sentir o outro e, especialmente, dialogar com o outro” (MARTINS, 2016, p. 38).

É no trabalho do repórter João do Rio¹⁴ (João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto) que detectamos fortes marcas do sujeito, que vai às ruas, com uma sensibilidade jornalística, para alguns antropológica, para no crescimento das cidades e da vida urbana conhecer seus habitantes, numa narrativa do cotidiano que não escapa – pelo contrário, põe em centralidade – indivíduos pertencentes às camadas subalternas da sociedade carioca da *Belle Époque*.

¹⁴ O repórter João do Rio, um dos grandes expoentes da imprensa brasileira, era um homem negro, homossexual e gordo, características que marcam sua circulação na sociedade carioca, bem como sua narrativa e poética jornalística.

Embora presente no início da reportagem, esse narrador-sujeito rareou-se, no jornalismo moderno, em função da objetividade que se constituiu valor basilar, ético do campo, que passou também a explorar economicamente a noção (feições de neutralidade e independência, em oposição às de partidarismo, alcançam, em tese, público mais abrangente). (SERELLE, 2009, p. 35)

Na leitura das reportagens de João do Rio, Cremilda Medina (1978) irá identificar sua contribuição a partir dos seguintes pontos: a) sentir/experienciar a realidade; b) diálogo repórter/fonte; c) repórter narrador e descrição de ambientes e fatos; d) aprofundamento de contexto, de humanização e reconstituição histórica; e) ritmo narrativo da reportagem; e f) uso de recursos literários/estilísticos.

Todavia, nessa história, quando a imprensa ganha o contorno industrial/empresarial, a metodologia de trabalho dos jornalistas se modificará ao ponto de diminuir, mas não apagar o gesto autoral. É na emergência do paradigma informacional, guiado pelo pensamento funcional-positivista, em um trabalho que privilegia apuração e checagem de dados, a precisão e a mensuração, que a narrativa jornalística deixa de manter o senso de presença de quem a produziu. Impõe-se a relação sujeito-objeto, observador-observado, o apagamento de qualquer marca de subjetividade.

Sobre o dogma da objetividade jornalística, cabe efetuar uma menção a tese de doutorado de Patricia Patricio (2007). A pesquisa parte de uma reportagem com tema amazônico – o Festival Folclórico de Parintins – para investigar uma estratégia nomeada como transsubjetividade que articula na construção da reportagem os aspectos objetivo, subjetivo, intersubjetivo e normativo, a partir de Habermas. Patricio (2007) menciona como condições de transsubjetividade: a polifonia (ouvir as pessoas e exercitar a interação); a polissemia (os sentidos múltiplos das palavras); viver a emoção dos fatos; exercitar a percepção individual com entrecruzamentos com as do outro; cultivar o encontro face a face. É possível assim produzir, como jornalista-autor, um relato do presente com alta qualidade interpretativa. Para a autora, enquanto o manual de redação padroniza gramáticas, a ideia aqui é a da composição, típica do universo da música ou a receita da gastronomia, na qual basta conhecer os ingredientes, mas ainda se está livre para dosar e criar.

Enquanto isso, os princípios da objetividade também operam nas práticas científicas, como salienta Cremilda Medina (2008). A prática jornalística tem seu sustentáculo no arcabouço conceitual da modernidade, mas essas práticas profissionais solidamente estabelecidas – principalmente em manuais profissionais e códigos de ética e deontológicos – começaram a ser contestadas.

No século XIX se propõem gramáticas, presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social. O signo da divulgação que rege a relação ciência–sociedade se estrutura numa concepção

e prática semelhantes aos discursos que informam sobre a atualidade. (MEDINA, 2008, p. 18)

Curioso dizer que a autora propõe o resgate da autoria como elemento-chave da prática profissional. Na representação da atualidade, é necessário agir em função do vínculo com o Outro, com comprometimento do jornalista com sua comunidade. A reportagem cria condições para isso, ao ser a forma jornalística que narra a experiência humana, as cenas do cotidiano e ela pode estar combinada com um trabalho de apuração e checagem rigoroso, com precisão e qualidade. O problema está em reduzir os fatos sociais pela objetivação que observa, descreve, analisa e mensura. Equívoco que faz com que o jornalismo encarre a maior parte dos acontecimentos e sujeitos neles imbricados como coisas.

É nesse ponto que Jorge Kanehide Ijuim (2017), em articulação com esse debate, indica que os protagonistas dos fatos sociais são tratados como objetos por repórteres e editores, que carregam em seus fazeres estereótipos e estigmas que banalizam a vida humana. O autor provoca uma reflexão sobre o jornalismo ter que produzir narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, ou seja, humanizar o jornalismo para que ele não resulte em caricaturas do Outro; passe ao largo da complexidade dos fenômenos; e não deixe de reconhecer o Outro.

[...] ao ler/compreender uma pauta por um pensamento disjuntivo e reducionista, ignora a complexidade do fenômeno; não engajado à realidade, perde em cumplicidade com o outro e, por isso, não reporta a vida. E isso desumaniza. (IJUIM, 2017, p. 239)

O indígena, a prostituta, o migrante ou o pobre ainda são “estranhos” aos olhos de setores da imprensa brasileira. Várias motivações de ordem socioculturais colaboram para a criação de estereótipos e a conseqüente discriminação destes e de outros grupos sociais. Estranhar, não reconhecer o Outro é uma maneira de reforçar estigmas. E a imprensa tem reproduzido esta postura discriminatória que desqualifica o ser humano. (IJUIM, 2017, p. 240)

Esse cenário nos remete a uma série de episódios que marcaram o centenário do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP). Episódios que iremos descrever a seguir e cujo debate indicam que o fazer jornalístico é calcado numa perspectiva epistêmica dominante, que sofre fraturas e abre possibilidade de outras formas de produção do conhecimento sobre jornalismo como campo e suas inter-relações com a sociedade.

Primeiramente, trazemos a *Folha de S. Paulo* aqui em virtude de o jornal-empresa exercer relevante atuação na sociedade brasileira desde sua fundação em 1921. Trata-se de um dos jornais diários nacionais de interesse geral mais lidos e o de maior circulação no País. Como parte do Grupo Folha, um dos principais conglomerados de mídia do Brasil, a *Folha* se propõe a produzir conteúdo jornalístico crítico, plural e apartidário com o propósito de aprimorar a democracia e reduzir as

desigualdades brasileiras. Entre seus valores, o jornal tem expressado nos últimos anos um discurso pela diversidade.

Em 2019, o jornal criou a posição de editora de Diversidade, cuja atuação tem a missão de estimular as fontes ouvidas em reportagens, além de refletir sobre a variedade da vida social no dia a dia da redação. O diretor de Redação da *Folha* Sérgio Dávila chegou a declarar que a editoria atuaria na análise das reportagens publicadas para diagnosticar se as fontes ouvidas eram apenas masculinas, heterossexuais e brancas.

A decisão foi inspirada no movimento de criação de Editorias de Gênero iniciado pelo jornal *The New York Times* e acompanhada pelo jornal espanhol *El País*, em 2018; pelos argentinos *Clarín* e *Infobae*, em 2019; e pela *Reuters*, em 2019. A mudança ocorreu como efeito do movimento #MeToo, uma campanha contra o assédio sexual iniciada pelas atrizes de Hollywood que resultou em cerca de meio milhão de depoimentos espontâneos nas redes de sociabilidade digital sobre episódios semelhantes vividos por mulheres no convívio com homens no ambiente de trabalho.

A ideia da editoria é incorporar um especialista em questões de gênero dentro dos veículos jornalísticos, não para constituir uma equipe de repórteres e ter um espaço temático para histórias, mas como ação transversal para o equilíbrio na presença de homens e mulheres nas informações. Entre os compromissos assumidos pelas editoras, elas mencionam “agir com lentes de gênero”; “planejar e melhorar a cobertura sobre os temas de gênero”; “oferecer uma sensibilidade feminista” e “impulsionar a busca por mais fontes femininas e LGBTQIA+”.

—

Nesse período, o tema da diversidade passou a ser discutido com mais força dentro da Redação. Não que isso não acontecesse antes, mas agora o assunto ganhou uma certa proeminência. Repórteres, editores e a direção hoje têm claro que o perfil do jornal precisa ser ampliado.

Flávia Lima (Folha, 2021)

—

Na *Folha*, a opção foi a criação da Editoria de Diversidade com a nomeação de Paula Cesarino Costa, até então ombudsman do veículo. O cargo já foi ocupado por Alexandra Moraes e atualmente é exercido por Flávia Lima¹⁵.

1º episódio – Série E Eu? – O jornalismo precisa me ouvir

Em fevereiro de 2021, o jornal FSP lançou um projeto especial com entrevistados de diferentes grupos sub-representados para apontar as falhas do jornalismo na cobertura da diversidade brasileira, em especial, na abordagem de questões de raça, gênero e classe social.

¹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/jornalismo-nao-fala-mais-so-para-classe-media-branca-diz-nova-editora-de-diversidade-da-folha.shtml>

São 13 depoimentos em vídeo e texto que comentam o jornalismo e as falhas mais recorrentes na tratativa da imprensa, quando o jornalismo noticia —ou não noticia— assuntos que dizem respeito a indígenas, negros, refugiados, feministas, pessoas com deficiência; praticantes de religiões de matriz africana; gays e bissexuais; pessoas trans; trabalhadores de aplicativos; e moradores das periferias do Brasil.

Ilustração 1: Participantes da série *E eu? – O jornalismo precisa me ouvir*



Fonte: Reprodução/Folha de S. Paulo.

A escritora e professora de literatura Amara Moira, de 36 anos, participa com uma fala sobre pessoas trans na mídia noticiosa. Ela destaca que as reações ao livro que escreveu após uma série de experiências vividas de prostituição ao mesmo tempo em que desenvolvia seu doutorado na Unicamp. Ela sentiu uma espetacularização do fato de ser uma travesti-doutora-prostituta, o livro era um mero detalhe. Sua ênfase é na ideia de que o corpo trans e travesti é público que pode ser examinado por qualquer pessoa e pela cobertura midiática. Os meios jornalísticos partiram do deslumbramento diante das cirurgias de afirmação de gênero dos anos 1950 até um posicionamento de aversão e ódio nos anos 1980, período de perseguição policial de travestis e prostitutas, ao tratar pessoas LGBTQIA+ de forma aberratória. As travestis eram tidas como figuras terríveis, violentas, agressivas. No entanto, esse posicionamento ainda é atual e a escritora relembra o caso de Lourival Bezerra, que em 2018, após o falecimento teve o corpo periciado pelo Instituto Médico Legal e após ser identificado como um corpo com vagina teve sua história contada nos meios de comunicação como “a mulher que se passou por homem por 50 anos e enganou todo mundo”.

Muitas vezes fiquei profundamente irritada com matérias e, quando conversava com o jornalista, ele me dizia: “Ah, foi o meu editor que mudou o título na hora. Escrevi de outra forma, mas ele achou que assim iria gerar mais repercussão”.

Amara Moira (Folha, 2021)

Na avaliação de Moira, práticas jornalísticas produzem uma contradição ao narrar sobre vidas trans. Tem cada vez mais uma pluralidade de abordagens, algumas respeitosas, outras não. Mas ao se ler a palavra travesti hoje, não se tem mais certeza de que o texto jornalístico aborda assassinatos e corpos encontrados, as estatísticas de crimes de ódio. O jornalismo tem projetado outras possibilidades de existir, como quando fala da artista Linn da Quebrada ou sobre figuras que estão se firmando como referências artísticas e intelectuais.

—
Já recebi muito convite assim: “A gente quer gravar com você, você pode se pintar? Pode vir sem camisa, pode colocar uns colares?” Por que eu não posso ser simplesmente eu?

Thiago Karai Jerupé (Folha, 2021)

—

Outra participante da série que chama muita atenção é a jornalista e cientista social Bianca Santana, de 36 anos, que fala sobre a representação de pessoas negras na imprensa. Para ela, a cidade que o jornal registra, narra, não conta com certos bairros, nem traz certos corpos. Assim como os livros, o jornalismo trata de realidades, que Santana, julga serem distintas dela, mesmo que interessantes. Não tinha gente preta, nem parda na *Folha de S. Paulo*. A exceção se dava no noticiário de assassinatos quando a história de

letalidade não dá conta de pensar a injustiça em todas as suas dimensões, nem mesmo em ouvir atentamente quem se sente mais prejudicado com a morte – a família da vítima. Em sua atuação como jornalista, Santana passou a se preocupar em contar as histórias que a imprensa mais convencional não se atentava, numa forma de combate ao jornalismo parcial, arrogante, fútil e racista. Esforço que a levou a lecionar na instituição de ensino que se graduou, a Faculdade Cásper Líbero. Na revista-laboratório construiu junto com os discentes uma matéria sobre as ocupações de escolas do ensino médio em 2016 como forma de protesto ao anúncio do fechamento de escolas, cortes de verba e a máfia das merendas. Ouviu do diretor da faculdade que aquilo não era jornalismo, mas militância. Sua resposta: “não é porque a *Folha* não noticia que não é jornalismo”.

No depoimento sobre a representação dos povos indígenas no jornalismo, Thiago Karai Jerupé, 26 anos e ativista da Terra Indígena Jaraguá, na zona norte de São Paulo, afirma que enquanto a atividade de imprensa não for exercida com real proximidade com a realidade e os direitos indígenas, ela vai somente contribuir para o capitalismo, que é o acúmulo de riqueza. E a riqueza não traz muita coisa além da destruição. A morte do indígena não é levada a sério. A perda do território não é tratada com seriedade e profundidade. Segundo ele, acham que indígena urbano, com roupa, telefone e demais recursos tecnológicos, não é mais indígena. Também são pautas indígenas a recuperação de rios, reflorestamento, projetos de urbanização e impacto ambiental e sociocultural.

A jornalista, tradutora e poeta, Stephanie Borges, 36 anos, comentou sobre a representação das feministas no jornalismo. Para ela, por um bom tempo o feminismo foi tratado na mídia como mera questão comportamental, pelo desejo de mulheres que querem fazer atividades negadas a elas. Ela questiona ainda a linguagem jornalística e a preocupação com a objetividade. Ao usar construções como “suposto estupro”, coloca-se em dúvida a palavra da denunciante, principalmente, quando há prova e material que registra a violência. Ela recomenda ainda que os jornalistas posicionem a mulher na notícia como sujeito, como alguém que tem direito de sair de uma relação, como alguém que não merece apanhar.

A gente ainda tem que explicar para as pessoas que não é um feminismo, são vários. Existem várias vertentes, várias feministas inseridas em lutas diferentes.

Stephanie Borges (Folha, 2021)

Sobre a representação feita sobre moradores de favelas e periferias, o projeto acolhe a voz de Eduardo Lyra, 33 anos, fundador do instituto Gerando Falcões presente em 300 favelas do País. Para ele, a imprensa precisa se sofisticar. Entender o que está emergindo da periferia e criar processos de escuta. O jornalismo tende a ouvir sempre o mesmo conjunto de pessoas, que não representa o todo. Ele questiona ainda se o jornal, para se inserir mais nessas localidades, não deveria ofertar assinaturas com valores acessíveis.

Babalorixá e doutor em antropologia pela PUC-SP, Pai Rodney William, 46 anos, ao falar sobre os praticantes de religiões de matriz africana, na sua avaliação sobre o papel do jornalismo, levantou os questionamentos: como um jornal atua na sua prática cotidiana de comunicar as políticas de morte e a promoção da igualdade e da justiça numa sociedade extremamente racista? Qual é o papel de um jornal numa sociedade como a nossa? É papel da imprensa ser imparcial nos episódios de perseguição as religiões e culturas negras? Para ele, o candomblé era trazido para o jornal nas páginas policiais e se adjetivava de maneira muito negativa. “Hoje se tem um pouco mais de cuidado, mas ainda assim há um deslize aqui e ali”.

Sobre as pessoas com deficiência, a atriz e consultora de inclusão Tabata Contri, 40 anos, destacou o quanto jornais, revistas e TV não aparecem na mídia em posições do cotidiano. E quando estão presentes é de duas maneiras: “com o rótulo do coitadinho. Ou o outro extremo, também muito perigoso, de lição de vida, exemplo de superação, esses clichês. Isso tem nome: se chama capacitismo, que é a discriminação direcionada à pessoa por causa da deficiência”.

Muitas vezes dou uma entrevista e o jornalista completa: "Ela é uma lição de vida, um exemplo de superação." Eu entendo que superei a deficiência, mas já faz 20 anos. Eu queria ser elogiada pela minha competência.

Tabata Contri (Folha, 2021)

No depoimento Isabel Dias, 65, escritora e palestrante, sobre a representação de idosos. Destaca-se o modo como o jornalismo nomeia esse grupo, principalmente, a mulher: "madura", "terceira idade", "melhor idade". "Não sei nem se posso me chamar de velha. Eu sou uma adulta com mais de 60 anos". Para ela há um forte tabu em falar da sexualidade dos idosos e que é preciso ter uma cobertura mais explícita dessas histórias, visto que o Brasil possui 30 milhões de adultos com mais de 60 anos, 13% da população. "Nós queremos informação. Nós queremos cultura. Queremos abrir o jornal e não só ler o obituário". Ela diz isso, principalmente, após a pandemia de Covid-19 que reforçou o idoso como alvo de notícias ruins. Fala-se de risco e de morte, da saúde e da vulnerabilidade do corpo. O que é redutor.

Complementam ainda: a) o jornalista João Abel, de 23 anos, que sobre a representação dos gays e bissexuais dirá que numa redação de esportes a maioria dos profissionais é constituída de homens heterossexuais, o que pressupõe que a causa LGBTQIA+ não é algo vivenciado ali. Para ele, no mês do Orgulho LGBTQIA+, em junho, o jornalista esportivo fala disso porque é uma pauta que está no noticiário, mas não é algo recorrente. Caberia ao jornalismo pautar mais as ações de luta contra a homofobia no futebol e deixar claro que a imprensa esportiva é um ambiente de discussão sobre um objeto social; b) o engenheiro Talal al-Tinawi, 48, refugiado da guerra da Síria, refletiu sobre os refugiados na imprensa. Na avaliação dele, os jornalistas precisam construir reportagens que diferenciem as experiências dos refugiados de territórios distintos. "Falar de um refugiado sírio é bem diferente de falar de um refugiado venezuelano ou haitiano. Cada refugiado tem uma cultura, uma religião bem diferente. Refúgio não é tudo por causa de guerra"; c) a faxineira e influenciadora digital Veronica Oliveira, 39 anos, cujo foco é a representação dos trabalhadores domésticos no jornalismo. De um modo geral, ao seu ver, a mídia e a imprensa retratam o trabalho doméstico de forma caricata. Na percepção de Oliveira, os/as jornalistas são um grupo com repertório e perfil semelhante ("é todo mundo branco classe média que estudou em grandes faculdades e vai para grandes veículos de imprensa") e isso faz com que no trabalho de reportagem muitos o façam com ideias preconcebidas, não há abertura e troca com os protagonistas sociais neste caso.

—

*Um repórter estava na minha casa
— quando eu morava num
quartinho de pensão —, viu um
livro e comentou que faxineiras
não liam Nietzsche. Perguntei:
"Mas com quantas faxineiras você
já conversou antes?"*

Veronica Oliveira (Folha, 2021)

—

2º episódio – Artigos e opiniões sobre pluralidade no jornalismo

No período celebrativo do centenário do jornal, a FSP publicou um rol de textos opinativos com diagnóstico semelhante: a diversidade é decisiva e determinante para fazer bom jornalismo. A título de exemplo a afirmação feita pela jornalista norte-americana Nikole Hannah-Jones (FSP, 23 fev. 2021); pelo jornalista Caê Vasconcelos, da Agência Mural (17 jun. 2021); pela educadora do

Instituto Palavra Aberta Elisa Tobias (FSP, 18 nov. 2021); e pela filósofa e colunista da *Folha* Djamila Ribeiro (7 jun. 2022).

—

[...] existe uma diferença entre ser ativista e ser jornalista. Mas também acho que todo jornalista, em certa medida, é um ativista porque, nos EUA, acreditamos que o jornalismo existe para responsabilizar pessoas em posições de poder, para falar em nome daqueles mais vulneráveis. Acreditamos que jornalismo é necessário para a democracia. E todas essas posições não são neutras, mas ativas. Meu ativismo toma forma quando escrevo e exponho injustiças.

Nikole Hannah-Jones (Folha, 2021)

—

Em entrevista concedida ao jornal com o título “Diversidade é crucial para fazer bom jornalismo”¹⁶, Hannah-Jones comentou que “diversidade não é sobre se sentir bem ou ser politicamente correto, é sobre precisão e sobre refletir de maneira fidedigna o seu país”. No caso brasileiro, assim como nos Estados Unidos, temos países multirraciais, mas quem faz o noticiário não é. As redações jornalísticas têm a composição semelhante aqueles que compõe os extratos mais poderosos da sociedade. A jornalista foi

responsável por um projeto especial para o *The New York Times* sobre o aniversário de 400 anos da comercialização dos africanos escravizados na colônia de Virgínia e o legado histórico antinegro ainda presente na sociedade norte-americana, como resultado ela recebeu em 2020 o prêmio Pulitzer, dado aos trabalhos de referência do jornalismo mundial.

Já Caê Vasconcelos, no artigo “Pluralidade no jornalismo deve ir além do mês de junho”¹⁷, comenta a ausência de pessoas LGBTQIA+ nas redações de veículos convencionais, mas também independentes e nativos digitais. “É como se o jornalismo feito por pessoas LGBTs (principalmente trans) e/ou negras fosse invisível”. Para ele, o problema começa nos processos de recrutamento e que essa ausência afeta as possibilidades de um jornalismo mais humanizado, com menos erros de reprodução de LGBTfobia e racismo no conteúdo, em especial nas manchetes. Como homem trans, bissexual e periférico, Vasconcelos ressenete o fato de ainda ser um dos poucos a assinar reportagens em sites jornalísticos e de estar na televisão – ele foi o primeiro jornalista trans a participar da bancada do Roda Viva (TV Cultura) na edição que entrevistou a vereadora

¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/diversidade-e-crucial-para-fazer-bom-jornalismo-diz-vencedora-do-pulitzer.shtml>

¹⁷ <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2021/06/17/pluralidade-no-jornalismo-deve-ir-alem-do-mes-de-junho/>

Erika Hilton (PSOL/SP), a mais bem votada do país em 2020 com mais de 50 mil votos para a Câmara Municipal da São Paulo.

Em “Por que precisamos de mais pessoas pretas no jornalismo”¹⁸, a educadora Elisa Tobias, do Instituto Palavra Aberta, corrobora com o argumento de que a presença de pessoas pretas no jornalismo pode culminar em um “olhar sensível” para questões sistematicamente negligenciadas. Ela afirma que o destaque para as pessoas não-brancas no noticiário se dá em datas celebrativas ou quando a pauta é violência policial, quando há pessoas negras aptas a tratar de outros temas, como assuntos econômicos, culturais e políticos. “Temos pouquíssimos apresentadores pretos nas mídias brasileiras de maior audiência, cargos normalmente ocupados por pessoas brancas, o que não reflete nossas diversidades populacional e cultural”.

Por fim, a FSP deu espaço à defesa que Djamilia Ribeiro, colunista do jornal, faz da diversidade nas redações em um evento em que lançava um curso online sobre **jornalismo contra-hegemônico**¹⁹. Segundo Ribeiro, o jornalismo tem o poder de mudar as imagens que são criadas acerca das periferias, favelas e pessoas negras a partir das histórias que decide noticiar. Para ela, as equipes de jornalismo podem narrar mais sobre os “símbolos de vitória”, as histórias de potência e de transformação. Por exemplo, a existência de um coletivo de mulheres em Heliópolis que criou uma escola feminista ou que em Parelheiros existe uma biblioteca que ministra cursos dentro de um cemitério.

Mestre em filosofia, Djamilia Ribeiro chegou a dar início a uma graduação em Jornalismo, mas não concluiu. Em 2020, a escritora foi convidada pelo curso de Jornalismo da PUC-SP a lecionar a disciplina Jornalismo Contra-Hegemônico. Convite que ocorreu a pedido das alunas e dos alunos do curso para a instituição de ensino. A proposta busca um jornalismo que se atenha aos grupos marginalizados, com ausência de melhores condições de vida, que são pouco ouvidos e sub-representados: “a forma como o jornalismo aceitava a ausência de pessoas negras não pode mais ser tolerada, [...] o jornalismo é um espaço estratégico para o combate às desigualdades sociais. E também é um elo entre diferentes grupos da sociedade [...] o aprimoramento do jornalismo vai fazer com ele faça sentido para mais pessoas”.

3º episódio – Carta dos jornalistas da Folha e a posição da direção do jornal

¹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/por-que-precisamos-de-mais-pessoas-pretas-no-jornalismo.shtml>

¹⁹ Disponível pela Feminismos Plurais em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLFPoym5Hme4cAcV6t-kUvIxD-ttAiiRj1>

Em janeiro de 2022, a Folha teve que lidar com acusações internas e externas de veicular textos racistas. A situação ocorreu, principalmente, com a publicação do artigo "Racismo de Negros contra Brancos Ganha Força com Identitarismo", do antropólogo baiano Antonio Risério, no espaço Ilustríssima (16 jan. 22) do jornal (tanto digital quanto impresso). No texto, Risério diz que existem práticas racistas de pretos contra brancos frente a uma leitura da inexistência de qualquer prática racista cometida por pessoas negras. Em seguida, o jornal publicou textos de oposição as ideias de Risério, além dos comentários dos leitores que também discordavam da interpretação do antropólogo.

Porém, a surpresa se deu com a decisão de um grupo de jornalistas da própria FSP que encaminhou à direção uma carta que expressava preocupação com a recorrência com o qual o jornal publica textos e conteúdos racistas. Os trabalhadores do jornal dizem que os artigos e colunas são “amparados em falácias e distorções, negam ou relativizam o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira”. São textos que a equipe julga serem publicados pela rápida repercussão nas redes digitais e pelo fato de se tornarem os mais lidos no site. E por isso, configura-se um padrão nocivo fruto das decisões editoriais do Jornal.

Diante da celeuma, o diretor de Redação, Sérgio Dávila, forneceu uma resposta aos remetentes da carta – 192 jornalistas que assinam abertamente mais 16 na condição de anonimato. Dávila desqualificou a acusação com argumentos simples: alegou que o abaixo-assinado não possui fundamento, que a *Folha* não faz qualquer relativização ou apologia ao racismo por se tratar de um crime. Também acusou com a alegação de que a crítica vai contra um dos pontos basilares do Projeto Folha: a pluralidade de ideias e a defesa intransigente da liberdade de expressão. Todavia, chama atenção a ênfase na ideia de que os jornalistas tomaram uma iniciativa parcial, isto é, ativista – característica que Dávila considera indesejável aos profissionais do jornalismo.

O jornal deu transparência para toda a situação e informou a sua comunidade de leitores que seria realizado um seminário interno para debater pluralismo e a questão racial. Acrescentou ainda que a *Folha* criou um programa de treinamento em jornalismo diário exclusivo para profissionais negros – iniciativa na segunda edição – e que tem acionado medidas para enfrentar o racismo institucional dentro do próprio jornal como a criação do cargo de editor de Diversidade, o aumento do número de colunistas negros e o critério de equidade racial para a composição do novo conselho editorial do jornal.

...

Como pode se perceber a partir dos três episódios citados, o jornalismo não está distante dos novos projetos de sociedade, de marco civilizatório, dos debates sobre uma sociedade desigual que os

grupos atingidos por assimetrias, precariedades, violências e sub-representações acionam na contemporaneidade. Nem mesmo a prática jornalística de referência, aquela feita por veículos com tradição, prestígio e credibilidade social atreladas às empresas de mídia com forte poder político-econômico.

Há um aumento da visibilidade de questões relativas à diversidade, em especial, às identidades sociais de gênero e raça. É um fenômeno que inclui não somente como se dá a representação jornalística de grupos e sujeitos, a produção e reprodução de sentidos, mas também o jornalismo como área de conhecimento que também é questionada, fissurada por essas questões.

As demandas de subjetividades negligenciadas até então pelo jornalismo convencional se dão pela busca pela efetiva adesão dos agentes jornalísticos por práticas que se atenham para:

- a) *A dignidade de humano ser*: não basta reconhecer o diferente, tampouco tolerar, mas criar uma comunicação com o Outro que torne sua experiência inteligível.
- b) *O lugar de escuta*: ao mediar grupos de interesse e vozes dissonantes. Fornece uma abertura para visibilizar o Outro com complexidade.
- c) *Integrar mais visões de mundo*: desejo de que o jornalismo conte com mais participantes em seu fazer, que a pluralidade esteja presente nas equipes que narram o cotidiano.

Porém, este processo em empresas jornalísticas envolve, como vimos, tensões e conflitos. O esforço da FSP para responder às demandas do cenário político-social contemporâneo foi elevado a um compromisso com a sociedade, mas a autocrítica não é simples, ainda mais quando há constrangimentos organizacionais que envolvem déficits da mentalidade jornalística de outrora.

Na situação envolvendo o texto de Risério, os jornalistas da Folha e a direção do Jornal, muito foi dito e reforçado. Falou-se em opinião embargada, de censura interna, de radicalismo identitário, de policiamento do pensamento, de falta de consciência racial, de texto com teorias supremacistas, de jornalismo negligente.

Todavia, isso não implica que o jornalismo não tenha que se ater a uma série de interrogantes: seria o compromisso com a objetividade mais relevante que o respeito à dignidade humana e os direitos humanos? A liberdade de expressão acolhe toda possibilidade de discurso? O jornalismo está livre de produzir desentendimento? As ações de participantes de grupos minorizados nunca podem ser tomadas como autoritárias? A certeza e a convicção não abrem espaço para o destoante, para novas práticas e mentalidades. Pelo contrário aprisionam.

Um espaço dedicado à produção de informação e conhecimento, como o jornal, deve estimular que um tema seja abordado pelo maior número possível de perspectivas, a pluralidade enriquece,

questiona padrões, desmonta falácias e amplia a mentalidade de quem está no diálogo social. Porém, certas falas reforçam a universalidade do poder – do masculino, da branquitude, da heteronormatividade. Correr tão prontamente para denunciar o outro lado como violento – quando este foi historicamente subalternizado – parece mais uma atitude de quem quer controlar ou de quem teme ideias emergentes. Autoras do feminismo negro (como Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, Grada Kilomba e Djamila Ribeiro) tem recorrentemente apresentado que a depreciação de certos saberes e pontos de vista operam para a manutenção do conhecimento aceitável e validado dentro de sociedades de poder.

Como contraponto, existe a possibilidade autoritária de pessoas que enfrentam constrangimentos sociais e violências estruturais imporem entre si e com outros intervenções, rejeições e silenciamentos. Tornou-se recorrente nas redes digitais o uso das designações identitárias, que são políticas e estratégicas, como uma ideologia normativa e de pertencimento que rejeita o outro e seu mundo [nomeado popularmente como cancelamento]. Esse alerta é feito por muitos autores contemporâneos, mas é em uma argumentação dubitável²⁰, que a historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco, em *O Eu Soberano: Ensaios sobre Derivas Identitárias* (2022), alcança uma avaliação pertinente: as políticas identitárias no ideal de lutas emancipatórias podem esbarrar em políticas de Narciso, isto é, sujeitos tomados pelas angústias identitárias em sociedades marcadas pelo individualismo e pelos comportamentos particulares não concebem a ideia de diferença e de alteridade, o outro é assimilado como inimigo, o que enfraquece o ideal de vida coletiva e se constitui em isolamento – na incomunicação. O que a autora incita é a distinção daquilo que dignifica e aquilo que deprecia os frutos dos estudos de gênero e de identidade.

2.2. Epistemologias de alteridade no Jornalismo

Um vocalizador incansável da educação do futuro é o escritor francês Edgar Morin. Para ele, é necessário promover cada vez mais a circulação dos saberes de modo a romper com a fragmentação do conhecimento, que até então o nosso modo de viver estimula. Para Morin (2000), é importante ter o pensamento complexo capaz de contextualizar e religar diferentes saberes e dimensões da vida. A humanidade precisa de mentes abertas, escutas mais sensíveis, pessoas comprometidas com

²⁰ Em muitas passagens a autora deprecia a importância dos estudos de gênero, queer, raça e decolonialidade, principalmente, quando aborda o fenômeno da transexualidade e as cirurgias de afirmação de gênero. Por exemplo, ao afirmar que uma pessoa trans cirurgiada não terá o menor prazer sexual. Como intelectual, ao classificar essas demandas como identitárias, ela sublima suas próprias marcas de identidade, principalmente, de mulher branca europeia.

a ecologia e com a democracia. Essas são características perfeitamente compatíveis com os jornalistas.

Como vimos, a mentalidade que constituiu a prática jornalística acompanhou o fortalecimento da objetividade, pelo positivismo, do sujeito que tece observações “isentas” do objeto, de forma mais fiel possível, para outro momento no qual há a percepção crítica de que o jornalismo é construção simbólica do mundo, a partir de estudos ligados às perspectivas da narrativa, da representação e do discurso – a qual os jornalistas e o jornalismo podem assumir para o público que a prática envolve o encontro de subjetividades (de quem pratica o jornalismo, de quem é representado ou empresta sua voz e do público que confere sua interpretação ao que leu/viu/ouviu).

Se é preciso, portanto, pensar na preparação intelectual dos jornalistas (o agente-autor do diálogo social) para a interação-mediação com a sociedade, Edgar Morin nos estimula a colocar em centralidade nas práticas educacionais o que é a condição humana: “reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano” (2000, p. 47), sem deixar de estabelecer a situação do ser humano no universo (na sua condição no cosmos físico e na esfera da vida). Portanto, estimula-se a criação de nexos entre saberes que ultrapassem as disciplinas.

Em seus títulos sobre o jornalismo e a comunicação social, Cremilda Medina menciona um casamento indissolúvel entre teoria proveniente da pesquisa e a prática desenvolvida no jornalismo. Esse movimento desde os primeiros anos da década de 1970²¹, na Universidade de São Paulo, a levaram a Epistemologia do Diálogo Social. A autora desde cedo estava preocupada com a comunicação eficiente, a produção de sentidos, de uma maneira distinta que seus colegas. Para ela, o jornalista é incapaz de tecer um retrato chapado da realidade, de recuperar com objetividade o objeto que está fora dele. O autor de narrativas, seja jornalista ou não, procura a verossimilhança, a referência na realidade cultural. Ela encontra na dialogia a característica fundamental ao profissional da comunicação coletiva. Narrar o mundo implica promover mediações entre pessoas e entre saberes: do cotidiano, das ciências e das artes, por exemplo.

Medina (2014) no contato com grupos de graduação ou de pós, com jovens e idosos²², trabalha com a conjugação de contribuições disciplinares para as narrativas da contemporaneidade, mas com uma escuta interdisciplinar que os leva a transcendência disciplinar. Isso se deve a experiência

²¹ As bases do projeto de pesquisa começaram ainda na década anterior, quando Cremilda Medina atuava na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto na USP se inicia com o mestrado da professora.

²² Participantes da iniciativa da USP, começada pela professora Eclea Bosi, de abertura da Universidade para pessoas com mais de 60 anos afim de aprofundar conhecimentos em áreas de interesse desse público. O programa é de 1994 e antecipou demandas que se concretizaram com o Estatuto do Idoso, de 2003.

do Projeto Plural e da série de livros Novo Pacto da Ciência, com ensaios e diálogos interdisciplinares. A reflexão epistemológica enriquece a todos com a razão complexa, inquieta, interrogativa, afetada pela experiência solidária. Alertam-se para os perigos de raciocinar em termos de causa e efeito, de certo e errado, com maniqueísmos, de forma linear e progressiva, além da fronteira sujeito/objeto.

Sutileza e compreensão de mundo vão desaguar numa narrativa original. O autor abandona a pretensão arrogante de dono da verdade e desliza, humildemente, no pântano anônimo do cotidiano incerto e não sabido. Ao se relacionar com os parceiros da aventura contemporânea, experimenta a interação sujeito-sujeito, bem diferente do enquadramento do outro como objeto de seu relato (MEDINA, 2014, p. 48)

No primeiro volume, anais do Primeiro Seminário Transdisciplinar, enumeram-se noções mutantes que questionam os modos sedimentados de decifrar a experiência do real, que mudam a mentalidade de simplificação do mundo: (1) de causa e efeito para intercausalidade; (2) de sujeito e objeto para sujeitos intercondicionantes; (3) de universo sólido para poroso; (4) de massa destrutível ou indestrutível para a massa está em transformação; (5) de substância e acidente para relação complexa; (6) de ser da matéria e sua atividade para o ser da matéria e sua atividade não podem ser separados, constituem aspectos diferentes da mesma realidade. Tratam-se de noções de pensamentos ofertadas pelos físicos que convém aos profissionais que tendem, ao trabalhar com uma pauta, ao enquadramento que atrofia sua vitalidade e processo.

A informação jornalística plenamente humanizada atenderia, pois, a uma demanda complexa: ideias ou conceitos ou diagnósticos, emoções e mitos, comportamentos e estratégias de ação. Uma vez que o jornalista é um mediador-produtor de sentidos, ele capta conceitos, emoções e comportamentos da sociedade – a realidade cultural imediata a que está exposto – e os representa na notícia, na reportagem ou em qualquer outra peça jornalística. (MEDINA, 1990, p. 196)

Nesse sentido, causa certa estranheza a busca pelo status do jornalismo como ciência autônoma, sem confluência, contato ou bagagem de outras áreas do conhecimento. A professora Gislene Silva (2009) ao tratar do jornalismo no universo da academia, em meio às condições institucionais e políticas, menciona a importância de se pensar sobre o campo epistêmico, isto é, o investimento conceitual, metodológico e teórico na direção da disciplinarização. Para ela, a tentativa de levar adiante a ideia de alguma cientificidade dos estudos em Jornalismo tem ocorrido por meio de estratégias que fazem rupturas duvidosas: a primeira, dos estudos de Jornalismo, elaborados a partir de outras ciências sociais, com os estudos em Jornalismo, tecidos a partir de teorias do jornalismo; a segunda, do conhecimento cotidiano, intuitivo do que é o jornalismo, em relação ao conhecimento sistemático e analítico do que é o jornalismo; a terceira, da Comunicação e do Jornalismo, em prol da autonomia deste último; e quarto, da distinção de um jornalismo da prática

profissional, de outro como tema de pesquisa e de um terceiro como área de ensino. “Assim, define-se a atuação técnica profissional e os processos e produtos da rotina jornalística como *locus* único da teoria, que brotaria da prática” (SILVA, 2009, p. 202).

O resultado é o tratamento comum que fixa a teoria do jornalismo como teoria da notícia. Por isso, boa parte das tentativas de explicar a finalidade do jornalismo enfatizam o processo de produzir e oferecer as notícias. Segundo Silva (2009), ao fundamentar-se nas práticas e ater-se à tradição, tanto a pesquisa quanto o ensino cumprem regras/perseguem manuais sobre os modos de escrita (gêneros jornalísticos), além de repetir acriticamente princípios e procedimentos éticos da profissão (verdade, imparcialidade, objetividade, atualidade).

Tampouco os livros publicados aqui sobre Teoria do Jornalismo têm contribuído para pensar o campo [...]. Não garantem um denominador comum de teorias para a área, não discutem as filiações dessas teorias jornalísticas dentro do campo da Comunicação ou as influências que recebem de outros campos teóricos, não demonstram suas particularidades, nem sequer questionam as limitações dessa episteme. (SILVA, 2009, p. 206)

As teorias devem ser consideradas como uma forma de ver as coisas e de formular problemas/uma visão crítica sobre elas. De modo a discutir que a definição de jornalismo não é única, não está dada pela forma como se apresenta nos dias de hoje. É importante abrir o Jornalismo as diferenças culturais e contextuais. São enfrentamentos que abrem espaço para outras materialidades jornalísticas, para a criatividade/autoria e para saberes de outras origens – os saberes plurais, o que inclui repertórios que logo mais apresentarei como insurgentes.

De volta a Edgar Morin (2000), também é crucial ao epistemólogo o problema da compreensão. Nenhuma técnica ou recurso de comunicação em si garante a compreensão. A informação pode ser transmitida, mas isso não é suficiente para a compreensão. Um conhecimento de sujeito a sujeito, principalmente sobre a condição humana do Outro, inclui um processo de encontro, com identificação, empatia e projeção.

Por epistemologia da alteridade, toma-se aqui os saberes provenientes da experiência de encontro, de ser afetado pela presença do Outro, da diferença, da resposta que dou à interpelação, mesmo silenciosa, do Outro. Trata-se de buscar compreender o desafio que a alteridade nos coloca. De como as relações de comunicação derivam do reconhecimento, da compreensão e da ética com o Outro, das quais as relações de poder não estão ausentes.

A alteridade deve ser percebida dentro de uma dimensão polissêmica do conceito, que se organiza a partir do pressuposto da relação entre diferentes, da relação do Eu com o Outro. Esta dimensão constitutiva do termo, explorada de forma bastante intensa na Filosofia por pensadores como Levinas, Buber e outros, ou na Antropologia, pela perspectiva de muitos autores e autoras,

aponta para componentes essenciais: a percepção de que Eu só existe em relação com o/ao Outro e o caráter histórico do Outro, tornado enquanto tal não por natureza ou essência, mas por construção social, uma construção social que determina o que é o Eu e torna tudo o mais o Outro, estabelecendo as regras de pertencimento e, conseqüentemente, as de exclusão. (LAGO; NONATO; MARTINS, 2019, p. 56)

Primeiro, é preciso pontuar que a alteridade desafia e se constitui também como um problema da Comunicação (MARTINO, 2016). O sentido de Comunicação se dá no algo que é compartilhado no encontro com o Outro. A etimologia da palavra aponta para “compartilhar”, o ato de “tornar comum”. Todavia, a narração que se faz do Outro, a visão que se tem dele, em linhas gerais, tem obedecido uma lógica de objetificação. O aparecimento de marcadores de igualdade e de diferença traz consigo a presunção de superioridade de um “Eu” e de hierarquização do “Outro”. Nesse sentido, não é coincidência o aparecimento da ideia de tolerância, que exige que todos, ao menos na esfera pública, sejam tratados de modo igualitário.

Como a Comunicação atende a necessidade de representar o Outro, é comum que ao classificar, ou melhor, desclassificar o Outro, numa opção negativa com a alteridade ocorra um processo de violência ética que é fruto de uma violência epistemológica. “O estranho não por acaso, costuma ser objeto ao mesmo tempo de uma sombria admiração e alvo dos desejos de destruição do restante do grupo ou, conforme o caso, dos outros grupos” (MARTINO, 2016, p. 105).

O professor Luís Mauro Sá Martino (2016) lembra que a noção de explicar, prática tão comum ao jornalismo que deseja retratar os acontecimentos e sujeitos e fornecer diagnósticos, está ligada ao sentido de “desdobrar”, de “tornar claro e plano”. Isto é, na relação com a alteridade, ao explicar, torno o Outro plano – com uma única dimensão. No exercício da narrativa jornalística, em obediência a uma razão e técnica, o Outro passa por uma perda substancial de suas características. A alteridade explicada é aquela sem a complexidade multidimensional (até mesmo contraditória) que marca o conjunto dos elementos que nos constitui humanos.

Já a noção epistemológica de compreender sugere outra ação de mundo: “colocar junto”, de se aproximar da “totalidade” que constitui o Outro. Numa relação de respeito e atenção às particularidades da humanidade do Outro. Martino (2016) avalia que no âmbito da compreensão o lugar de onde o Outro fala é construído pelo lugar de onde eu escuto, principalmente, por uma visão que é lembrada das seguintes interrogantes: “quem sou eu para ver o outro? Com quais categorias eu o interpreto?” (2016, p. 106).

Claudia Lago (2010), a partir de reflexões sobre a Antropologia, pensa o papel determinante do Jornalismo na construção e ampliação da democracia e da cidadania. A autora informa que a responsabilidade social do jornalismo não pode ser resumida em fornecer informações de interesse

público com qualidade e de forma ampla. Repousa no jornalismo a questão da alteridade, para qual tais profissionais têm sido pouco preparados.

Tanto Antropologia quanto Jornalismo colocam a possibilidade de construir narrativas sobre a alteridade, que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para correspondências entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas. Ambos utilizam, para isso, de informantes (no caso de um) e fontes (no caso de outro), que, por sua vez, são identificados como aqueles que podem fornecer informações confiáveis sobre o observado. A Antropologia apega-se profundamente à observação, mas também ao discurso; o Jornalismo constrói suas narrativas tomando como base principalmente o discurso tecido pelos envolvidos, mas também observa. Ambos interferem nas relações que retratam, mas enquanto a Antropologia atualmente identifica como fator determinante de seu trabalho a subjetividade oriunda das relações do confronto/encontro, o Jornalismo apega-se à noção de que há uma objetividade possível no relacionamento com suas fontes. (LAGO, 2010, p. 173)

Para Lago (2010), o Jornalismo possui chaves de leitura que desqualificam e tornam invisível o Outro em sua alteridade plena. Seria importante na formação ou aperfeiçoamento do profissional “descentrar o olhar constituído”. Jornalistas são dotados dos mesmos processos cognitivos que os demais membros da sociedade, podem ou não estar abertos ao respeito e a dignidade com a pessoa humana, ter ou não uma comunhão com as diferenças sociais e culturais, portanto, seu olhar precisa incorporar, ser permeável às possibilidades de ser afetado pelo Outro.

Diante do problema da alteridade e da compreensão complexa, partiremos agora para um conjunto de reflexões e saberes que direta ou indiretamente tem atravessado a constituição das práticas jornalísticas contemporâneas. Conhecimentos que buscam espaço – alargamento – para que os jornalistas sejam mediadores qualificados, responsáveis e solidários nas relações humanas ou que são provenientes de campos insurgentes que emergem como vozes que deslocam radicalmente os modos de ver e de pensar (no Ocidente), visões de mundo cuja origem está nas periferias, nos feminismos, nas pessoas LGBTQIA+, nos sujeitos negros que se contrapõem a sistemas de vida que discriminam, excluem e subalternam.

2.2.1. Perspectiva feminista e de gênero para o Jornalismo

O jornalismo ainda não é um lugar efetivo para as mulheres. Essa é a conclusão do relatório brasileiro do *Global Media Monitoring Project (GMMP)*²³ de 2020 que ao avaliar as representações de

²³ A iniciativa é realizada a cada cinco anos desde 4ª Conferência Internacional de Mulheres, de Pequim (China), e avalia a presença de mulheres e as histórias contadas sobre elas nas notícias veiculadas em jornais impressos, televisão, rádio e internet em cerca de 114 países participantes. Trata-se do mais amplo estudo mundial sobre gênero na mídia. Os dados do relatório compõem um quadro do Brasil em 29 de setembro de 2020, momento em que as notícias foram recolhidas por uma equipe com 88 pessoas e que a pandemia de Covid-19, segundo a OMS, alcançou a marca de um milhão de mortes pelo mundo.

gênero nas notícias traz o indicativo de que apesar de mulheres e homens terem um certo equilíbrio numérico na produção das notícias, as mulheres ainda têm pouco espaço enquanto sujeitos e fontes nas histórias contadas na mídia. Notou-se que os homens são privilegiados em todos os tipos de notícias (uma prevalência superior a 72%).

A perspectiva mundial não é muito destoante, em média, 25% das matérias diariamente publicadas no mundo citam mulheres, sendo que elas são maioria na população do planeta. Quando as mulheres estão no noticiário, elas são aproximadas dos lugares tradicionais de gênero, com relatos pessoais e como testemunhas oculares. Se tudo seguir como está, o relatório global aponta que serão necessários 67 anos para atingir a igualdade de gênero nas notícias.

Em outro levantamento, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Gênero e Número²⁴, apurou-se que as mulheres no exercício do jornalismo têm pouca segurança no trabalho, menores salários que os homens e sofrem com o machismo por meio de atitudes sexistas e casos de assédio sexual e moral que são agravados pela falta de denúncia e pela ausência de amparo das empresas de comunicação.

A situação das jornalistas nas redações foi levantada em 2017, a partir de um questionário online que obteve respostas válidas de 477 mulheres que atuam em 271 veículos diferentes. 73% delas afirmaram já ter escutado comentários ou piadas de natureza sexual sobre mulheres no seu ambiente de trabalho; sendo que 64% das jornalistas que responderam à pesquisa já sofreram abuso de poder ou autoridade de chefes ou fontes ao mesmo tempo que 65,7% afirmaram que tiveram sua competência questionada ou visto uma colega ter a competência questionada por colegas ou superiores.

São dados que indicam tanto nas redações quanto no conteúdo jornalístico a necessidade de **perspectivas de gênero** para refletir sobre desigualdade e violências de gênero. É necessário aos jornalistas atributos que os permitam identificar tanto os desequilíbrios no gênero das fontes/histórias ouvidas, os ângulos atribuídos ao material apurado, quanto a composição e o cotidiano da redação, visto que importunações e assédios interferem na liberdade de atuação das mulheres jornalistas.

A professora Linda Steiner (2017), da Philip Merrill College of Journalism, com o verbete Gênero e Jornalismo na Enciclopédia de Pesquisa de Oxford, diz que os aspectos de gênero no jornalismo definem e representam o que as pessoas podem ser ou fazer socialmente, isso porque os papéis de gênero constroem uma prescrição sobre o que homens e mulheres podem se envolver. No caso

²⁴ Pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*. Disponível em: <https://mulheresnojornalismo.org.br>.

do jornalismo, valores de gênero estão associados com diferenças de atribuição de trabalho, assuntos e diferentes abordagens dadas ao trabalho jornalístico.

Ela também diz que os estudos de gênero no jornalismo possuem dois caminhos possíveis: (a) gênero nas redações (oportunidades e desigualdades, relações de poder) e (b) representações de gênero nos materiais jornalísticos. Steiner (2017) conclui que pode ser muito produtivo ao Jornalismo imaginar abordagens feministas na apuração (práticas e formas jornalísticas mais contextuais e situadas) e na organização da redação (estruturas de trabalho colaborativas, não competitivas e horizontais), que permitam um trabalho mais profundo, sério e equânime.

Estudos internacionais documentam que a educação de gênero nos cursos de Jornalismo tem recebido uma baixa atenção, em alguns casos é um tópico totalmente negligenciado. Países como Espanha e Austrália (LARRONDO; RIVERO, 2017; NORTH, 2010) quase não registram componentes curriculares com clara e significativa avaliação da construção social de gênero no noticiário e na cultura das redações. O que parece ser muito preocupante uma vez que no jornalismo diário da maior parte dos países, tanto o noticiário impresso quanto o de TV/rádio são dominados por homens, ao passo que se eleva o número de mulheres matriculadas em cursos universitários dedicados ao jornalismo e às mídias.

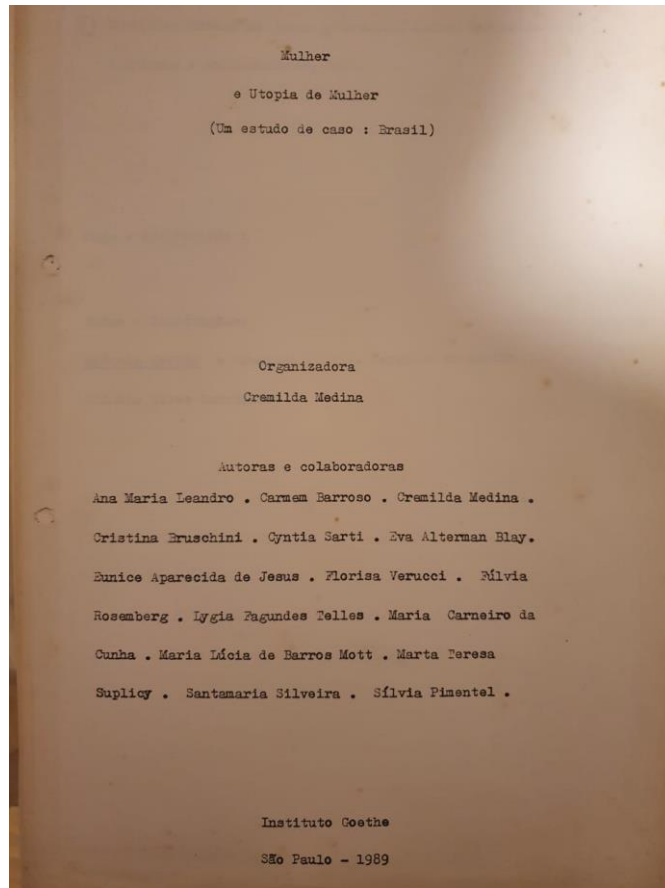
Na Suécia e nos Países Baixos, pesquisadoras informam que os propósitos do jornalismo estão aproximados do masculino – racionalismo, domínio, eficiência, vigor e foco – portanto, mulheres jornalistas costumam ser profissionalmente desfavorecidas porque os critérios de reconhecimento não as alcançam (DJERF-PIERRE, 2007). É recorrente o fato de quanto mais alta e importante hierarquicamente for a posição de trabalho das empresas de comunicação/mídia, menos será possível verificar a presença feminina. Jornalistas mulheres tendem a trabalhar em áreas que podem ser consideradas extensões da responsabilidade do trabalho doméstico e associados às qualidades de cuidar, nutrir e humanizar e tirando as diferenças de tempo de experiência, nível educacional e outros fatores socioeconômicos, elas tendem a ganhar menos pelo mesmo trabalho que um homem (VAN ZOONEM, 2002).

Nesses territórios, jornalistas e acadêmicas feministas têm levantado questões sobre gênero com intensidade desde os anos 1990. Têm se perguntado pelas características masculinas que marcam as notícias. Como as mulheres jornalistas atuam nesse cenário e como são as notícias com valores mais femininos? Elas possuem autonomia suficiente no trabalho jornalístico? A feminilidade tem marcado mais essas jornalistas do que outras dimensões de identidade? As mulheres jornalistas tendem a angular/enquadrar as histórias com vieses mais relevantes para as mulheres? (VAN ZOONEM, 2002).

No Brasil, há uma presença emergente de estudos de gênero na pesquisa em Jornalismo, mas que até o presente ainda não dialoga com a sólida tradição dos estudos de gênero registrada no País em outras áreas do conhecimento (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016). Segundo as pesquisadoras Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Lago, o campo dos estudos de gênero, gestado na relação entre academia e feminismos, ocupa um lugar fundamental nas humanidades, mas sua imbricação com a mídia não ocorre de modo nativo nas pesquisas em jornalismo, mas como efeito da consolidação e abrangência interdisciplinar dos estudos de gênero (na Antropologia, Sociologia, História, Educação, Psicologia, Literatura e Crítica Literária, além das Ciências da Saúde).

Como toda história possui antecedentes, é importante lembrar que nos anos 1970 temas sobre a mulher e a mídia já tinham atenção. Dulcilia Schroeder Buitoni, professora sênior da ECA-USP, na ocasião do mestrado elaborou uma pesquisa que resultou na publicação de *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*, de 1981 e relançado em 2009. Importante nome da Psicologia Social, Ecléa Bosi fez um estudo de campo com mulheres operárias sobre hábitos de leitura: *Cultura de massa e cultura popular, leituras operárias*, de 1972.

Já Cremilda Medina chegou a elaborar artigos sobre a mulher e a pauta jornalística, para o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, por exemplo, e foi responsável pela organização de um livro para o Goethe-Institut, que infelizmente não foi publicado, intitulado *Mulher e utopia de mulher*, de 1989, com um capítulo dedicado por Medina a questão feminina no jornalismo, na publicidade e na telenovela e com coautoras como Carmem Barroso, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Lygia Fagundes Telles e Marta Suplicy.



Fonte: Medina (1989)

Sobre os estudos de gênero na área da Comunicação, ao conferir a produção de teses e dissertações dos 50 programas de pós-graduação em Comunicação brasileiros, Tainan Pauli Tomazetti (2019) levanta que 316 pesquisas de 13.256, entre 1972 e 2015, realizaram algum tipo de interface com os estudos de gênero, o que representa 2,36% da produção total. Portanto, em nossa literatura são produções que carecem de uma consolidação, já que são estudos ainda esporádicos e pontuais. No entanto, o pesquisador notou um significativo aumento a partir de 2010, no qual a temática de gênero parece sofrer uma exponencial atenção ou guinada nas reflexões em comunicação, após na década anterior as pesquisas passarem a mencionar o conceito de gênero.

No mapeamento, o jornalismo é um forte território de investigação já que o foco de pensamento ou de observação sobre jornalismo se deu em 29% das 316 pesquisas. Tomazetti (2019) pondera que as pesquisas se dão em três flancos: com um viés feminista e/ou de mulheres, a mais expressiva (76%); com um viés LGBT/queer, sobre a produção das diferenças de gênero e sexualidade; e com um viés sobre as masculinidades, vertente a ainda pouco expressiva. Porém, são uma gama de investigações que encaram os problemas de representação de grupos excluídos ou alijados, o que “acaba fornecendo ao conceito de gênero uma potência comunicacional por fazer, a partir dele,

uma crítica aos modelos socialmente acionados para serem expostos pelas mídias ou meios” (2019, p. 165), o que se dá a partir dos seguintes núcleos:

- a) Crítica aos estereótipos e representação dos meios;
- b) Emancipação feminina e luta feminista;
- c) Processos de identidades sexuais e de gênero;
- d) Abordagem queer: produção social das diferenças e desigualdades.

De forma complementar e também no recorte temporal de 1972 a 2015, Gabriela Almeida (2018), ao analisar teses e dissertações que enfoquem o Jornalismo e a Mulher num esforço de perceber as relações entre teoria feminista e de gênero com as teorias do Jornalismo, informa que são poucas as pesquisas que tensionam as concepções teóricas do jornalismo. Ela encontrará essa operação na tese e dissertação de Marcia Veiga da Silva (2010; 2015) e na tese de Ana Maria da Conceição Veloso²⁵ e de Danubia de Andrade Fernandes²⁶.

Como se pode perceber, os/as pesquisadores/as da área do Jornalismo notam que há uma movimentação epistemológica, que é fortalecida a partir de 2010, coincidentemente o ano de publicação da dissertação de Marcia Veiga da Silva. A produção intelectual da pesquisadora tem marcado presença junto a outros jovens pesquisadores do campo dedicados à mirada de gênero. Em 2011, a dissertação *Masculino, o gênero do Jornalismo* recebeu o prêmio Adelmo Genro Filho de melhor dissertação pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. O trabalho tornou-se livro e é referência inovadora nos estudos sobre construção das notícias, além de ser adotado nas disciplinas que articulam Jornalismo e Gênero. Tomemos, portanto, a primeira pesquisa de Veiga da Silva (2010).

Inspirada no método etnográfico, a autora acompanhou por três meses o cotidiano da redação de um telejornal da RBS TV, de Porto Alegre. Ao centrar seu olhar sobre os valores culturais que acompanham a produção das notícias, ela (2010) estranhou e captou que sentidos de gênero serviam de elementos para orientar as notícias, para definir matérias, o tratamento e sua prioridade na ordem do dia. Os jornalistas carregam concepções de gênero e isso aparece na atuação profissional. Compartilhamos com a sociedade a construção de que sujeitos nascem homens e mulheres – e com isso tem seus corpos orientados para atributos de seu gênero – e de que serão

²⁵ *Gênero, poder e resistência nas indústrias culturais em 11 países* – defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

²⁶ *Mulher, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa* – defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

essencialmente atraídos pelo gênero oposto. Expressa-se, portanto, a heteronormatividade no jornalismo.

Com uma perspectiva feminista pós-estruturalista, Márcia Veiga (SILVA, 2010) opera com uma lente conceitual de gênero perpassada pela noção foucaultiana de poder, logo, um olhar de gênero sobre o jornalismo que envolve não apenas as mulheres, mas também os homens, cujo foco está no jogo de poder que se estabelece com base nos papéis desempenhados pelos agentes de cada gênero. Isso ajuda a compreender os sistemas de valores, como se nomeia e se organiza o social com um valor relativo a gênero.

[...] os valores culturais hegemônicos estão postos nas visões de mundo dos profissionais e como tal incidem, ainda que inconscientemente e não de forma deliberada, nos processos criativos, seletivos e produtivos das notícias. Os valores socioculturais predominantes são parâmetros, perversivos na produção das notícias, e os jornalistas se mostraram como um dos elos desta imbricação, num processo que se retroalimenta e que também está em permanente movimento. (SILVA, 2010, p. 197).

[...] ficou evidenciado que na hierarquia de valores e posições profissionais, **o prestígio e o poder decorriam de um processo complexo**, para além da simples competência profissional, e que tinham a ver também com adequação a determinados perfis, **cujos atributos de gênero mais valorizados estavam em consonância com aqueles convencionalmente associados ao masculino** (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade, etc.), independentemente do sexo biológico dos profissionais [...] o estudo revelou uma relação direta entre o perfil do profissional e o tipo de notícia que o mesmo iria produzir, e que nesta relação intrínseca **gênero também era um elemento perversivo e determinante**. Esta percepção se deu não apenas por serem os profissionais sujeitos constituídos de gênero, mas **também por serem as notícias igualmente hierarquizadas numa escala de valores, a partir de suas características**, que igualmente estavam relacionadas aos atributos convencionais de gênero (fortes/leves; sérias/lúdicas; risco/cuidado, etc.). (SILVA, 2010, p. 198, negrito nosso).

A autora desvela a ligação entre cultura profissional, subjetividade e plano de valores mais geral da sociedade. Cabe assim, ao jornalista, aceitar suas incompreensões e não as esconder. Principalmente, quando na produção de uma matéria, o universo de ideias do jornalista for confrontado com situações e pessoas diferentes. Para Silva (2010), sendo o Jornalismo um conhecimento social partilhado, não se pode negar a instância pedagógica de cada narrativa/conteúdo jornalístico. É necessário abrir brechas nas estruturas que sustentam as diferenças como desigualdades e para isso o jornalista deve se atentar as suas posturas intolerantes e a reprodução de repertórios historicamente produzidos, ambos podem vir a se materializar em violência simbólica com o Outro.

Como caudatária do estudo de Márcia Veiga, está por exemplo o de Jéssica Gustafson Costa (2018) que em relação à lógica masculinista do jornalismo (SILVA, 2010) trabalha com uma aposta

estratégica no jornalismo feminista, prática contemporânea de arranjos de trabalho que são nativos do digital e alternativos às empresas de mídia (FIGARO, 2018). Nesse jornalismo, acentua-se a perspectiva de gênero e as pautas presentes no jornalismo convencional são contempladas sob outra perspectiva. Não se reduz apenas aos acontecimentos e histórias dos movimentos feministas, mas a um olhar feminista que examina as relações de gênero e de poder, assim como as desigualdades e as possibilidades de intervenção estratégica na vida cotidiana das mulheres e outros grupos minorizados. Esse olhar adotará uma objetividade corporificada, nos moldes do que propõe Donna Haraway (1995), simplesmente, a ideia de saberes localizados, a fim de se atentar as possibilidades de construir narrativas aperfeiçoadas sobre o mundo.

As feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo, e poder instrumental ilimitado. Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (HARAWAY, 1995, p. 16)

Na atuação, jornalistas com perspectiva de gênero têm como características: a valorização de vozes que comumente não possuem espaço nos meios de comunicação coletiva, buscam uma multiplicidade de fontes, consideram importante não referendar estereótipos e consideram que as desigualdades de gênero são percebidas/sentidas em todos os campos da vida: da política ao meio ambiente. Essa prática jornalística tem sido registrada em meios jornalísticos nascidos após 2013, com as Jornadas de Junho – período de frustração com manifestações de rua e de indignação política (INNERARITY, 2017) – e na rasteira da ampliação dos discursos feministas nos ambientes digitais, como na campanha #PrimeiroAssédio, que resultaram nos anos posteriores em atos públicos como a “Primavera feminista” [movimentação das mulheres contra um projeto de lei que dificultava o acesso ao aborto às vítimas de estupro], o “Nenhuma a menos” [mobilizações contra episódios de feminicídio] e “Por Todas Elas” [passeatas contra a violência sexual] – é o caso de: AzMina – “jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero”, de 2015; Catarinas – “jornalismo com perspectiva de gênero”, de 2016; Gênero e Número – “gênero e raça traduzidos em dados e visualizações”, de 2016; por exemplo. Todos com claro posicionamento e compromisso feminista enquanto veículos de mídia:

[...] fica nítida a compreensão delas de que a produção jornalística é permeada por outro olhar, talvez um olhar feminino, movimento que caminha para o deslocamento da visão masculinista. Nestas afirmações, existiram sempre uma

certa dúvida, se poderia ser realmente uma aposta no olhar feminino e sua tendência de essencialização. Contudo, considero que a valorização do feminino, também percebida em suas práticas, não se relaciona necessariamente com uma forma estereotipada de entender a atuação das mulheres, mas nas possibilidades múltiplas e divergentes de ver o mundo. (COSTA, 2018, p. 196)

Sobre o jornalismo com perspectiva de gênero, também nomeado de jornalismo feminista ou não sexista, podemos dizer, como bem pontua Gabriela Schander (2021), que essa prática não é conhecida por meio de uma teoria do jornalismo corrente, mas nela se dá centralidade a experiência das mulheres e ao conhecimento situado, do mesmo modo que ela está conectada aos conceitos de interseccionalidade e diversidade, visto que apenas pelo recorte de gênero não é possível se ater as complexidades de cruzamentos de vivências possíveis. É possível exercê-la em mídias abertamente ativistas, mas também nas diversas organizações jornalísticas mais convencionais.

Em sua dissertação de mestrado, Schander (2021) destaca que iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero se proliferam cada vez mais com os ambientes digitais, mas elas possuem um rastro histórico: decorrem da imprensa feminina brasileira e não podem ser separadas da história das mulheres e dos feminismos. São fruto da disposição de suas agentes em romper com as formas dominantes de narrar o mundo. Com tal desejo, a autora decifra alguns elementos e preocupações recorrentes dessa modalidade de jornalismo:

a) incorporação de mulheres nos meios de comunicação, tratando sobre a inserção de mulheres na rotina produtiva dos veículos; b) diversificação de fontes, objetivando trazer novas vozes ao jornalismo, especialmente de mulheres; c) linguagem inclusiva, propondo tensionamentos do masculino genérico, como também a desconstrução de normatizações e estereótipos por meio da linguagem textual, imagética e sonora; d) subjetividade na prática jornalística, a qual busca a desnaturalização do papel supostamente neutro, assumindo um posicionamento crítico; e e) transversalização temática, compreendendo que qualquer tema pode ser tratado sob a ótica do gênero. (SCHANDER, 2021, p. 180)

Diante da argumentação em prol do Jornalismo com perspectiva de gênero, modalidade cada vez mais acionada e pensada na atualidade, autoras-pesquisadoras emergem um cardápio de noções para a Epistemologia do Jornalismo:

Ilustração 3: Impulsos simbólicos (matriz) do Jornalismo com perspectiva de Gênero



Fonte: Do autor.

A historiadora brasileira Margareth Rago (1998) uma vez escreveu que as feministas não apenas têm produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, mas as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, que acaba por provocar mutações e desestabilizações na produção do saber. Para Rago,

o feminismo propõe **uma nova relação entre teoria e prática**. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade. Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que permitiria produzir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto (RAGO, 1998, p. 11, grifo da autora).

Ainda é cedo para dizer, mas epistemologias feministas alcançam cada vez mais os estudos em jornalismo e mídia numa ampla crítica cultural da racionalidade cartesiana, cujo legado é o das “categorias reflexivas incapazes de pensar a diferença” (RAGO, 1998, p. 4). Com a ampliação do repertório sobre relações de gênero, o jornalismo passa incluir temas que falam das mulheres, sejam elas feministas ou não, histórias que contam a história delas, as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais de opressão e desigualdade de gênero, marcadas por inúmeras formas de desclassificação.

2.2.2. Transgredir com mulheres negras

O pensamento e a prática feministas foram profundamente alterados quando mulheres negras começaram, juntas, a desafiar a ideia de que a diferença de gênero era o fator, acima de todos, que determinava a experiência de uma mulher. No ocidente, o movimento de libertação das mulheres era primordialmente conduzido por mulheres com privilégios de classe e em maior parte, elas eram brancas. Atualmente, as pensadoras feministas invocam a tríade raça, gênero e classe social, mas isso se deve a questionamentos feministas mais abrangentes cujo protagonismo se deu pela ação das mulheres da diferença – que permaneciam nas margens, principalmente, pelo ímpeto das mulheres negras.

A pensadora feminista bell hooks (2019), pseudônimo de Gloria Jean Watkins (1952-2021), nos informa que nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, agredidas diariamente mental, física e espiritualmente e que estão impotentes para mudar sua condição de vida. Para hooks, *A mística feminina*²⁷, livro de Betty Friedan, saudado como aquele que abriu caminhos para o movimento feminista contemporâneo, publicado pela primeira vez em 1963, refere-se à situação de um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – isto é, senhoras alocadas na vida doméstica que queriam mais da vida. Nesse recorte, ficaram de fora a situação das mulheres sem homens, sem filhos, sem lar, não brancas e das brancas pobres, em postos de trabalho como empregadas, babás, operárias, secretárias, professoras, enfermeiras e prostitutas. Essas não foram lidas inicialmente como vítimas do sexismo e do patriarcado.

Isso foi dito e repetido por mulheres da sociedade norte-americana não no intuito de reprimir ou desmerecer o nascente movimento de liberação da mulher, mas para revelar que havia naquele pensamento uma perspectiva unidimensional construída pelas mulheres brancas que dominavam o discurso feminista. Se “todas as mulheres são oprimidas”, como preceito central, sugere-se assim que todas compartilham da mesma sina, não haveria uma diversidade de experiências.

Esse momento é caracterizado como feminismo das diferenças e de quando os estudos feministas se convertem em estudos de gênero. Enfatiza-se a inexistência de um sujeito do feminismo universal, visto que as mulheres são singulares, de diferentes gerações, nacionalidades, classes sociais, etnias, religiosidades e orientações sexuais, só para fazer menção a alguns marcadores. As

²⁷ Originalmente *The Feminine mystique*. A primeira versão brasileira da obra é de 1971. Friedan identificou, a partir de entrevistas e questionários, um vazio existencial que afetava mulheres heterossexuais brancas de classe média estadunidenses.

discussões sobre o patriarcado marcadas pela teoria marxista, pelo confronto com a psicanálise, passam a se enlaçar, cada vez mais, as teorias pós-estruturalistas e desconstrucionistas (como a teoria queer). (MARTINEZ, LAGO, LAGO, 2016)

Sueli Carneiro (2003) conta que o movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados do mundo. Por aqui, esse movimento destacou-se ativamente no processo de democratização do Estado e na constituição de políticas públicas inovadoras. Tiveram participação “nas lutas pela anistia, por creche (necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Foi ainda fundamental para a proteção de mulheres em situação de violência, além da conquista dos direitos sexuais e reprodutivos. Todavia, “o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 118). Essa dimensão problemática foi aqui, semelhante ao que ocorreu no território norte-americano, alterada paulatinamente pela perspectiva das mulheres negras. Elas estão *enegrecendo o feminismo* ao revelar a insuficiência teórica e da prática política da formulação clássica do feminismo de integrar diferentes expressões/vivências do feminino, principalmente, aquelas construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em *solidariedade racial intragênero* conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros. (CARNEIRO, 2003, 120).

Djamila Ribeiro (2017) enuncia que assim como as mulheres negras estavam promovendo insurgências nas lutas sociais, elas também estavam por estabelecer uma crítica epistemológica ao pensamento moderno ocidental excludente, uma vez que este estabelece uma hierarquia de saberes como produto da diferenciação racial – do conhecimento válido e das outras experiências do conhecimento.

A filósofa brasileira Lélia Gonzalez, por exemplo, é responsável pela ideia de *amefricanidade* (GONZALEZ, 2020). O termo traz implicações políticas e culturais que ultrapassam os limites territoriais, linguísticos e ideológicos para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo, da América (Sul, Central, Norte e Insular).

A América Ladina é uma localidade cujo processo histórico é de intensa dinâmica cultural – com adaptações, resistências, reinterpretações e criações de identidades – fruto de um colonialismo e povoamento europeu, da dominância dos povos originários e do tráfico negreiro. Enquanto descendentes, os povos amefricanos têm profundos laços com a África, com grandes similaridades, mas com uma realidade específica. A título de exemplo, as pressões e tensões raciais vividas em África são distintas das nossas – vide o antigo regime de segregação da África do Sul, mesmo que ambos os continentes tenham uma experiência histórica comum de subjugação europeia.

O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: *a ideologia do branqueamento*, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. (GONZALEZ, 2020, p. 143)

Gonzalez diz que dentro da estrutura de desigualdades profundas no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada com as opressões raciais. As mulheres não brancas da região – negras e indígenas – vivenciam uma discriminação de caráter duplo. Todavia, a consciência da opressão se dá inicialmente pela questão da raça. Como pensadora, Lélia Gonzalez enfrenta a reprodução e repetição de modelos oferecidos pelas ciências sociais. Os textos até então só falavam das mulheres negras pela perspectiva socioeconômica. Era algo que a incomodava. E é a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que as mulheres negras assumem o risco do ato de fala. “[...] temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)” (GONZALEZ, 2020, p. 77-78) – curiosamente esse tem sido um problema do jornalismo brasileiro quando não contempla repórteres negros nas redações, quando as colunas de opinião e as reportagens não apresentam diagnósticos de vozes negras.

Em 2021, buscando saber qual é o perfil racial da imprensa brasileira²⁸, os Jornalistas&Cia efetivaram uma pesquisa com esse intuito e de modo a contribuir para que o jornalismo possa caminhar de forma mais ágil em direção à diversidade. Ouviu-se 1.952 profissionais por meio de questionário e entrevistas telefônicas. Como resultado, aferiu-se que 20,1% dos jornalistas se autodeclararam como pretos e pardos, embora a população brasileira seja majoritariamente negra (56,2% conforme dados da Pnad/IBGE de 2019). A expressiva maioria se reconhece como branca, 77,6%, os profissionais amarelos são 2,1% e indígenas são 0,2%.

Assim como em tantas outras profissões que são majoritariamente exercidas por profissionais com ensino superior, também na atividade jornalística a presença

²⁸ Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

do negro é desproporcional, e bem menor, ao seu peso relativo na população. Esse é, de partida, o primeiro grande indicador do estudo a expressar a desigualdade racial no Brasil e que, também nessa atividade profissional, está presente em grandes dimensões. (JORNALISTAS&CIA, 2021, p. 7)

A região brasileira que mais apresenta jornalistas negros é o Nordeste, com 38,89% e a que menos apresenta é a Sul, com 5,35%. A pesquisa identificou ainda que, ao contrário dos jornalistas brancos, os profissionais de imprensa negros são maioria, 60,2%, em cargos operacionais, como o de repórter, redator e produtor. Sendo poucos nos veículos de imprensa, jornalistas negros em cargos de gerência são ainda mais raros, como diretor de redação, editores, colunistas, redator-chefe. Dados que dizem da dificuldade de acesso de profissionais negros aos patamares mais altos das redações.

Entre as principais ocorrências de preconceito racial, os/as entrevistados/as mencionam o racismo sutil, a descrença de que são jornalistas por ser negro/a ou confundir com o profissional com alguém da equipe de limpeza, receber tratamento diferenciado pela política ou segurança de eventos porque é negro/a. 53,6% viveram isso no atual emprego/trabalho, 45,3% diz já ter ocorrido ao menos um episódio na vida profissional.

Nos relatos de experiência, as mulheres negras jornalistas vivenciam mais frequentemente o assédio (são desrespeitadas, ouvem termos racistas de colegas, tratadas com diferença ou preteridas em pautas) e têm sua aparência/cabelo mais recriminado do que os homens negros jornalistas. 85% delas consideram que o racismo e o machismo, combinados, estão absolutamente presentes na vida das jornalistas brasileiras, sendo que para 52,3%, isso se expressa mais frequentemente quando são desacreditadas, não se leva em consideração a opinião de uma mulher negra ou quando elas têm que se posicionar mais que os outros, agir mais rapidamente para se sobressair.

Grada Kilomba (2019), em *Memórias da Plantação*, menciona a máscara do silenciamento. A escritora e artista portuguesa relembra um instrumento colonial, a máscara, que era adotada na escravização como instrumento para silenciar a voz dos sujeitos negros. A máscara que Anastácia²⁹ era obrigada a usar. Um objeto real que "simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os "Outras/os". É representativo que a enunciação de pessoas negras – seja por meio dos veículos de comunicação coletiva, pelo jornalismo ou não – sejam ainda alvo de controle ou negada. Para Kilomba, com base na psicanálise, é assim que temos

²⁹ Mulher negra escravizada que veio do Congo no século XVII e foi condenada à mordaça pelo resto da vida, sua história foi contada por gerações em versões orais e escritas pela resistência que demonstrou diante das violências que viveu. Sua imagem mais conhecida é um retrato feito pelo artista Étienne Victor Arago, de 1968, para a Igreja do Rosário. Em algumas religiões afro-brasileiras, Anastácia é conhecida como "A Santa".

mantido inconsciente e em segredo uma verdade que nos causa culpa e vergonha – a existência do racismo.

“[...] esse método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento da/o “Outra/o” (KILOMBA, 2019). Quando a voz de alguém é ouvida, é porque essa pessoa pertence, está presente e participa. Tomar consciência do racismo demanda um processo com passos que vão da negação a possibilidade de cometer atos racistas, passando pela culpa e a vergonha, até o reconhecimento e a reparação. Um processo psicológico (KILOMBA, 2019) que exige trabalho e que cada indivíduo se pergunte: como eu posso dismantelar meu próprio racismo?

Quem pode falar? Onde e como sou ouvida? Quem pode produzir conhecimento? O conhecimento de quem é reconhecido como tal? Essas são interrogantes que as intelectuais feministas negras se fazem com muita frequência. O ato de falar, em suma, de comunicar, têm sido comumente visitados nas reflexões dessas pensadoras. Demonstra que grupos subalternizados/colonizados não têm sido vítimas passivas e buscam modos de vocalizar suas visões de mundo. De que outro ponto de vista precisa ser reconhecido.

No Brasil, Djamilia Ribeiro (2017) foi quem deu notoriedade a noção de **lugar de fala**. A partir da noção foucaultiana de discurso, dos regimes discursivos, de poder e controle, Ribeiro conscientiza a todos que há condições de construção do discurso, condições sociais que permitem ou não que grupos acessem lugares de visibilidade, legitimidade e cidadania. Para ela, o que nos ajuda a refletir a respeito é pensar sobre quantos intelectuais negros o leitor e a leitora têm contato nas universidades? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos/as jornalistas negros existem nas principais redações do país e nas mídias alternativas? São lugares sociais ocupados dos quais pessoas negras pouco têm lugar de fala, de participação.

[...] não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços, não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas [...]. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (RIBEIRO, 2017, p. 36-37)

O ensaio “Pode a subalterna falar?” (2010³⁰) da intelectual indiana Gayatri C. Spivak, considerado um texto fundamental sobre pós-colonialismo, é frequentemente retomado pelas autoras negras para explicitar que é impossível para as subalternas falar ou recuperar sua voz, serem escutadas e

³⁰ Primeiramente publicado em 1985, com o título “Especulações sobre o sacrifício das viúvas”.

compreendidas, quando foram confinadas à posição de marginalidade e ao silêncio. Sua voz não é audível pelos que estão no poder. Sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido, as figuras subalternas são mantidas no silêncio.

Em sua obra, Spivak, em interlocução com Foucault e Deleuze, alerta ainda o perigo dos grupos subalternos serem tomados apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais – mesmo com boas intenções – que almejam falar pelo Outro. Esse regime também não abre espaço para o ponto de vista da subalterna seja reconhecido como saber autoral, uma vez que a pensadora indiana entende que grupos oprimidos devem falar por si.

No entanto, as pensadoras negras criticam fortemente a ideia de Spivak de que a figura subalterna nunca rompe o silêncio. Como uma situação impossível de ser superada. Em contrapartida a parceira indiana, elas não atribuem poder absoluto ao discurso dominante branco e masculino. Elas apostam nas resistências, nas brechas, em outros lugares de potência.

Nos espaços nos quais os sujeitos negros e outros grupos não têm voz, torna-se necessário compreender as forças e condições que colocam suas falas como desqualificadas e seus repertórios de saber como inválidos. Como acadêmica, Kilomba, por exemplo, ilustra pelo que escuta no cotidiano como é mantida a ordem de poder e de autoridade racial nas universidades, território da erudição e da ciência.

“Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito específica”; “Esses são fatos objetivos?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico.

universal/específico;

objetivo/subjetivo;

neutro/pessoal;

racional/emocional;

imparcial/parcial;

elas/eles têm fatos/nós temos opiniões;

elas/eles têm conhecimento/nós temos experiências.

(KILOMBA, 2019. p. 51-52)

Diagnóstico que está em harmonia com a experiência e avaliação de bell hooks (1995, p. 468):

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode

se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade.

No campo do Jornalismo, as professoras Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2021) propõem uma discussão alinhada às feministas negras. A objetividade jornalística, cânone maior da profissão, limita a compreensão da alteridade uma vez que se dá com base numa racionalidade colonial, que contribui para a manutenção e invisibilidade do machismo e do racismo. Para as autoras, o jornalismo está intrinsecamente relacionado com as condições epistemológicas construídas com o cientificismo, a partir do privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento (na forma cartesiana-positivista-masculinista) responsáveis pela concepção de Outro e pela posterior negação deste nos espaços legítimos de fala. Assim, as autoras concordam com o reconhecimento também feito por Medina (2008) sobre como as ideias de René Descartes e Auguste Comte moldaram tanto a Ciência quanto o Jornalismo.

Se Auguste Comte vocalizou as linhas mestras do cientificismo no século XIX, o jornalismo que se estruturava como o discurso de atualidade não ficou imune aos princípios doutrinários do positivismo. Na expansão urbana e industrial que atravessa o século XX, as sociedades que se modernizam legitimam a informação cada vez mais rápida, distribuída pelos meios de comunicação social. (MEDINA, 2008)

[...] reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista. (MEDINA, 2008)

Para Moraes e Veiga (2021), dentro de um contexto de desinformação política como o atual, apesar de há muito tempo questionada pelas teorias do Jornalismo, tanto a impessoalidade quanto a objetividade são invocadas com ainda mais força na prática profissional. O resultado é que o jornalismo se exime, com ainda mais frequência, de trazer problemáticas relativas a parcelas gigantescas da população brasileira e ocidental. Para elas, é emblemático que durante o massacre entre hutus e tutsis ocorrido em Ruanda, em 1994, com um milhão de pessoas mortas pelo conflito étnico em um dos episódios mais violentos da história recente da humanidade, que a revista semanal norte-americana *Newsweek* tenha tido capas com celebridades, reportagens sobre drogas, tecnologia e mercado financeiro.

Onde estava a objetividade jornalística enquanto aquelas milhares de pessoas jaziam nas ruas? Porque aqueles corpos não escandalizaram, desde o começo do massacre, a opinião pública? Porque eram negros? Porque eram "anônimos"? Porque era África? A hierarquia de lugares e pessoas, critério noticioso objetivo,

venceu a magnitude e o número de envolvidos porque quem morre - e onde morre - são questões mais valorizadas pelo jornalismo e sua objetividade excludente. (MORAES; VEIGA, 2021, p. 123-124)

Em texto posterior, as autoras mencionam que esse exemplo no texto chamou atenção de um pesquisador dentro de um grupo de estudos em Jornalismo durante um congresso acadêmico. Ele afirmou que Ruanda e África são invisíveis no espaço jornalístico, não por racismo, mas por uma razão simples para as notícias: são territórios sem importância econômica. A alegação foi acompanhada pela distribuição de um mapa do continente africano entre os presentes, com a seguinte pergunta do pesquisador: “alguém pode responder onde está Ruanda no mapa?”. O que foi acompanhado por um silêncio.

A situação de ignorância sobre a África, seus países, culturas e habitantes, em um País que recebeu um alto número de pessoas cativas durante sua colonização e que se tornou o segundo lugar no mundo, depois de África, com maior número de pessoas negras, é na avaliação de Moraes e Veiga da Silva (2021), não uma comprovação do pouco peso econômico de Ruanda, mas um indicativo dos limites de uma aparente objetividade jornalística moldada por restrições epistemológicas.

“[...] o episódio nos informa que, desde sua concepção, o jornalismo nos faz entender que são mais humanas as pessoas que estão nos lugares “que importam economicamente”, enquanto as que habitam espaços fora da geografia do poder podem conhecer o genocídio sem que isso seja notícia. (MORAES; SILVA, 2021, p. 95)

O modo como o jornalismo capta e apresenta o mundo e seus desdobramentos são forjados por relações de poder-saber, que culminam na episteme dominante. Uma racionalidade baseada nas noções estruturais do capitalismo privilegia e põe como de maior interesse jornalístico certas realidades do que outras dimensões sociais e culturais. Para Moraes e Veiga da Silva (2021), pensando o jornalismo, a partir de sua própria epistemologia, têm-se uma lacuna no que se refere ao racismo. “O jornalismo resiste em pensar a si mesmo como difusor e reproduzidor de uma lógica racista” (p. 101).

O professor Ricardo Alexino Ferreira (2004) menciona que há em curso na imprensa uma mudança de tratamento sobre o segmento afro-brasileiro. Transformação sentida a partir do Centenário da abolição da escravatura no Brasil e da elaboração da nova Constituição brasileira, ambos em 1988. Porém, a comunidade jornalística ora avança, ora comunica de modo superficial e inócuo. Os profissionais não são preparados para tratar a desigualdade racial como um problema político-social, o tratam como comportamental. Na cobertura sobre acontecimentos envolvendo o segmento negro, acompanha-se a linha editorial dos jornais que reforçam que atos de racismo e de discriminação não são compactuados, porém a negação do racismo pela não nomeação ou o reforço de estereótipos continua a ocorrer.

O racismo é uma preocupação no horizonte jornalístico, mas é um tema que ronda as redações com dificuldades, principalmente quando os profissionais negros reprovam a maneira como os veículos retratam pessoas negras, constatação principal feita por Ferreira (2004) em sua tese de doutorado *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afrodescendentes sobre a imprensa e outros meios de Comunicação*, de 2001.

Na pesquisa de mestrado *As cores da mulher negra no Jornalismo*, do início dos anos 2000, cujo objetivo era de apurar como a mídia impressa tratava o tema da mulher negra, a professora Edna de Mello percebeu que na maioria das produções textuais sobre a mulher negra em jornais e revistas há uma ênfase nos problemas de racismo sofrido, jornalistas apoiam-se em depoimentos que realçam elas como Outro, como diferença. De certa forma, “a mulher negra é apresentada a partir do que lhe falta, de suas carências. A presença do dano é o que desperta a narrativa” (MELLO, 2004, p. 42).

Esse tipo de problema abre espaço para uma outra questão, a de que os cursos de Jornalismo, dentro das Universidades, precisam se repensar. Atualmente, a universidade tomou para si a responsabilidade de formar jornalistas-técnicos para o mercado, quando deveria estar formando jornalistas com grande conhecimento interdisciplinar. [...] A culpa não é apenas do jornalista, mas de todo um sistema mecânico, industrial, que o leva a se tornar uma mão-de-obra executora, repetitiva. (FERREIRA, 2004, p. 25).

O que os autores apresentados até aqui nos provocam é para a necessidade de narrativas e reflexões aprimoradas acerca de gênero e raça na atuação jornalística e que essa responsabilidade esteja presente no entrecruzamento de saberes sociais e culturais aos quais os jovens jornalistas são tensionados dentro das Universidades e demais instituições de ensino com cursos de Jornalismo.

Como foi dito anteriormente, pesquisas sobre jornalismo e mídia têm demonstrado um interesse pelo campo dos estudos de gênero e sexualidade, um movimento crescente ainda que tardio, todavia, a interseccionalidade ainda é “uma perspectiva analítica pouco aprofundada ao que tange os estudos de gênero no campo da comunicação e do Jornalismo em especial” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018, p. 3).

O conceito de **interseccionalidade**, tão caro ao feminismo negro, diz da articulação e sobreposição de experiências de diferença e desigualdade. Tem sua formulação atribuída a defensora de direitos humanos norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) que aponta para a associação de sistemas múltiplos de opressão na vida das pessoas, isto é, quando abordamos a experiência da diferença com grupos, nem sempre estamos lidando com grupos sociais distintos, mas com grupos sobrepostos, cuja discriminação a eles atribuídas é composta de cargas múltiplas.

No exercício da notícia e da reportagem, na etapa de seleção de fontes, é comum a busca pelos protagonistas sociais. A visão interseccional revela para nós que esse protagonista não pode ser

definido somente por um marcador social. No tratamento comum, uma mulher negra, por exemplo, terá fala para contar ou emitir considerações pela perspectiva de gênero ou pela perspectiva racial. Uma empregada doméstica terá sua história reportada pela perspectiva de classe, mas na maior parte das situações os eixos de discriminação aos quais ela está submetida são indissociáveis, se dão em conjunto (raça, gênero, faixa etária).

Ouvi-la integralmente possibilita ao jornalista ir além das expectativas de leitura que já possui sobre aquela pessoa. Além disso, a abertura resulta ainda no aperfeiçoamento humanístico que elimina o posicionamento do Outro pelas vias do essencialismo (cristalização da pessoa no grupo de diferença que pertence), assim contribuirá ainda mais no desenvolvimento de estratégias políticas para a justiça social dentro do cenário das contradições socioculturais expressas nas mídias.

A socióloga ugandense-britânica Avtar Brah (2006) apresenta essa ressalva uma vez que ainda que cruciais na mobilização de grupos específicos, o isolamento em identidades, como fim em si mesmo, pode limitar enfrentamentos mais amplos às desigualdades sociais. Na contemporaneidade, estamos a personificar a desigualdade social nos corpos dos grupos sociais dominantes e não dominantes. Porém, essas conexões de poder podem seguir outras divisões em instituições específicas ou em relações interpessoais que são contraditórias ou mesmo ser lidas como formas de resistência.

Fabiana Moraes (2018, 2019) enfoca, como jornalista, professora e pesquisadora negra do Nordeste do País, vinda de uma área periférica, a ideia de um jornalismo de subjetividade, uma “[...] prática que se deixa permear pelos ruídos entre repórteres e suas fontes, entre os repertórios de quem produz representações e seus representados” (2018, p. 85). Trata-se de uma nomeação que não faz oposição ao objetivo, mas que lembra o quanto a subjetividade do repórter tem sido rechaçada historicamente no campo de produção noticiosa.

Essa proposição pela busca e exercício profissional que contemple a subjetividade, parte da própria atuação de Fabiana Moraes em reportagens emblemáticas sobre sujeitos em condições de silenciamento, sub-representação, de alijamento e exclusão de participação na representação política, econômica e cultural da sociedade.

São trabalhos elaborados ao longo de uma década, como a reportagem em livro *O nascimento de Joicy* (Arquipélago Editorial, 2015), originalmente uma série de reportagens publicadas no *Jornal do Commercio*, em 2011, sobre a saga de uma agricultora transexual no agreste pernambucano que busca o serviço público de saúde para conseguir uma cirurgia de afirmação de gênero; até colunas de

opinião (sempre com diálogo social) como *Carta do passado para Miguel, que vive no futuro*³¹, no UOL, em 2020, no qual a jornalista participa de um encontro com amigos, amigas, mãe e avó do menino que perdeu a vida ao cair do nono andar de um prédio no Recife, quando estava aos cuidados e supervisão da patroa da mãe, enquanto ela cumpria a atividade de passear com o cão da família; ou mesmo o texto *Independência das patroas ou morte das empregadas: a ‘coach de sinhá’ e as ruas neste 7 de setembro*³², do Intercept Brasil, em 2021, que aborda os abusos cometidos com empregadas domésticas, a maioria negra, tratadas pelos patrões com propriedade, com constrangimentos e na condição de subserviência.

É a partir dessa experiência que Moraes tem pensando o encontro com o outro, a alteridade no jornalismo, sempre a partir de estudos existentes e recorrentes na academia, mas que ainda têm baixa abertura nas redações dos veículos jornalísticos locais, regionais e nacionais. A autora (2018, 2019) sugere como pontos de alerta aos estudantes e profissionais do Jornalismo que:

- (1) a adesão acrítica aos critérios de valor-notícia produz algumas pessoas e lugares que merecem ser vistos e outros que não, portanto, são critérios excludentes que precisam ser repensados;
- (2) a certeza em uma verdade única, apresentada pelo fato, desconsidera que estes são construídos;
- (3) as pautas assentadas em fenômenos sociais não questionados ou em binarismos empobrecedores não desestabiliza representações de pessoas e grupos, são lentes opacas que dão ênfase na abordagem das reportagens ao espetacular ou para as reduções/simplificações;
- (4) a crença de que o jornalista “dá voz” coloca os jornalistas numa posição de centralização do ego. Assumem para si a posição de heróis, de agentes protagonistas, que devem ser exaltados pelo mérito dos seus trabalhos. Falam de, falam sobre, quando na verdade, precisam aprender a falar com ou a ecoar vozes já existentes.

Fabiana Moraes nos diz que são práticas e crenças enraizadas no Jornalismo quando

não é possível domar o mundo exterior (ou “o Outro”) em sua totalidade (independentemente de estarmos lidando com um “fato”, “fenômeno” ou “acontecimento”). Assim, englobamos as fissuras e subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É certamente um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, não prejudica a narrativa jornalística, mas, ao contrário, pode potencialmente enriquecê-la. Parece óbvio, mas **o fato é que**

³¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/fabiana-moraes/2020/09/08/carta-do-passado-para-miguel-que-vive-no-futuro.htm>.

³² Disponível em: <https://theintercept.com/2021/09/07/independencia-patroas-morte-empregadas-coach-sinha-7-setembro/>.

grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo o que o jornalista, quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça, **quer**. (2018, p. 90, negrito nosso)

É da aproximação em campo com mulheres negras muito pobres (cisgêneras, travestis e transexuais) e com o pensamento feminista negro que Fabiana Moraes encontra subsídios para sua proposta teórica para o Jornalismo, como uma prática afetada pela emergência de novas formas de olhar o Outro e transformada pelas fissuras que provoca no poder instituído.

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular. (MORAES, 2019, p. 209)

Nesse sentido, o Jornalismo não deve se furtar em ser eticamente comprometido ou mesmo temer a rubrica de prática ativista e outras falácias que apagam que toda ação social é interessada ou atravessada por forças de poder. Certos temas precisam de uma perspectiva ativista por parte dos jornalistas e profissionais de mídia, uma vez que como articulador das experiências e ações humanas, serão agentes dos Direitos Humanos, em prol da liberdade, igualdade e dignidade entre homens e mulheres de todas as sociedades. Na prática, precisam assumir a condição política de combatentes do racismo, do machismo, do classismo, da LGBTfobia e de outras mais formas de distinção, violação ou preterimento.

Para melhor visualização das noções que foram levantadas a partir da intersecção com a proposta de um Jornalismo antirracista, chegamos as seguintes noções para a Epistemologia do Jornalismo:

Ilustração 4: Impulsos simbólicos (matriz) do Jornalismo Antirracista



Fonte: Do autor.

2.2.3. Crítica queer para o Jornalismo

Dentro das epistemologias que refletem sobre a alteridade, é significativo mencionar o processo de trânsito e de incorporação da teoria queer dentro do pensamento social brasileiro. A teoria e a política queer estão articuladas à produção de um grupo intelectual norte-americano ou com atuação nos Estados Unidos dos anos 1990, como Judith Butler, Gayle Rubin, Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa de Lauretis, Michael Warner, proponentes de uma crítica à heteronormatividade compulsória da sociedade e contra o paradigma de afirmação das identidades. Essas personalidades apontaram para o perigo da criação de categorias identitárias muito rígidas e fechadas, que moldam um “discurso de verdade” sobre gêneros e sexualidades normalizadas, mas que acabam por ser excludentes.

Segundo Guacira Lopes Louro (2001), a prática queer representa uma oposição a política de identidade do movimento homossexual dominante que pregava a necessidade de ser assimilado e tolerado pelos grupos heterossexuais. A autora menciona que a sexualidade recebeu ao longo da modernidade cada vez mais olhares, passando a constituir uma questão social. Mesmo que ainda alvo da vigilância e do controle, ao lado de instituições como o Estado, as religiões e a ciência, outros grupos organizados reivindicaram verdades e discursos sobre essa questão. Trata-se do que o filósofo Michel Foucault, em *História da Sexualidade*, avaliou como uma produção discursiva, cada vez mais avida, do conhecimento das formas de prazer sexual.

A historiadora cultural Tamsin Spargo (2017), por exemplo, registra que Foucault afirmava que a homossexualidade é uma categoria construída do saber sobre a sexualidade, não uma identidade descoberta, revelada. Sendo assim, não é que as relações sexuais entre pessoas da mesma identidade de gênero não existissem no passado, mas os discursos que identificam essa “espécie”, como ele chamava, emergem no fim do século 19 para classificar um tipo de ser humano definido por uma sexualidade incomum, vergonhosa, perversa. Junto com outros sujeitos cuja a sexualidade era tema de interesse, principalmente das ciências médicas, o homossexual se torna centro de uma série de pesquisas e estratégias para preservar populações produtivas e procriadoras (que fornecem mais força de trabalho) ao sistema capitalista em expansão, já que essa figura será tida como uma ameaça.

Os homossexuais foram pouco a pouco transformados em figuras patológicas e anormais. Cabia a esse grupo o lugar da vergonha e de exposição como sujeitos aberrantes. Todavia, isso também possibilitou a resistência, isto é, que em conjunto esses indivíduos questionassem o tratamento político e social reservado a eles. Grupos silenciosos, ao se politizar, passaram da situação de estigma para o orgulho. O que culmina nas lutas da segunda metade do século 20 pela descriminalização e despatologização da homossexualidade. As pessoas se definiam publicamente cada vez mais como lésbicas, gays e bissexuais. O movimento de liberação gay, a partir da experiência e luta feministas, vai propor uma mudança radical que afetará instituições como a família e o casamento. O resultado é que nas culturas urbanas, das grandes cidades, circula com cada vez mais aceitação as inquietações políticas dos homossexuais, que atuam pela integração à ordem social existente. Também se vê a constituição de uma comunidade e de uma cultura próprias. Afirmam-se uma identidade gay e lésbica com fronteiras demarcadas. É a partir daqui que ocorre o dilema do armário (SEDGWICK, 2007), assumir-se ou permanecer oculto.

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

A professora Guacira Lopes Louro menciona que o surgimento do HIV/Aids agregou novos elementos a este quadro. A associação da doença com a homossexualidade resultou numa renovação da homofobia existente na sociedade. Mais intolerância, desprezo e exclusão afetaram a comunidade LGBTQIA+ e os sujeitos afetados pela Aids. O combate à doença acarretou em novos discursos sobre a sexualidade, ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro. Discursos que se dirigem cada vez menos às identidades e mais para os comportamentos.

Em termos globais, multiplicam-se os movimentos e os seus propósitos: alguns grupos homossexuais permanecem lutando por reconhecimento e por legitimação, buscando sua inclusão, em termos igualitários, ao conjunto da

sociedade; outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões mas decidem viver a ambigüidade da própria fronteira. A nova dinâmica dos movimentos sexuais e de gênero provoca mudanças nas teorias e, ao mesmo tempo, é alimentada por elas. (LOURO, 2001, p. 545-546)

A afirmação de uma política e de uma teoria queer sobreveio da crise, das fraturas e da insuficiência da política afirmativa da identidade homossexual. Na língua inglesa, o termo queer é ofensivo³³ e sua adoção, reivindicada para se autoneamar, diz de uma resistência política do abjeto (situação repudiada, negada ou espectro ameaçado), daqueles que desafiam as práticas regulatórias da sexualidade e do gênero (BUTLER, 2000). Em português, queer não diz diretamente nada ao senso comum. Tem circulado cada vez mais a partir da produção intelectual das universidades e para alguns diz de um agrupamento, um termo síntese, para se referir de forma conjunta aos indivíduos da comunidade LGBTQIA+ e as demais pessoas que fogem à heteronormatividade e à cisgeneridade, isto é, aqueles distantes do imperativo heterossexual e da diferença sexual imposta aos corpos.

A virada dos anos 1970 para os anos 1980, no Brasil, representa um período de debates sociais e estudos acadêmicos sobre negros, indígenas, mulheres e homossexuais, mas tais temas estavam subordinados à ampla questão da democratização do país e a luta pela revolução social. No âmbito da Sociologia e da Antropologia, os estudos brasileiros sobre a homossexualidade, com um caráter original e precursor, já tratavam dos processos de naturalização das diferenças e dos fechamentos identitários (CARRARA, SIMÕES, 2007). Contudo, apesar de já se fazer estudos gays e lésbicos no País, o campo da Educação tornou conhecida as reflexões sujeitos, identidades e binarismos da teoria queer, a partir da educadora gaúcha Guacira Lopes Louro.

Nos últimos 30 anos, notamos o surgimento de diversas escolas do pensamento que irão produzir tensões, ruídos e disputas com um tipo de ciência social eurocêntrica/dialética e que oxigenaram o pensamento. Estou me referindo aqui aos estudos pós-coloniais, aos estudos culturais, multiculturais, estudos decoloniais, estudos transviados (ou, como alguns preferem nomear, teoria queer). O debate sobre as tensões em torno da relação entre subalternidades e representação científica torna-se uma das preocupações destes corpos teóricos. Ou seja, como trazer o outro, o excluído, o marginalizado, o colonizado, para a escrita científica? (BENTO, 2017, p. 49-50)

Se no passado, os sujeitos abjetos de gênero e sexualidade não interessavam tanto os regimes de conhecimento e as estruturas político-partidárias de esquerda, notamos uma mudança feroz nas ciências humanas e sociais, intensificada dos anos 2000, que buscam interpor ruídos e disputas sobre os oprimidos com uma nova teoria pós-estruturalista ao lado de outras epistemologias

³³ Uma injúria similar as ofensas "bicha" ou "viado" que tantos jovens com comportamentos diferentes das regulações do masculino escutam no Brasil.

desconcertantes do cânone acadêmico. Porém, desde que aportou no Brasil, a teoria queer provocou questionamentos quanto às possíveis traduções, ou seja, os modos como tal estofa teórico seria apropriado, absorvido e, principalmente, tensionado. A professora Larissa Pelúcio (2014) diz que “apesar das singularidades locais, nossa tendência inicial foi, sobretudo, de procurar aplicar os achados teóricos e conceituais queer, mais do que tensionar e, assim, produzir nossas próprias teorias”. Em síntese, percebe-se que os estudos queer brasileiros necessitam de uma perspectiva para além do norte global.

Esse espriamento chegou tardiamente à área da Comunicação (GONÇALVES, 2018), mas levou a percepções sobre a representação de pessoas LGBTQIA+³⁴ lidas culturalmente no jornalismo, majoritariamente, por uma ótica restrita: em pautas policiais e de violência como vítimas ou no debate da ciência e da medicina sobre a origem da homossexualidade/transgeneridade, seria ela um efeito natural ou cultural? Também se notou um florescimento de posturas críticas, nos estudos em jornalismo, às formas negativas ou reducionistas de representação da população LGBTQIA+, elas foram responsáveis por dizer que:

As representações da população LGBTQIA+ são ancoradas, no jornalismo, em uma visão onde as relações conjugais monogâmicas heterossexuais se mantêm como o padrão de normalidade, o que torna todo debate sobre identidades e práticas LGBTQIA+ não um tabu, mas um estilo de vida excêntrico, exótico, diferente (DARDE; MORIGI, 2012). As narrativas midiáticas, apesar de terem sido acessadas por construções de gênero diversas, seguem restringindo os sujeitos à determinadas formas toleráveis e inteligíveis de vivência e segue-se relegando determinados corpos à exclusão. (HENN; MACHADO, 2015).

Porém, o jornalismo tem sido um catalisador de atenção sobre questões de gênero e sexualidade. Dele emergem tensões que de um lado operam a humanização, promoção da visibilidade da vulnerabilidade; de outro, a violência, os processos de exclusão a partir de um ideal regulatório (HENN; DIAS, 2019).

Diante das dinâmicas identitárias, há uma fazer jornalístico que acompanha a história do movimento LGBTQIA+ brasileiro e internacional. Uma prática jornalística fora do armário, isto é, abertamente produzida e dedicada a assuntos e temáticas de interesse desse segmento populacional, que ajuda a pautar questões relevantes, ao mesmo tempo que atende lógicas de

³⁴ Para designar e marcar a diversidade sexual e de gênero, as siglas são importantes "sopas de letrinhas" que nomeiam uma multidão de pessoas que negociam e disputam visibilidade política em diferentes contextos históricos e culturais. Essa sigla já foi nomeada na mídia jornalística e pelos próprios integrantes como MHB (movimento homossexual brasileiro), GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis), GLBT (Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), LGBTI+ (com a inclusão de pessoas intersexo). Nesse trabalho, opta-se por LGBTQIA+, o que inclui pessoas queer e assexuais.

mercado, de olho no poder aquisitivo crescente de gays, lésbicas, bissexuais (*pink money*) e de demais sujeitos interessados na cultura LGBTQIA+. Um “jornalismo gay” que afirma sua qualidade na elaboração de pautas, reportagens e textos que tornam o circuito LGBTQIA+ mais próximo da sociedade brasileira (FEITOSA, 2018). Essa imprensa se inicia com o jornal alternativo *Lampião da Esquina*, nos anos 1970, e culmina na agência *Diadorim*, de jornalismo independente, engajada na promoção dos direitos da população LGBTQIA+.

Existe ainda a averiguação de que as relações entre jornalismo e teoria queer se dão na busca e execução de linguagem fora da norma padrão. Ao tratar do jornalismo de cultura pop no Brasil, Gonzatti (2017) registra que a política queer, em muitos contextos, apropria-se de uma ofensa anteriormente utilizada para violentar simbólica e fisicamente pessoas fora das normas de sexo/gênero. É uma torção na linguagem, de pô-la do avesso, uma capacidade que bichas, viados e sapatões têm porque se nomeiam e se tratam assim para perturbar aqueles que os chamavam dessa maneira na intenção de classificá-los como desviantes, errados, sujos, passíveis de punição. Nas notícias de cultura pop – fazer jornalístico com predominância de homens gays – o pesquisador encontrará, tanto pelo público-leitor quanto pelos jornalistas-autores, uma linguagem expressiva que privilegia sempre que possível o feminino e o senso de pertencimento para falar de corpos que querem se mostrar poderosos, sem receio de ser escandalosos, de aparecer e acontecer como afeminadíssimos, divas, transviados.

Outro parecer é que cada vez mais o Jornalismo trata e se posiciona de modo favorável as reivindicações do movimento LGBTQIA+ institucionalizado: o direito ao casamento igualitário; a uma lei antidiscriminação; o direito à adoção, conforme avaliação de Eder Luis Santana (2016) a partir dos jornais em circulação na Bahia, são pautas que fortalecem a imagem do modo de ser LGBTQIA+ ideal, da representação respeitável, já que o Jornalismo privilegia vozes oficiosas desses movimentos; mas é importante a ressalva que cada vez mais as perspectivas queer contaminam as pressões pela igualdade (ou de adesão à normalização) dos grupos que militam na causa LGBTQIA+ uma vez que não existe um movimento nacional, um projeto coletivo uníssono, mas uma multiplicidade de vozes, desejos e projetos que nomeamos como movimentos LGBTQIA+ (COLLING, 2015).

E por fim, o diagnóstico de que muitos impasses existentes entre jornalistas e pessoas LGBTQIA+, partem de uma ineficiência do diálogo social e de hipertrofia na mentalidade do jornalista, que cristalizou certas concepções de gênero e sexualidade. Todavia, emergem recursos e noções em aberto (de autoria) que efetivam uma relação de compreensão entre jornalista e o protagonista social LGBTQIA+ (GONÇALVES; MEDINA, 2018).

Na dissertação defendida por este autor (GONÇALVES, 2017), estudo que se dedica a compreender caminhos e estratégias aplicadas por jornalistas sensíveis à escuta das histórias de pessoas LGBTQIA+, o contato com três jornalistas-autoras indicou que o processo de relação entre jornalista e protagonista social produz um desafio dialógico no qual se colhe subsídios para que o jornalismo tenha um papel fundamental nos modos como certas existências humanas são apresentadas e compreendidas. Muitos dos impasses entre jornalistas e pessoas LGBTQIA+ aconteceram pela incapacidade de permear-se do outro. De abandonar a intenção da divulgação, da coleta da fala de efeito, que muitas vezes fortalece as convicções do repórter e a angulação pré-definida da pauta, para um contato com efetiva narrativa sensível, solidária e cúmplice.

Portanto, a cobertura jornalística com a devida atenção às questões de gênero e sexualidade só é possível com a percepção do tom dado às narrativas, da responsabilidade autoral com os aspectos visuais, com quem está escrevendo, com quem é fotografado/filmado, com os especialistas consultados e com o público que é o alvo da mediação social, parte fundamental dessa interação simbólica.

Ilustração 5: Impulsos simbólicos (matriz) do Jornalismo Queer



Fonte: Do autor.

Os estudos queer parecem ser importantes para a formação em Jornalismo porque a história do movimento LGBTQIA+ faz parte de nossa história. Todos deveriam aprender e conhecer como pessoas individualmente ou organizadas foram fundamentais para os passos da História, para a ação política em prol da igualdade, diversidade e democracia. A expressão da sexualidade e do gênero são parte vital de quem somos e como agimos. O século 20 conta, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, com a emergência do ativismo e da afirmação da identidade homossexual, até então soterrados por estigmas e leis de coibição. Nos Estados Unidos, a partir da Rebelião de Stonewall ocorrida em 28 de junho de 1969, um evento singular em um bar nova-iorquino que lidava com tensões constantes e abordagens violentas por parte de forças públicas de segurança contra os frequentadores, têm-se o florescimento de formas de associação e de agrupamento de pessoas marginalizadas (inicialmente de gays afeminados, lésbicas masculinizadas, drag queens, pessoas trans e pessoas de cor – latinos e negros) que se espalham pelo mundo em busca de direitos civis, equiparação social e respeito. No caso brasileiro e latino-americano, esses grupos serão parte fundamental dos processos de combate às ditaduras, no contexto de produção de uma ação frente à pandemia de HIV/Aids, na ampliação da cidadania pelo reconhecimento de políticas públicas do Estado, na aproximação e contestação constante com uma cidadania de mercado, promovida pelo neoliberalismo.

Para jornalistas, um repertório crítico queer possibilita ainda se interrogar sobre a subjetividade de todos e não assumir a perspectiva daqueles que acionam o seu lugar no mundo como normal/natural (homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais), uma aparente posição universal sem interesses próprios de poder. Uma reflexão queer leva jornalistas a se atentar constantemente sobre quem está sendo deixado de fora, à margem. Sobre quem está no comando do *mainstream* ou da corrente dominante. A quem importa o *status quo*, ou seja, a permanência do estado das coisas como se apresentam. Leva-os a se questionar sobre intenções por trás de discursos de direitos humanos feministas e pró-LGBTQIA+ aplicados para atender em primeiro lugar interesses econômicos, o *pinkwashing* ou capitalismo rosa, isto é, estratégias de marketing dirigidas à promoção de empresas, organizações, produtos e países com um falso comprometimento com os direitos LGBTQIA+, dada a mercantilização dos símbolos e da cultura LGBTQIA+; e em segundo lugar interesses nacionalistas, aquilo que a professora Jasbir Puar (2013), da Universidade de Rutgers (Estados Unidos), nomeará como homonacionalismo ao perceber como corpos e territórios tem sido trabalhados em momentos de guerra, faz-se uso da defesa da diversidade sexual e de gênero, bem como do feminismo, para justificar e atribuir legitimidade a ações contra o Islã/Oriente Médio e outras culturas com valores e modos de vida distintos das sociedades ocidentais, uma vez que esse território seria LGBTfóbico ou não.

2.2.4. Situação *mestiza* no ‘Hemisfério Sol’

Hemisfério Sol³⁵. É com essa rubrica que estudantes, professores e pesquisadores que passaram pelo grupo de Epistemologia do Jornalismo, constituído pela professora Cremilda Medina, no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo nomeiam a experiência de pensar e refletir a partir do hemisfério Sul do planeta Terra. A partir de seminários transdisciplinares e livros da série Novo Pacto da Ciência, diferentes vozes perpetuaram diagnósticos e prognósticos sobre a fragmentação do objeto do conhecimento, consequência, para o sociólogo e biólogo Milton Greco (1993), do paradigma tecnicista, reducionista e mecanicista. Estar no Hemisfério Sol significa assumir um diálogo sobre pobreza, neoliberalismo, injustiça social, violência, precariedade, crise do Estado moderno, desrespeito energético e ambiental, entre outros vetores próprios dessa parte do planeta.

Consciência *Mestiza*. A escritora Gloria Anzaldúa, conhecida pela produção literária que defende a posição de que mulheres racializadas ou de cor deveriam buscar meios para expressar suas ideias, nomeia-se como *mestiza* para narrar a situação comum aos povos da América Latina de uma formação racial e cultural híbrida. Gloria Anzaldúa foi fundamental nos debates sobre diferença dentro do feminismo dos anos 1980. Em seus textos, ela registra a experiência de crise identitária (como mulher, lésbica, chicana) e as possibilidades de resistência frente às opressões sociais. Ela anuncia uma consciência das fronteiras - de quem continuamente sai de uma cultura para outra, da ambivalência.

Do cruzamento ou mescla de identidades, mas sem fronteiras definidas. Anzaldúa (2005) dialoga diretamente com mulheres como ela para dizer que aqui, neste território, desenvolve-se uma tolerância às contradições. Aprendemos a conviver e conciliar pontos de vista conflitantes. Apesar de dores históricas, constrói-se uma consciência móvel, engenhosa e enérgica. Para nós, não nos caberia comportamentos e ideias enraizadas. Lógicas rígidas. Esses hábitos e padrões são próprios de outros lugares. O raciocínio analítico com um objetivo único foi moldado pela filosofia europeia e anglo-americana.

O trabalho da consciência *mestiza* é o de desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida. A resposta para o problema entre a raça branca e a de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da

³⁵ Criação poética do escritor Sinval Medina.

divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. (ANZALDÚA, 2005, p. 707)

Viver uma situação e uma consciência *mestiça* diz da capacidade de tecer uma mentalidade mais ampla, que inclui em vez de excluir. De aprender a equilibrar culturas. De ter uma personalidade plural. Próprio do pensamento latino-americano, orgulhosamente desafiador.

Essa experiência periférica tem sido apresentada também no jornalismo, no jornalismo das periferias³⁶. A pesquisadora Mara Rovida (2020) avalia que a noção de periferia não é nova, mas a maneira como ela tem sido utilizada sim. Em especial, a consciência periférica, que aproximo aqui da *mestiça*, tem sido apropriada com destaque pelas pessoas que vivem em regiões periféricas, principalmente por ativistas e agitadores culturais. Ao tratar de um pensamento periférico, estamos acionando a percepção de como sujeitos marginalizados ou excluídos – o que pode ocorrer pela urbanização – ressignificam seus territórios e localidades pelo sentimento de orgulho e pertencimento e pela ação política/ativista que passam a adotar. Rovida fala do “território que segrega ao dificultar ou impedir os acessos a direitos sociais”, mas que tem sido articulado como “território de resistência” (2020, p. 47) e é sobre ele que se passa a ter uma efervescente produção social, política, cultural e jornalística – os jornalisismos das periferias, narrativas de jornalistas das bordas urbanas sobre suas realidades. Nesse sentido, tanto a produção jornalística quanto intelectual brasileiras podem ser acionadas como periféricas/*mestiças*.

Têm-se chamado atenção, num contexto de relações globalizadas, para a circulação de conhecimentos e de epistemologias e como isso está atrelado a experiência colonial, pelo persistente domínio político e intelectual do Norte global (ou Hemisfério Noite para o grupo de cá). Contudo, do Hemisfério Sol, diante dos dilemas e crises da humanidade, não somente assistimos passivamente o desenrolar dessas situações, também participamos com ensaios e narrativas, conteúdos que articulam sentidos propositivos de transformação.

Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 16) menciona que o conceito de Sul não pode ser tomado apenas como um elemento geográfico, mas sim como “uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão. Na dor e na luta, desigualmente distribuídos pelo mundo, cabem uma multiplicidade de conhecimentos invisibilizados e desperdiçados pela modernidade”. Sousa Santos (2016) coloca como proposta epistemológica para o presente a ecologia dos saberes, para uma aprendizagem

³⁶ Jornalistas das periferias despontam com iniciativas de produção jornalística que assumem outra ótica sobre seus territórios – bairros afastados do centro urbano estruturado que não detém atenção por parte do jornalismo convencional das grandes empresas de mídia, a não ser para pautas sobre violência policial e moradia precária. Entre os exemplos estão: *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*; *Agência de Notícias das Favelas*; *Periferia em movimento*; *Nós, mulheres da periferia*; *Voz das comunidades*.

mútua e cooperativa entre países e territórios, de modo a substituir a monocultura do saber, principalmente em um momento no qual há a pressão da avaliação científica com base em indicadores e uma desvantagem em relação à pesquisa proveniente de qualquer país que não usam no cotidiano a língua canônica da ciência – a língua inglesa.

A professora Luciana Ballestrin (2013), ao comentar as novas formas de pensar e atuar politicamente provenientes do giro decolonial – proposta que sugere a necessidade de superação da colonialidade do poder, do saber e do ser – relembra o posicionamento do semiólogo argentino Walter Mignolo. Para ele, as teses dos teóricos indianos não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso latino-americano. A história da América Latina frente ao desenvolvimento do capitalismo mundial é diferenciada, após ser a primeira região a sofrer a violência colonial – com marcas como a mais longa convivência com a escravização. Todavia, o problema da geopolítica do conhecimento, apontada com muito mérito por autores latino-americanos e paralela à própria geopolítica da economia, diz de uma perspectiva de dominância da Europa burguesa sobre zonas (universidades) periféricas, como ponto zero do saber, que pela centralidade constituída, diminui ou elimina a alteridade epistêmica.

Sendo assim, o que é criado no Sul precisa, toda vez, se impor para o Norte. Historicamente, as teorias e filosofias foram predominantemente criadas no Norte sobre o Norte. Sua apropriação ou aplicação se dava para o Sul, como se esses territórios fossem próprios para a experimentação ou implantação de ideias. É pertinente lembrar que o jornalismo brasileiro acompanhou o estilo norte-americano, os quais acreditam que os jornalistas são, ou devem ser, responsáveis pela transmissão neutra dos fatos e acontecimentos locais e mundiais. Um jornalismo que se mostra mais propenso a adotar uma posição independente de qualquer estrutura ou agente político para se consagrar como negócio rentável a partir do interesse coletivo, sem qualquer impedimento com a liberdade de expressão, valor expresso e salvaguardado pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos.

No âmbito da Comunicação, diferentemente da filosofia e das ciências sociais, é importante lembrar que nos anos 1970 e 1980, contra o fluxo dominante de notícias procedentes das nações do Norte, mais industrializadas, surgiu um movimento da América Latina, da África e da Ásia em prol de uma transformação da informação e dos meios de comunicação. Dos meios acadêmicos, técnicos e governamentais surge uma oposição ao monopólio informativo das nações do norte e pela ampliação das agências de notícias, rádios e TVs com a perspectiva dos países em desenvolvimento. Uma nova ordem mundial da informação e da comunicação pautada na distribuição equitativa dos recursos midiáticos entre as nações da comunidade internacional e na

democratização da comunicação. É desta pressão que as cartas e tratados internacionais passam a ter a informação como um direito humano – o que envolve o direito de informar e o direito de ser bem informado.

Nessa rota, Cremilda Medina inicia em 1987, a partir do curso de pós-graduação da ECA-USP, a mediação entre diferentes campos de conhecimento, com a afirmação da atuação essencial do produtor da informação da atualidade – o jornalista – nesse processo. Atenta a formação de jornalistas pela USP, Medina reforçará que para esse profissional passa a ser imprescindível conviver e articular discursos científicos com o discurso da arte, dos saberes tradicionais e do cotidiano, sem qualquer hierarquia ou escala de valor.

Inspirada e comprometida com as teorias latino-americanas de comunicação social, após uma incursão em 1972 no Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo de América Latina – CIESPAL, em Quito, Equador, Medina se aproxima da teoria cultural, do pensar a comunicação a partir da cultura, contribuição própria da pesquisa de comunicação latino-americana, segundo Martín-Barbero (2021). O pensador colombiano indica que as contribuições latino-americanas foram capazes de superar a razão dualista que se expressava nas linhas de pesquisa da comunicação até então, principalmente, a ideia da comunicação dos meios e dos dispositivos de comunicação como processo de dominação.

Inicialmente, a partir das pesquisas sobre a estrutura da mensagem jornalísticas (a produção das notícias) e do diálogo possível (com destaque para o recurso da entrevista), Cremilda Medina apontou a comunicação jornalística como ato, que pode e deve ser, uma narrativa coletiva da contemporaneidade. O jornalista é um leitor cultural que está acompanhado por ideias sobre o mundo, pelo imaginário coletivo, pelos comportamentos culturais, valendo-se da experiência dinâmica do real e da racionalidade dialógica para constituir uma produção simbólica sobre o mundo.

O jornalista atua “na malha cultural da sociedade em que está situado” (Medina, 1990). Desse modo, ela compreende que o jornalista, como produtor simbólico, precisa se dedicar à Teoria Cultural. A pedagogia que Medina aspira aos jornalistas busca, com seriedade, enfrentar os flancos da Cultura, da identidade cultural de um povo. Para ela, na produção jornalística verifica-se uma mentalidade repleta de certos e errados, causas e efeitos, de tratamento objetificante aos sujeitos. O profissional mediador-produtor de sentidos atua na sociedade por meio de atos de relação (de contato humano, de interação com grupos, comunidades), detém o privilégio de estar exposto ao relato cultural vivo, por isso para a formação do jornalista deve se pensar em estratégias de sensibilização e de ampliação da complexidade mental.

Cremilda interpretará os jornalistas como artífices do diálogo possível (2008), responsáveis por narrativas informativas capazes de romper com o isolamento de grupos e indivíduos, por pôr em interação social concepções em conflito ou em confluência, que se revelam, se modificam, com consequências transformadoras ao cotidiano e para a vida democrática. Ela entende que o jornalismo serve à pluralidade de vozes e de sentidos, para esboçar uma compreensão do humano. Portanto, o jornalista precisa ter consciência de suas possibilidades, deve estar preparado, não com um repertório de fórmulas, mas com os recursos para uma estrutura narrativa adequada e comprometida com as vozes discordantes, as proeminentes, as especializadas, as históricas, as anônimas e as marginais. Atuação que não se constitui no flanco das vozes oficiais ou na caderneta de fontes de informação.

Todavia, as perspectivas articuladas por Medina não são de cunho individual. A atuação junto aos programas de pós-graduação de Ciências da Comunicação e de Integração da América Latina já forneceram pesquisas e quadros de profissionais para o ensino de Comunicação e Jornalismo fundamentais de serem conhecidos e com propostas teóricas originais e com densidade para a nossa área acadêmica. Podemos mencionar, entre outros:

As preocupações de **Fernando Resende**, da Universidade Federal Fluminense, com o jornalismo e suas narrativas. Para Resende (2009), a narrativa subsidia os sentidos e representações das experiências humanas. No campo do Jornalismo, para ele, a narração é uma problemática a ser enfrentada, uma vez que a mensagem jornalística pressupõe um caráter dialógico. Isto é, o jornalista tem um papel fundamental, ao narrar, de manusear discursos sobre os sujeitos nele representados. A narrativa jornalística produz um conhecimento da alteridade.

Em textos de **Ana Taís Portanova Barros**, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a professora chama atenção para como, na relação com o real, o jornalismo deve dar importância ao imaginário na construção da realidade simbólica. Nos ensaios de **Raul Hernando Osorio Vargas**, professor da Universidade de Antioquia, na Colômbia, o ato de reportar é considerado uma metodologia do jornalismo, nela implica-se e aplica-se sensibilidade tátil, olfativa, gustativa, visual e auditiva. Nas considerações de pesquisa de **Rogério Christofolletti**, da Universidade Federal de Santa Catarina, temos um olhar para a ética jornalística como elemento da gramática profissional que aponta para uma atividade desenvolvida por e para humanos, portanto, que não pode abdicar das marcas dos sujeitos que o fazem.

Ou ainda, os estudos de **Dimas Kunsch**, professor da Universidade Metodista de São Paulo, sobre o abandono da missão dominante na profissão de explicação e descrição da realidade para assumir como recurso de atuação a compreensão cognitiva - que junta, abraça, integra a realidade. Através

do pensamento de **Márcia Blasques** cuja pesquisa afere que nos meios digitais acentuou-se o valor social do jornalista, não aquele que centra esforços em transmitir informações, mas daquele que conta com a colaboração dos seus leitores para aperfeiçoar a autoria.

Patricia Patricio acrescenta como contribuição ao debate da objetividade, a intersubjetividade na mediação social, uma estratégia que deixa de confiar no distanciamento objetivo proposto nos manuais de redação jornalística para captar na construção da reportagem o sujeito que narra e o sujeito narrado, portanto, solidário para elaborar narrativas de permeabilidade.

Por fim, ainda é possível sintetizar as contribuições de **Renato Essenfelder**, que identifica o papel dos editores no jornalismo; **Cicélia Pincer Batista**, que elabora a narrativa jornalística como testemunho e abertura para as experiências do mundo, não como empobrecimento; **Carlos Sandano**, que avalia o lugar do jornalismo frente aos novos códigos digitais; **Mara Rovida**, que conceitualiza o jornalismo como espaço de diálogo social e de solidariedade para grupos e indivíduos; **Jaqueline Lemos**, que incentiva a produção de narradores como estratégia para contar histórias jornalísticas; **Marcos Zibordi**, que se dedica a pensar narrativas e textos culturais complexos, bem como a teoria da reportagem; e **Angela Farah**, que afere o papel do jornalismo como lugar de registro semântico, principalmente, nos modos de nomear crianças e adolescentes.

É um conjunto expressivo de pesquisadores e pesquisadoras do Jornalismo com ideias férteis para o Jornalismo. São latino-americanos, brasileiros, que atravessam os desafios teóricos para a composição de um Jornalismo mais afinado com o povo brasileiro. Compreendem as peculiaridades, as dinâmicas e as contradições desse território. Mais do que informar sobre o Jornalismo, suas inquietações estimulam a produção de um conhecimento nativo sobre Jornalismo.

3.

Da experiência de ensinar Teorias do Jornalismo

3.1. No diálogo com docentes de Teorias do Jornalismo

Neste capítulo, recorrerei às vozes dos/as docentes que lecionam disciplinas nos currículos de Jornalismo ligadas às teorias e epistemologia do Jornalismo. Os depoimentos constituem testemunhos de experiência de ensino-aprendizagem dos últimos anos nas universidades brasileiras. Conversei com nove professores/as – cinco mulheres e quatro homens – de quatro macrorregiões brasileiras (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Os/as professores/as foram convidados/as a participar da pesquisa por atuarem nos cursos de Jornalismo mais bem avaliados pelo Ministério da Educação, por meio do Enade (conceito 5).

Em julho de 2021, 14 docentes receberam individualmente, por e-mail, convites para esse diálogo. Aqueles que aceitaram participar agendaram uma data e horário entre julho e setembro de 2021 para um encontro por meio de um serviço de comunicação por vídeo – a opção acordada foi a do Google Meet, da Google. Com a pandemia de Covid-19, plataformas para reuniões em vídeo foram amplamente utilizadas para a continuidade das atividades de trabalho e de educação. Em fevereiro de 2021, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa forneceu orientações para procedimentos de pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. O documento diz que em virtude da vulnerabilidade de saúde experienciada no País, o contato com participantes de pesquisas poderia se dar por meio de qualquer meio virtual, o que envolve a utilização da internet, sem a necessidade da presença física do/a pesquisador/a e do/a interlocutor/a de pesquisa.

Antes de qualquer entrevista, o/a candidato/a a participante de pesquisa deveria ter contato com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a sua anuência. Em agosto de 2020, após preenchimento de dados da pesquisa na Plataforma Brasil, o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) recebeu e aprovou o projeto de pesquisa, que foi considerado relevante para as áreas de comunicação, jornalismo e sociologia. Sinalizou-se no parecer, de 14 de setembro de 2020, que o TCLE possui um texto que alerta minuciosamente os riscos e benefícios e com clareza ao entrevistado. Para o CEP, este estudo tem baixa incidência de riscos, mesmo que nas ciências humanas e sociais exista a imprevisibilidade de rastrear todos os riscos possíveis. Na avaliação do comitê, apresenta-se no termo adequadamente a possibilidade de embaraço, desconforto e

evocação de memórias desconfortáveis no momento da entrevista ou no futuro em virtude da comunicação da pesquisa à sociedade, assim como o compromisso do pesquisador-responsável com a proteção devida dos riscos citados aos sujeitos participantes.

Portanto, em atendimento ao que pede o Sistema CEP/Conep e a Resolução CNS n. 510/2016, todos/as os/as participantes receberam informações sobre a pesquisa, os direitos como participante e os benefícios esperados, com a devida recolha do consentimento e assinatura, de modo a estabelecer uma relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa.

As entrevistas com coletas de testemunhos tiveram duração média de 60 minutos (uma hora). Todas foram desenvolvidas a partir da concepção de entrevista enquanto diálogo possível, de Cremilda Medina (2008). Para quem a entrevista deve valorizar o pensamento do entrevistado e a exposição de ideias. A autora preza pela entrevista não autoritária, de comunicação recíproca, capaz de transformar e ampliar sentidos de ambas as partes envolvidas.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais e sociais; também pode servir a pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. (MEDINA, 2008, p. 8).

Sendo assim, a pesquisa não opta por roteiros de entrevista estruturada ou semiestruturada, por entender que assim há mais condições de fluir, mas o diálogo é impulsionado por interrogantes, como: a formação ofertada hoje cria a relação sujeito-sujeito como opção fundamental para o desempenho profissional? Em que medida o ensino do jornalismo está contribuindo para posturas críticas e de solidariedade com aqueles com vidas menosprezadas? Como os jornalistas em formação conduzem esse horizonte? Qual é a abertura desses ambientes formativos para a percepção das diferenças e tensões fundadas nas relações de gênero/raça?

Outras motivações para o processo de entrevista, mesmo que não diretamente mencionadas, são a proposição da Unesco (2013), por meio do documento *Model Curricula For Journalism Education* [Modelo curricular da Unesco para o ensino de jornalismo], de competências e temáticas que merecem análise crítica durante a formação em jornalismo. Nele, aponta-se que o ensino em jornalismo deve ser o mais sensível possível à reflexão de gênero, particularmente, em relação a como construímos culturalmente desigualdades de gênero, que estão/estarão nas mídias jornalísticas.

O Programa Nacional de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos também são essenciais aqui uma vez que têm entre suas diretrizes o fortalecimento de

uma cultura e de uma educação em direitos humanos tanto nas instituições de ensino superior (o que inclui o ensino em Jornalismo) quanto nos meios de comunicação pelo seu papel estratégico (o que inclui o exercício do Jornalismo nas mídias).

O grupo de professores/as aqui acionado é uma pequena parcela dos/as jornalistas docentes e possui características semelhantes com aquelas apontadas na pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021. O levantamento com foco nas características sociodemográficas, de saúde e de trabalho (LIMA; MICK, 2022) diz que quase a totalidade dos jornalistas que trabalham como professores estão vinculados a departamentos ou cursos de Jornalismo/Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, 88%.

O relatório da pesquisa indica que a maior parte dos/as jornalistas docentes trabalha em universidades da iniciativa privada (30%), enquanto 28% atuam em universidades federais, 10% em centros de ensino superior privado, 9,6% em universidades estaduais, 9% em universidades confessionais, outros 9% em faculdades privadas enquanto 6% estão em universidades comunitárias³⁷. No nosso caso, a maior parte atua em universidades federais (seis), seguido por um representante de universidade estadual, um de universidade confessional e um de faculdade privada.

Do mesmo modo que na pesquisa do Perfil do Jornalista de 2021 (LIMA; MICK, 2022), a grande maioria não atua na pós-graduação *stricto sensu* e quando estão, atuam majoritariamente em cursos de pós-graduação de Ciências da Comunicação ou Jornalismo.

Os depoimentos tiveram início com uma pergunta muito similar à que é feita pelos/as professores/as aos universitários no primeiro dia de chegada às faculdades e universidades: o que os fez optar por tal caminho na carreira? Quais motivações os fizeram querer ensinar o ofício jornalístico?

Eu estudei para ser jornalista, mas eu achava que meu conhecimento sobre jornalismo era precário. Então, eu fui fazer mestrado, mas ao mesmo tempo eu senti falta da prática. Eu não conseguia me ver somente como a pessoa que falava sobre jornalismo. Porém, a prática não me satisfazia. Durante o doutorado, eu percebi que de fato eu queria me tornar uma pesquisadora.

Professora 1

³⁷ Outras opções de instituições alcançaram menos de 2%, cada uma.

Eu me vinculei às práticas de comunicação e jornalismo na área sindical, após alguns anos, queria estudar algumas coisas que o cotidiano profissional não satisfazia. Eu voltei a universidade para fazer mestrado em Sociologia e nessa época, após um concurso público, passei a atuar como jornalista da Universidade. Foi assim que comecei a docência no ensino superior privado. Tornei-me professor por um convite, aprendendo na sala de aula, como a maior parte dos professores da área, sem nenhuma referência didática.

Professor 5

Eu decidi ir para a docência no segundo ou terceiro semestre da graduação. Eu gostava mais das disciplinas teóricas que possibilitavam uma reflexão sobre a prática jornalística e por uma forte influência em casa - minha mãe é professora. Gostaria de ter ido mais cedo para a docência, mas ainda bem que não. Tive experiência em jornal impresso e assessoria de imprensa.

Professora 3

A maior parte dos/as entrevistados/as narra uma trajetória de pelo menos uma década de atividade docente. Do mesmo modo, estão a atuar na disciplina de Teorias do Jornalismo de seus respectivos cursos com frequência e a um tempo semelhante ao ingresso na carreira. A oferta da disciplina é recorrente na maioria dos bacharelados e se dá da segunda etapa ao quinto período, quando a estrutura do curso é semestral com oito etapas para a conclusão. Alguns professores entendem que, desse modo, os/as estudantes chegam ao momento de reflexão teórica, após uma introdução aos principais aspectos da profissão jornalística e com as primeiras produções textuais de notícias, reportagens e outros tipos de gêneros jornalísticos. Passam, portanto, a exercitar a coleta, a redação, a edição e a publicação de informações de interesse social. Sendo assim, teoria e prática estarão costuradas.

Para falar sobre jornalismo é preciso fazer um movimento de suspensão do conhecimento cotidiano, do senso comum, para poder olhar para esse campo de uma forma mais qualificada. Alguns mencionam que os exemplos e as experiências são fundamentais para entender os conceitos e as finalidades do trabalho jornalístico.

O que os alunos sabem sobre jornalismo quando eles entram? Eles têm a experiência como leitores.

Eventualmente, um aluno tem a experiência no colégio de ter feito um jornal. Hoje se faz mais coisas como um pequeno documentário ou podcast. Tem alunos que já têm um canal no Youtube. Mas é uma experiência leiga que vai se aproximando do campo profissional.

Professora 1

Na concepção do percurso das teorias do jornalismo, alguns professores acionam estudos pioneiros do século 19, de uma sociologia da imprensa, com Max Weber e Otto Groth, seguido de Robert Park e Walter Lippman. Em seguida, a maioria diz que explora o que grande parte dos cursos mobilizam e apresentam como correntes teóricas do jornalismo, os estudos de compilação das contribuições do campo durante o século 20, categorizações articuladas por Nelson Traquina, Mauro Wolf e Miquel Alsina, uma vez que há ainda pouca tradução de textos sobre jornalismo e com cunho pedagógico para estudantes de graduação. Alguns professores trabalham ainda com os estudos brasileiros de jornalismo, a partir de Adelmo Genro Filho, e estudos contemporâneos em Jornalismo (sobre jornalismo independente, notícias falsas, representações jornalísticas de grupos minorizados), aquilo que as teorias anteriormente mencionadas não contemplam, uma vez que estão atentas ao jornalismo como processo de produção de notícias, captura de acontecimentos da realidade e da relação da imprensa/mídia com a política.

Para um professor, o nosso jornalismo tem uma especificidade. Essas abordagens culminam no que ele denomina como modelo do Super-Homem. Um super-herói que sobrevoa e vê o mundo de fora. Intervém apenas para poder corrigir. Contudo, nós migramos para o jornalismo Homem-Aranha, aquele que está em uma crise de consciência, sobe pelas paredes, é um freelancer que vive com os pais.

Traquina, Schudson, Alsina, McCombs, Otto Groth, todos eles são maravilhosos, mas de fato cadê as teorias brasileiras do jornalismo? [...]

Todos que estão na ementa são necessários, mas a gente precisa trazer novas vozes teóricas. Eu acho que esses temas [narrativa, subjetividade, gênero, raça, periferia] são fundamentais de se discutir não só em teorias do jornalismo, mas no jornalismo.

Professora 2

Embora se tenha um influxo forte de fora (o olhar norte-americano, a partir de uma leitura portuguesa, e uma ótica alemã e francesa sobre o jornalismo), o foco das aulas recai, para alguns, nas teorias brasileiras sobre Jornalismo. Segundo um dos professores, algumas abordagens se tornaram hegemônicas – como noticiabilidade, valor-notícia, agendamento, *newsmaking*, enquadramento – na atuação dele junto aos educandos, não se despreza essas abordagens, elas fazem parte da história da compreensão do jornalismo, mas é necessário ultrapassar esse universo. O que não é simples. O estudo do Jornalismo, assim como de outras áreas, tem demonstrado uma perspectiva acumulativa, de revisão daquilo que se avaliou no século 17 e assim por diante. Diante de uma inviabilidade futura de

reconstituir tudo, pelo volume de estudos a conhecer, ele aponta, portanto, para a necessidade de realizar escolhas e entradas na conceituação. E por que não uma inversão na linha cronológica? Ele parte de um mapeamento de questões contemporâneas do Jornalismo e a partir delas incide com a reflexão do jornalismo, a partir das teorias clássicas e dos *insights* contemporâneos.

Na fala de uma das professoras, a teoria do jornalismo aparece como aquela que lida com as singularidades do jornalismo. Daquilo que outros campos não vão dar conta. Para ela, a teoria do jornalismo não precisa criar novos conceitos, mas dizer como tais ideias atravessam as áreas do

Teorias do Jornalismo é um aprofundamento teórico que sempre tem ligação com a prática. Nós temos três momentos dentro da disciplina: a apresentação das teorias e dos conceitos que definem o jornalismo; o momento de visualizar as teorias dentro dos produtos jornalísticos como modo de avaliar a pertinência ou não dessa teoria; e depois eles têm uma produção de uma reflexão sobre teorias do jornalismo.

Professora 4

Já para outra docente, temos que fazer uma diferença entre a teoria e o estudo, a teoria é muito mais sistematizada e com categorias fortemente construídas e os estudos não. Há quem considere que temos teorias da comunicação e estudos do jornalismo. Na visão dela, diferente da comunicação, que é uma própria condição humana, o jornalismo tem um ato fundador dentro de uma concepção liberal e iluminista. É a partir daí que as teorias vão se desenvolver. Ou seja, uma disciplina dedicada à teorização do jornalismo deve ressaltar que o jornalismo não nasce como teoria, mas como prática social. As teorias começaram depois e em virtude do interesse intelectual na constituição da opinião pública, na relação entre imprensa e práticas políticas. No trabalho com os/as estudantes, há de se perguntar pelo que está por trás das afirmações de cada teórico/a. Qual é o foco que essa pessoa dá ao jornalismo? O que é preocupante e relevante para essa pessoa?

Uma coisa que eu prezo muito [nas aulas] é compreender as teorias do jornalismo e olhar a prática jornalística. Teoria e prática estão [gesto de entrelaçamento]. [...] as teorias do jornalismo nos permitem compreender como as rotinas produtivas se dão e porque as notícias são como são, sendo que a notícia é um produto posto à venda.

Professora 2

Foi notável na escuta dos professores, a afirmação de que em suas formações, no período da graduação em Jornalismo, não havia uma disciplina dedicada à teorização da atividade profissional. Por isso é fácil questionar, quais as possibilidades de as abordagens convencionais explicarem aspectos dos jornalismo contemporâneos e onde elas falham, não dão mais conta? As teorias sistematizadas do jornalismo podem nos ajudar a pensar algumas coisas, mas elas são efetivamente limitadas para tratar daquilo que nomeamos como jornalismo atualmente. Um ponto de partida importante é o de perguntar ao estudante o que ele tem reconhecido como jornalismo. Alguns professores mencionam que não cabe mais afirmar que determinado modelo, principalmente, o das empresas jornalísticas de grande alcance, de cunho pós-industrial, são o jornalismo. Boa parte dos/as discentes sequer lida com esses produtos convencionais, passam a acompanhá-los por causa do curso, estimulados pelos docentes, o que não é a realidade informativa deles/as, que tomam outros conteúdos próprios do digital como de natureza jornalística. Um deles enfatizou que nós trabalhamos cada vez mais com experiências jornalísticas, com a variedade de produtores de informação, que eventualmente são comunidades profissionais, mas ocasionalmente não. Há quem tome o WhatsApp e o Facebook como meios de contato jornalístico e não há como simplesmente tratar tais ambientes digitais como terrenos de distribuição deliberada de desinformação ou boatos a serem alvo de educação midiática e checagem jornalística.

Sobre a predominância da obra de Nelson Traquina nos cursos de Jornalismo para a compreensão das teorias do jornalismo no mundo e no Brasil, muitos professores reforçaram que o autor nos prestou um grande favor quando construiu coletâneas e sistematizações. Todavia, alguns acreditam ser mais fértil do que falar em teorias, linhas e correntes, percorrer a evolução do pensamento sobre jornalismo e quando certos conceitos adquiriram envergadura e provocaram certos desdobramentos. O trabalho do jornalista português é questionado por operar pela linearidade, quando existe muito conflito, são pessoas produzindo pensamentos que muitas vezes não têm uniformidade, consenso ou proximidade. A realidade é conflituosa, o indivíduo tenta organizá-la. E essa é preocupação dos/as alunos/as costumeiramente ensinados sobre a progressão e o acúmulo do repertório do conhecimento científico.

O programa de Teorias do Jornalismo do semestre passado não tem Traquina. Ele faz um tipo de sistematização que é importante, mas que está datada, no sentido do que ele reconhece como jornalismo e estudos do jornalismo. Elas são eventualmente um lugar importante, mas não para uma disciplina básica.

Professor 5

Na avaliação de um professor, na atualidade o/a estudante não está tão preocupado com a divisão teoria/prática. Não há tempo para vivê-la. Ele percebe que os/as estudantes têm na universidade um período acelerado de passagem. Fica-se menos dentro do espaço universitário, divide-se esse âmbito da vida com outras atividades. O perfil do/a estudante universitário/a atual não é mais aquele educando/a ávido/a por leituras conceituais. As etapas práticas do curso, na visão dele, supõem um tipo de atividade muito instrumental. Como se não fosse necessário refletir ou mesmo que fosse óbvio e natural estabelecer uma pauta e fontes para essa matéria jornalística. Isso tem uma implicação pedagógica para os/as professores/as.

Durante muito tempo, lidei com estudantes que assimilavam uma cultura do senso comum de separação entre teoria e prática. Como se aqui não se aprendesse o que se faz no mercado. Isso diluiu, não faz mais sentido, o que não significa que não tenhamos problemas didáticos efetivos tanto no ensino das práticas, quanto na formação conceitual dos estudantes.

Professor 5

Na didática de sala de aula, mencionou-se uma persistente aposta na aula expositiva, com ela se faz, na rotina dos encontros da disciplina, um panorama da evolução dos autores, além da leitura dos textos referenciais e o debate coletivo pelos/as alunos/as. Parte-se do século 17, do contexto que precede a primeira tese sobre Jornalismo, do alemão Tobias Peuceur, passando pelo século 18 e 19 e as transformações da ideologia liberal e como esses valores deram composição ao jornalismo. A atividade jornalística é fundada em paralelo com a constituição dos

Estados Democráticos de Direito, ao ofertar transparência, liberdade e mediação pública. Outra ênfase dada no contato formativo dos/as estudantes/as é a de que o jornalismo é sufocado pelo cerceamento, pelo controle e pela punição das ditaduras. Ao se constituir como negócio capitalista, os aspectos econômicos também estão em voga e interferem no exercício da função e nos critérios de montagem da informação de relevância social. Essa travessia é feita articulada com a ideia de que no século 20, os/as autores/as que pensam o jornalismo já falam de uma área de conhecimento autônoma.

Nessa trajetória de estudos, os/as professores/as identificam que são rotineiros apontamentos dos/as educandos/as para as ausências dentro da matriz epistêmica do Jornalismo. Percebem que apesar de vestígios históricos de uma imprensa negra e/ou abolicionista, não há menção a pensadores/as e jornalistas negros/as que moldaram nossa compreensão sobre a prática jornalística no Brasil. Ou que apesar da ampliação da participação feminina no jornalismo, poucas mulheres

são apresentadas como sujeitos que moldaram a área. Na literatura teórica, é somente na pesquisa dos anos 1970 que as mulheres aparecem, como a socióloga norte-americana Gaye Tuchman, responsável por um estudo que documenta a objetividade como um procedimento construído pelos jornalistas para resguardá-los e atribuir credibilidade nos processos de recolha e construção da informação.

Sobre o assunto, uma das professoras diz que nunca tinha percebido que ter autoras era algo importante até que, em um dia, uma aluna mencionou que ela era a única professora que adotava mais de 30% de autoras mulheres na bibliografia. Para ela, a situação mostrava uma apropriação da questão de gênero na vida prática. Uma ação feminista que defendia ali, na experiência de sala de aula, um comprometimento por equidade de gênero por parte de todos.

Entre os participantes, um dos professores foi mais categórico de que sua visão para o processo acadêmico e científico privilegia antes de tudo a contribuição intelectual, mas que isso não implicava na ideia de que é necessária uma academia inclusiva. O que ele compreende como duas pautas independentes, visto que é possível ter uma ciência ruim e inclusiva e ter uma ciência boa e exclusiva ou inclusiva. O professor também mencionou que em suas aulas os estudantes de modo sutil levantam o debate sobre as ausências de diversidade entre os autores escolhidos. O que é mais central é uma crítica cultural aos aspectos estruturantes de opressões na sociedade brasileira, que acabam se cristalizando nas instituições e na cobertura jornalística, o alvo não é tanto as teorias do jornalismo, mas a sociedade brasileira.

O gênero e a raça são as duas temáticas que mais aparecem na experiência de ensino-aprendizagem, na avaliação dos docentes. Para uma delas, a raça, evidentemente, por causa das ações afirmativas que trouxeram uma mudança de perfil do alunado. Se o jornalismo depende do/a jornalista e o/a jornalista é um predominantemente de classe média, branco/a, nascido/a e criado/a no contexto

Tu vais até os anos 1970 sem menção a nenhuma mulher. Os alunos notam isso. Sempre tem um aluno que pergunta: professora, eu não vi nenhuma mulher até agora? Até aonde eu sei, a Cremilda Medina foi a primeira mulher no Brasil a publicar um livro que tem ideias relevantes, novas e originais.

Professora 1

Mais do que com os conceitos clássicos, eu trabalho com os problemas clássicos da teoria do jornalismo. Mas eu tento diversificar e atualizar a minha literatura. Diversificar com diferentes tipos de pesquisa e atualizar com trabalhos mais recentes. Tenho convicção que todos os textos que estão na minha disciplina são de extrema qualidade e não estão lá para cumprir cotas.

Professor 6

urbano. Como é que se muda isso? Somente inserindo no campo profissional, pessoas que tragam pautas e visões diferentes. Segundo a professora, quanto mais o/a aluno/a convive com pessoas diferentes deles e da família, mais essa diversidade se torna natural, normal, aceitável. O diferente deixa de ser aquele que tem que ser combatido ou suportado porque é vulnerável. O diferente está aqui e vamos falar sobre ele.

Ao narrar sobre o perfil dos discentes, foi unânime nos depoimentos a percepção sobre o aumento na diversidade do corpo discente, com o ingresso de pretos, pardos e indígenas, estudantes provenientes de escolas públicas e de classes sociais de baixa renda. Também foi reportado pelos/as professores/as que, cada vez mais, há a verbalização da sexualidade e da identidade de gênero. São estudantes politizados/as e críticos sobre as desigualdades sociais e que acionam o ingresso no ensino superior como importante caminho para a mobilidade social individual e familiar capaz de transformar o País.

São sujeitos que trazem uma série de marcas, os marcadores de desigualdade e diferença. A classe

Estamos falando de um jornalismo com uma origem, mas eu faço questão de chamar atenção durante as aulas para as práticas comunicacionais e jornalísticas de suas comunidades [indígenas e quilombolas]. Hoje a universidade pública é muito aberta para novos temas curriculares, para a expansão do currículo.

Professora 4

social a que ele/a pertence, a comunidade, o tipo de experiência pessoal que ele/a teve com a violência institucional e cotidiana. A cidadania, a possibilidade de consumo e as crenças religiosas. É comum achar que o/a jornalista é ateu. Porém, alunos/as adotam a fé/crença e isso modifica a visão de mundo deles/as. Contudo, basta apenas você dar espaço para essa subjetividade, muitas vezes negada nos ambientes profissionais e na instituição de ensino, florescer.

Essa percepção não causa estranheza uma vez que a partir de 2004, novas políticas educacionais propiciaram a expansão e diversificação do ensino superior brasileiro, tanto no setor público quanto no privado. Os/as professores/as percebem que o novo perfil de ingressantes, eventualmente, carrega déficits do ensino básico, mas que o maior risco a sua permanência e acompanhamento do curso é o subsídio econômico. As bolsas de iniciação científica e os estágios, por exemplo, têm sido acionados mais como forma de subsistência financeira e menos como escolha de aprendizagem. Os/as docentes sentem ainda uma diferença do período no qual se

graduaram para o presente. São diferenças decorrentes do momento histórico, da lei de cotas³⁸, da democratização do ensino, mas sem nenhum prejuízo a qualidade do processo educacional das universidades.

É interessante a narração recorrente de que as temáticas dos grupos vulneráveis e sub-representados aparece frequentemente nos trabalhos, principalmente, de reportagem dos/as estudantes. O resultado dos trabalhos é apontado como muito interessante e que eles ajudam a

Do que eu acompanho, eles [os discentes] atuam com muito temáticas e fontes diversificadas. Sempre com as problemáticas sociais que precisam de debate. As temáticas de TCC relacionadas ao gênero e a raça, aumentaram muito.

Professora 3

transformar a própria disciplina. No empírico, o/a jovem jornalista mostra que é possível efetivar uma cobertura jornalística a partir de outros valores e premissas.

Para muitos dos docentes, as temáticas dos trabalhos de conclusão de curso dos nossos/as alunos/as são muito interessantes como resultado da trajetória formativa. Muitas vezes, é onde surgem discussões sobre racismo, misoginia, os temas exigem que eles façam relações conceituais com o jornalismo. Buscam nos campos

afins a produção acadêmica que ajuda a pensar o jornalismo. Isso não podemos desconsiderar. Os professores afirmam que ao ficar só nas teorias do jornalismo, pouco se avança.

Entre os diagnósticos mais ricos do processo de diálogo, uma professora destacou que poucos professores depositam uma crença e confiança no papel do jornalismo. A maioria não acredita na profissão, confunde a posição de crítico do jornalismo com a daquele que invalida a prática. Para ela, refletir criticamente o jornalismo passa por contextualizar essa atividade, o quanto o jornalismo é necessário para a mediação e transformação social. Entre os/as professores/as de Jornalismo, nas Escolas de Comunicação, há uma ocupação da posição de docência pelo prestígio e *status*, sem se preocupar em atender ao chamado epistemológico: o que falta ao jornalismo para seu aperfeiçoamento?

Coincidentemente, uma das professoras entrevistadas também é responsável por uma disciplina que articula jornalismo, gênero e diversidade. Ela comenta que a disciplina surgiu por um movimento das estudantes mulheres do curso, após episódios de machismo por parte de alguns professores que as tratavam de um jeito diferente. A reivindicação junto à gestão do curso e do

³⁸ Lei nº 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das matrículas nas 59 universidades federais para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além dos/as estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e que são oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.

departamento culminou na criação de uma disciplina optativa. Todavia, o curso de Jornalismo não possuía um/a docente apto/a à mediação das aulas e do conteúdo. A solução encontrada foi de buscar interlocutoras em outros departamentos e unidades da universidade, nas áreas com mais afinidade com os estudos feministas e de gênero, além da própria condução das aulas pelas estudantes junto com as convidadas. O desejo de continuidade, levou o movimento das estudantes, tanto de graduação quanto da pós-graduação, a buscar uma docente que topasse o desafio de constituir a disciplina.

Ela informa que nesse período, conseguiu estudar um pouco mais, mudar seu projeto de pesquisa para a questão da perspectiva de gênero no jornalismo. A professora pontua ainda que é muito grata por ter tido essa oportunidade junto às alunas da graduação e da pós-graduação. Hoje, gênero é uma área que a motiva muito. A professora considera que ainda não consegue trabalhar o quanto

gostaria a mescla das teorias de gênero com as teorias do jornalismo. De trazer a subjetividade, a alteridade e o jornalismo humanizado.

Mesmo que as teorias de gênero não estejam ali formalmente [em Teorias do Jornalismo], eles conseguem fazer essa relação, articulação, essa leitura crítica em relação às teorias clássicas, mais canônicas. Mesmo que a gente tenha uma perspectiva construcionista e interacionista do jornalismo contemporaneamente ainda sim falta o olhar diversificado e plural que a gente encontra nas teorias de gênero.

Professora 3

Ela diz que atualmente em seu curso, trata-se de uma disciplina obrigatório do primeiro semestre. Passou a ser uma porta de entrada para essas temáticas. Mesmo que na disciplina de Teorias do Jornalismo, não se tenha textos específicos da área de gênero o resultado é que a temática atravessa a disciplina de modo transversal, muito por conta da experiência de abordagem inicial das desigualdades de gênero que os estudantes têm e isso tem sido maravilhoso.

Para dois professores, entre os/as entrevistados/as, as noções de gênero e raça, além de outras demandas de alteridade, são melhores tratadas na atualidade pela Sociologia e pela Antropologia. Quando estão presentes no currículo de Jornalismo, cabe a disciplinas que versam sobre sociedade, cidadania e direitos humanos acionar essas noções. Portanto, para eles, não seria necessário e nem mesmo um objetivo da teorização do jornalismo dar conta desses flancos, visto que não é um repertório próprio do Jornalismo. Caberia ao Jornalismo uma interface com a diversidade cultural. Porém, outro docente interrogou-se: gênero é só um tema? Racismo é só uma pauta? Ou elas são dimensões estruturantes do modo como se vive o mundo? Da gente pensar e conceber o mundo. Se são, como isso modula o pensamento jornalístico? Como narrativa que se pretende sobre a realidade, essas questões podem intervir no modo como o jornalismo atua sobre o mundo.

Costumeiramente, nos diálogos e interlocuções, os exemplos da cobertura midiática são a maneira que os estudantes encontram para trazer o debate da pluralidade para o centro da aula. Com uma visão muita crítica ao noticiário. Eles/as notam como o jornalismo é muito machista, muito conservador, mesmo quando adota uma roupagem moderninha, quando não é. Os lugares de

Ver o jornalismo sobre o signo da produção da visibilidade, não ajuda a compreender o jornalismo. Na questão das violências de gênero, o que o jornalismo sobretudo faz é apagar uma série de questões. O jornalismo pode noticiar o feminicídio, mas esse relato pode não mostrar que essa questão está relacionada com a violência de gênero. Não dá para ler em Teorias do Jornalismo, a Judith Butler, mas certamente uma série de questões para o jornalismo partem de uma inspiração do que diz Judith Butler.

Professor 5

origem, experiência, reconhecimento e pertencimento acionam os/as estudantes de jornalismo para certas pautas, para a produção de determinadas reportagens, em suma, para o que eles/as querem fazer e abordar de diferente no Jornalismo.

É comum que os/as professores/as utilizem os acontecimentos e as percepções dos/as estudantes das temáticas de alteridade, que estão com muita evidência na nossa condição contemporânea, como principais exemplos e motivadores para discutir em situações como o

que o/a jornalista estabelece como relevante ou qual é a normatividade presente hoje no jornalismo.

De acordo com uma professora, quando eles já tiveram uma série de experiências, de pautas que tentaram emplacar e não conseguiram; de decisões que os/as editores/as tomaram e eles/as acharam que estavam equivocadas. É comum o autoquestionamento sobre o porquê eles/as foram incorretos/as na proposição da pauta. “O que é a relevância jornalística aqui?” – e principalmente, o que é um acontecimento para o jornalismo, por que algumas coisas são e outras não? A professora relata que é uma consequência comum aos estudantes que vão atuar nas mídias de referência na experiência do estágio ou ao primeiro emprego jornalístico. Para outra parte dos/as professores/as é como se os/as discentes começassem a sentir a universidade como um lugar para pensar, mas com uma proposta sobre ser jornalista que é inalcançável na prática. Trata-se mais daquele jornalista

que eles/as gostariam de ser, que os/as professores/as creem que eles/as poderiam ser, do que dos enfrentamos vividos no mundo do trabalho.

Ao tratar do modo como os/as estudantes encaram o conteúdo teórico, se há uma distinção entre teoria e prática jornalística. Avaliou-se, das falas dos/as professores/as, que há contradições

Eu não fico trabalhando que existe uma teoria para entender o jornalismo. Até porque não há uma teoria [...] e nenhuma é suficiente. Eu aprofundo as finalidades do jornalismo: sobre verdade, objetividade. Como esta última se distingue da imparcialidade, da neutralidade, do equilíbrio. Normalmente, essas coisas vêm muito misturas. Eu acho que a objetividade é o nosso grande problema teórico e tudo bem. É importante que os alunos saibam que há dissenso, que a teoria é viva.

Professora 1

Existe o curso de Jornalismo para as Diretrizes verem. Não vou dizer para *inglês ver*, para validação das Diretrizes e o realmente existente. O curso realmente existente debate que jornalismo são esses que variam no tempo e nas sociedades.

Professor 5

experiências que deram certo e aquelas que precisam de mudança em relação ao semestre anterior. Há o desejo por mais momentos de planejamento pedagógico para articular novas propostas para as disciplinas atribuídas ao corpo docente, com novos textos e tópicos para o debate e a reflexão.

coexistindo no curso de Jornalismo. Ao mesmo tempo em que se estimula a importância do espaço de reflexão e do diálogo sobre o Jornalismo como forma de aperfeiçoamento da atuação e do exercício profissional, como as aulas de Teorias do Jornalismo. Os/as estudantes têm disciplinas práticas que orientam para uma linguagem jornalística objetivista, em conformidade com a definição de jornalismo dos grandes conglomerados de mídia, isto é, da busca da informação isenta, correta e prestada com rapidez.

É muito comum que os/as docentes recebam as ementas e planos de ensino prontos, elaborados anteriormente por professores/as que já lecionaram a disciplina. O que ocorre é a tentativa de se cumprir o que foi estipulado e de alargar, quando há tempo possível, com outras visões sobre a prática jornalística.

Nos depoimentos, foi mencionado que o volume de trabalho docente e a ausência de tempo impedem um planejamento ou avaliação das

Um deles menciona, que pelo fato de o curso ter adotado a modalidade anual, ele pode modificar a proposta que estava vigente em Teorias do Jornalismo desde a implantação da disciplina no currículo. Antes era dada ênfase ao recorte tradicional, de passar pelas teorias norte-americanas. Mas ao ter uma carga horária maior, ampliou-se a discussão do campo teórico do Jornalismo. Ele, pessoalmente, opta por inserir debates mais filosóficos que precedem a Revolução Francesa, bem como considera articular o contexto da Contracultura que possibilitou o fenômeno do *New Journalism*, experiências que fogem a redundância dos manuais e recursos de imprensa dos conglomerados de mídia. Ele lembra que o filósofo Gilles Deleuze escreveu uma obra em parceria com uma jornalista – *Diálogos*, com Claire Parnet – lá ele encontra e compartilha com os estudantes o conceito de redundância, o qual sustenta a leitura dos autores das limitações do jornalismo e das práticas de mídia convencionais.

Eu discuto a alteridade, quem é esse outro com quem o jornalismo fala [...] eu trabalho com o texto da Claudia Lago, o artigo “Ensinamentos antropológicos”, que eu acho uma das melhores coisas que já se produziu no Brasil hoje. O texto permite discutir quem é esse outro que o jornalismo vai narrar, mas que também fazem parte da produção jornalística. Os alunos pensam neles mesmos, nas famílias de onde vem. É uma aula sempre muito boa. Às vezes você lê textos muito bons, mas eles não “servem” na sala de aula

Professora 1

Pensando com você agora, estou com os escritos políticos do Frantz Fanon para resenhar, acho que vou dar uma repensada [na disciplina]. Tivemos momentos da imprensa que se pautaram justamente por essas reivindicações, então por quê que só vejo como formulação teórica sobre o Jornalismo o que é da grande imprensa, ela é normativa, instituída. Existem contradiscursos e precisamos dar visibilidade para isso, a realidade é uma multiplicidade.

Professor 7

Entre os diagnósticos dos/as docentes, também foi oportuna a avaliação de que as oportunidades reduzidas do mercado do jornalismo de referência têm resultado em frustração e na obediência servil aos moldes de trabalho existentes, com pouca ou nenhuma contestação. A dimensão crítica do profissional é cerceada ou reservada à esfera privada. Nesse sentido, a universidade forneceria bons profissionais, dispostos a estimular a diversidade, mas o mercado torna os/as jornalistas mais propensos ao esmorecimento, os absorve do ponto de vista técnico.

As teorias do jornalismo em si não operam ainda nesse sentido, mas não nos faltam estudos em

Eu dedico uma aula para a questão da subjetividade e da alteridade. Eu busco que essas questões permeiem o nosso semestre e o curso deles.

Professora 9

jornalismo que contam com as contribuições dos movimentos sociais (feministas, negros, LGBTQIA+).

Na avaliação de uma das docentes, isso não acarreta prejuízo ao educando, talvez uma perda epistemológica para o fortalecimento do jornalismo enquanto saber acadêmico.

Apenas dois docentes deram ênfase o quanto tentam trazer a perspectiva teórica mais próxima da prática dentro de Teorias do Jornalismo. Para a primeira, não dá mais para admitir que as teorias do jornalismo são de uma forma na qual o/a estudante primeiro capta ideias sobre o Jornalismo e depois tenta construir uma atuação jornalística em outra disciplina ou mesmo em um estágio, no qual não se conjuga nada do que foi proposto como aperfeiçoamento necessário ao Jornalismo.

Já o segundo, defende perante os/as estudantes primeiro a prática e depois a teorização. Ele diz que foi assim que aprendeu a ser jornalista e que numa disciplina epistemológica propõe aos estudantes atividades práticas como empenho para compreender os veículos de imprensa, o perfil editorial, as rotinas dentro das redações. A ideia é experimentar todas as linguagens para se contar histórias e o ritmo de produção jornalística. Ele entende que reivindicar do/a estudante trabalhos acadêmicos que reafirmem ou transcrevam o que está nos livros é uma finalidade do pesquisador e não do/a jornalista. Tais apontamentos parecem ser expressivos também da instituição em que ele atua, com administração privada.

Eu não cheguei a estudar Teorias do Jornalismo na faculdade, mas ensino. Quando você entende que as teorias do jornalismo precisam ser perpassadas por questões como essas [de gênero, de raça] fica tudo tão claro. O fato de você narrar uma realidade, muda a sua realidade e das pessoas que você informa também.

Professora 2

Essa mesma docente se declarou abertamente apaixonada pela atuação e que isso a move. Foi a paixão que a fez perceber o processo de seleção das notícias – os *gatekeepers* –, de como deveria atuar pelas brechas – frente a teoria organizacional –, que todo/a jornalista é altamente responsável

por aquilo que narra. Ela diz que encontrou a teoria do jornalismo na redação e que essa percepção só veio quando, como professora, foi estudar teorias do jornalismo em livros e encontros acadêmicos.

Por uma necessidade de ocupar um espaço no mercado, de se colocar e ter uma experiência, alguns estudantes seguem para os veículos tradicionais.

Alguns ficam um período e conseguem realizar ótimos trabalhos e inserir pautas diversificadas. Outros seguem uma linha mais tradicional. Mas na grande maioria deles, eu noto essa perspectiva de transformar e de diversificar o jornalismo com outros olhares, pautas e fontes.

Professor 5

Para ela, é muito importante que hoje, por exemplo, os estudantes se sintam inspirados por repórteres de TV como Pedro Figueiredo, da Globo-Rio, casado com o Erick Rianelli, também repórter da emissora. Ela tinha um aluno que não se sentia capaz de estar na Globo. Ele estava se descobrindo sexualmente e se sentia culpado. Um dia ele conversou com ela, se sentiu à vontade, o que ela achou ótimo e o resultado foi a inscrição do estudante em um processo seletivo, no qual ele foi aprovado e agora já se

sente uma pessoa pertencida ali dentro. Outra inspiração recorrente tem sido Maria Julia “Maju” Coutinho para as mulheres negras que estão no curso. Na avaliação da docente, são pessoas que contribuem ao telejornalismo e isso não anula os potenciais ganhos para a reputação e cultura organizacional da Globo.

Temos que olhar para o campo e os seus vários jornalismos, nesse sentido o jornalismo se transforma e suas teorias também podem intervir, serem, mais propositivas para as práticas.

Professora 9

3.2. O laboratório epistemológico para o ensino de Jornalismo

O jornalismo é uma grande contação de histórias não ficcionais. Qualquer coisa que você conte uma boa história, que tenha personagens interessantes e que tenha situações que mexam com as emoções e imaginários das pessoas. É Jornalismo. O professor de Jornalismo tem também de ser um grande contador de histórias por excelência para poder segurar essas pessoas [na sala de aula].

Professor 8

- Cena 1

O caso ocorreu em 2018, na turma que a professora Cremilda Medina acompanhava junto à disciplina de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Dado o avanço nos encontros semanais, Cremilda oferta, e desafia, cada estudante a ler uma pasta preparada pela docente com recortes de jornais e textos em livros que versam sobre algum tema da atualidade. Cabe a cada um se vincular ao tema que desejar, aquele que despertar a curiosidade, os interesses pessoais, profissionais ou que diretamente podem contribuir para as dissertações e teses. É aberta também a possibilidade de retornar da leitura com uma devolutiva livre. Pode ser um texto sem formato previamente estipulado, sem definição prévia de tamanho, cuja montagem pode ter os subsídios que o autor desejar. Na primeira hora, há espanto com tamanha liberdade, depois, os estudantes voltam com as mais distintas elucubrações e referências de mundo. Chama a atenção em um encontro na casa de Cremilda, no bairro de Higienópolis, a fala de Juan Rodriguez, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam/USP). O jovem economista recebeu uma pasta com reportagens sobre patrimônio histórico e nele textos sobre os shopping centers. As reportagens ali colocadas tinham a leitura econômica dos empreendimentos comerciais tão presentes nos bairros e distintas localidades da cidade de São Paulo, são textos com dados de faturamento, cifras e estatísticas econômicas. Esses centros de compras são vistos, comumente, como o símbolo mais material da economia capitalista contemporânea. No entanto, no material textual, Juan também teve contato com uma reportagem elaborada pela própria Cremilda sobre a constituição do Shopping Anália Franco, na zona leste da capital paulista. É a partir dele, que o estudante se lançou a uma experiência de campo, de ver e sentir o que se passava nos corredores do shopping, constituiu uma leitura cultural daquele espaço. Algo que sua formação prévia não dava subsídios, pelo contrário, era mais confortável, pela mentalidade e doutrina da Economia, realizar a crítica-analítica do shopping center como elemento que apaga a história local, que se implanta por meio de interesses imobiliários associados aos interesses políticos, uma arquitetura fechada que favorece o consumo

e a individualidade burguesa. Ele compartilhou, todavia, que estimulado pelos debates e conversas da disciplina epistemológica pode ver o shopping como um lugar de encontro, de lazer, de cultura humana. Juan falou sobre como naquela concentração de público, as pessoas eram mais que clientes, elas produziam naquele espaço amizades, vínculos familiares, amor, felicidade, lazer e tranquilidade, estavam ali para algo muito além das transações financeiras. Elas se apropriavam daquele lugar para tecer pelo cotidiano outras propostas de vida coletiva.

- Cena 2

Entram os discentes na sala 38 do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, a sala já é velha amiga da senhora que se coloca diante de quinze a vinte estudantes de pós-graduação anualmente. Antes de se aposentar³⁹, o ritual era cumprido nas manhãs e nas noites com estudantes da graduação em jornalismo. A proposta, no entanto, é semelhante. A professora Medina abdica da falsa ideia de que na pós-graduação a erudição esquemática é o que constrói o saber da pesquisa, ela convida os discentes ao empírico. Cremilda convida assim todos a sentar em roda, a se olhar, a se conhecer, a se relacionar. Ela traz consigo uma reportagem de sua autoria para que todos possam avaliar até que ponto ela pratica a proposta que defende no âmbito conceitual. O hábito é adotado também em seus livros, cabe ao leitor interpretar e conhecer, além do pensar, o agir da jornalista que não abandona o ser repórter. Afinal, se tornou repórter nos anos 1960 para a vida inteira. O texto que ela traz foi publicado no Jornal da USP, no n. 666, em novembro de 2003, nos tempos em que ela estava à frente da Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo. A reportagem é intitulada *Sombos e frustrações do Velho Chico*, uma narrativa cuja voz protagonista é a do rio, que recupera a própria história, as transformações do tempo, que apresenta os povos ribeirinhos e que como sábio diz o que pensa sobre os projetos de eliminar a seca do Nordeste a partir da mudança do curso das águas. A narrativa envolvente questiona por si só o jornalismo baseado nos dogmas positivistas do século 19 (da objetividade que nega a subjetividade, o apego às técnicas limitantes e autoritárias dos manuais de redação). Vai também além da proposição de um jornalismo que se apoia exclusivamente na criatividade literária, no senso estético. No entanto, a autora está ali, não para explicar tudo isso, mas de peito aberto para ouvir as impressões dos leitores e quem sabe os estimular a sair pelo mundo, viver as cenas da realidade, para colher subsídios para suas próprias histórias.

- Cena 3

³⁹ Na USP, a aposentadoria de docentes não afeta a continuidade do ensino e pesquisa graças ao programa de professor sênior criado pela Universidade em 2012.

Fim de semestre, na maior parte dos cursos é hora da tradicional avaliação, mas Cremilda Medina resolve promover um encontro afetivo em sua casa, com quitutes trazidos por todos, o tradicional café e uma boa conversa sobre o que se passou nos encontros semanais. Ela pede a todos que participaram do laboratório epistemológico para que falem da experiência que tiveram, que construam uma autoavaliação, se desejarem uma crítica, para o futuro aperfeiçoamento dos encontros. Entre tantas falas, chama atenção o depoimento de Naiana Rodrigues, jornalista e professora da Universidade Federal do Ceará, cujo doutorado acabava de iniciar na Universidade de São Paulo. No trânsito para o sudeste, ela comenta sobre como as atividades ali realizadas conjugaram com a vivência no Ceará. A disciplina remeteu Naiana ao saber-ser jornalista e ao saber-fazer jornalismo. Ela enfatizou que os ensinamentos em sala de aula projetaram a experiência de repórter já vivida, da busca diária por um jornalismo dialógico, e os desafios de estar educadora e agora ensinar jornalismo. Foi para ela uma identificação com a jornalista em prática que já foi, com a sua autoralidade, um exercício de memória sobre as oportunidades em que foi mediadora-autora. Ela pode perceber que ser autora possibilitou o reconhecimento e prestígio dos pares. Ao mesmo tempo, com o trabalho em paralelo como docente, na universidade, ela pode refletir sobre a própria prática jornalística em um diálogo com sujeitos que ainda não eram jornalistas (os estudantes). O olhar coletivo da reflexão e da crítica possibilitava assim um aperfeiçoamento. Ter essas identidades simultâneas e perceber que Cremilda também as tinha conjugou na percepção de que na redação ela também era professora e na universidade ela também poderia ser jornalista. Os encontros epistemológicos despertaram uma consciência de que significa ser híbrida, acadêmica e profissional ao mesmo tempo, as potências dessa relação. Por fim, Naiana exaltou que a disciplina ofereceu caminhos práticos para a sua ação como professora, como pensar a construção narrativa no jornalismo e estimular a autoria junto aos seus discentes.

- Cena 4

Após encontros semanais, promovidos entre março e junho de 2004, em virtude da disciplina de pós-graduação “A Construção Teórica do Jornalismo” da ECA/USP. Cremilda Medina mais uma vez reúne todos os participantes no 10º andar de um prédio de tijolinhos na avenida Angélica. Mas este momento é diferente. É um encontro imaginário narrado na forma de um ensaio-ficção por Jaqueline Lemos, uma das participantes daquele semestre. Como trabalho final da disciplina, a estudante imagina, de modo lúdico, uma viagem do grupo, por meio de um quadro de Picasso presente na sala de estar da professora para a casa de Frida Kahlo, a casa azul, na cidade do México. A narrativa que chegou as minhas mãos em 2021, em um pequeno livrinho, conta, cena a cena, um almoço com a vibrante culinária mexicana em que estão presentes o grupo de estudantes da pós-graduação e Edgar Morin, Ilya Prigogine, António Damásio, Henrique Del Nero, Luis Carlos

Restrepo, João Antonio Zuffo e Boaventura de Sousa Santos, além da própria Frida Kahlo. Um encontro “alheio ao tempo cronológico e à lógica cartesiana”, “uma troca de afetos e saberes múltiplos”. Registra-se no texto passagens do que foi abordado ao longo da disciplina. Para começar, o aspecto de laboratório de reflexão e criatividade narrativa e científica ao tratar da construção teórica do Jornalismo e das consequências sociais da Ciência. A partir das motivações imediatas de contribuir para o desenvolvimento das teses e dissertações de cada estudante, a professora parte, junto com os convidados do encontro imaginário, para indagações como: pode-se falar em evolução e progresso da Ciência? Como a identidade latino-americana se articulam na produção científica que fazemos? A criatividade afeta a consistência necessária a composição de metodologias complexas? A coexistência dos saberes plurais (da ciência, das artes, do cotidiano, dos povos originários) não seria necessária para uma racionalidade complexa, tanto do pesquisador quanto do jornalismo? Por quê ciência e jornalismo rejeitam apelos humanizantes quando sua prática se dá no contato de afeição com comunidades e sujeitos?

...

Em sua trajetória educacional, Cremilda Medina destaca que desde que iniciou a docência em jornalismo, primeiro em Porto Alegre (na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1962 a 1970), depois em São Paulo (na Universidade de São Paulo, de 1971 em diante), esteve diante de um desafio didático complexo:

Não se tratava de transmitir técnicas de jornalismo, as que aprendera nos manuais, na bibliografia norte-americana e nas aulas expositivas dos então catedráticos. O professor de técnica de jornal e periódico, Salvador Bruno, me chamava para auxiliá-lo na produção do Jornal Escola e só esperava que eu editasse as páginas com os alunos, como se faz numa empresa jornalística. A metodologia, ou melhor, a ausência de metodologia de ensino superior bateu de frente com o aprendizado de didática que completara na mesma universidade. (MEDINA, 2006, p. 158).

Neste cenário, que ainda prevalece, Medina (2006, p. 172) contrasta duas imagens de relações de ensino: a) do professor que divulga conhecimento, transplanta experiências e assimilações para um estudante que registra e acumula o saber; b) um cenário no qual o educando articula conhecimentos, vive o processo de forma direta, participativa e se capacita para a ação, não é a presença do professor que centraliza e determina o processo de ensino-aprendizagem, mas a relação afetada entre educador-educando.

Da inconformidade com o primeiro paradigma, além dos influxos que recebeu na Universidade de São Paulo, ambiente no qual foi motivada a criar conhecimento, bem como escutar da sociedade suas demandas, foi onde teve a oportunidade de aplicar as noções que aprendera no curso de didática da licenciatura em Letras na UFRGS (migrou da explicação do professor para a

compreensão interativa em grupo), a professora Medina passou a pesquisar a cada dia, a cada aula, o laboratório da interação social criadora:

O professor que interpreta o papel de transmissor se ilude na mesma perspectiva difusionista do jornalista. O signo da relação só ocorre na interação criadora em que ambos se transformam: educador-educando e contexto da educação, comunicador-comunidade emissora e receptora (MEDINA, 2006, p.161).

É essa experiência de comunhão dos significados da contemporaneidade, que Cremilda Medina nomeia como laboratório da interação social criadora. O que significa partilhar a escuta, comprometer-se com saberes multidisciplinares e ousar a própria autoria do conhecimento. É ainda o momento de experimentação do aluno, de interação, onde a fala do professor é mais vazia, é mais erudição, se os educandos não são afetivamente marcados pelo resultado palpável das dinâmicas e objetivos construídos como grupo.

Para os desafios da sala de aula com os futuros jornalistas, Medina apresenta mais diretamente nas obras *O signo da relação - comunicação e pedagogia dos afetos* (2006) e *Ato presencial: mistério e transformação* (2016) sua perspectiva didática. Ela denomina de pedagogia dos afetos o gesto de substituir a técnica expositiva pelo método participativo.

Medina (2006) consagra como opção prioritária para o ensino de jornalismo o respeito à criatividade do educando em lugar de praticar uma conformação ao saber dogmático. Do cruzamento entre repórter e educadora, da via dupla, coletou a perspectiva de um ensino de jornalismo que não se dedica a transmitir técnicas de redação e de produção de informação para a coletividade social. A metodologia ensaiada, ou melhor, experienciada pela ausência de metodologia no ensino superior, motivou uma postura de percorrer as atrofias da inteligência autoral, proposta válida tanto para a graduação e quanto para a pós-graduação.

O ensino de jornalismo, no Brasil, não tem uma experiência universitária que o aprisione a uma tradição pedagógica. Realmente, não tem motivos para essa tradição, se concebida como um simples acúmulo de conhecimentos e experiências. Como ensino recente, o que se fez nas primeiras escolas foi simplesmente assimilar, ou melhor, transplantar experiências práticas (profissionais) para as cátedras - como, por exemplo, em técnica de jornal - e justapor uma ou outra teorização, poucos fundamentos teóricos estavam à disposição. No plano das disciplinas humanísticas, os cursos de jornalismo herdavam a estrutura didática das faculdades de filosofia e direito. Para os professores de disciplinas técnicas não havia lastro para que assumissem a tradicional figura do professor-transmissor-de-conhecimentos. Mas, por um esforço especial, tentavam cumprir seu papel de catedráticos. E assim nossas escolas assumiram a didática tradicional. (MEDINA, 2006, p. 173-174)

Essa reflexão advém, segundo Medina (2006), do curso de didática realizado 1963-1964 dentro da licenciatura em Letras, na perspectiva aberta pela Nova Escola, e das oficinas narrativas que a professora se debruça desde os seus primeiros tempos acadêmicos, ainda em Porto Alegre, na

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos anos 1960, com adensamento posterior pelas atividades na Universidade de São Paulo, no ciclo ininterrupto de 1986 a 2021.

[...] o centro do processo de ensino-aprendizagem se desloca do professor e seus conhecimentos a transmitir para o grupo de alunos em trabalho criativo, elaborando experiências e conhecimentos, através de uma interação social em que o professor apenas orienta, e sobretudo, observa o processo. (MEDINA, 2006, p. 181).

Cremilda Medina registra que sempre está presente em seus planos de curso o envolvimento do educando com um grupo de escuta solidária, onde todos se comprometem em ousar a própria autoria e abrem a saberes multidisciplinares que enriquecem o conhecimento acumulado nas ciências da comunicação. Para isso, ela não pode se valer apenas da situação acadêmica de um conjunto de erudições, opta por uma oficina com exercícios motivadores que abrem caminho para a transformação criativa, visto que permitem ao educando experimentar, ensaiar.

Em resumo, pela dinâmica de grupo, Medina (2006) convida os alunos a abandonar a perspectiva de um jornalista difusionista, de mero divulgador “objetivista” da realidade, para ser um agente relacional, um jornalista-autor. A professora Medina delinea o ensino de jornalismo em três objetivos sintéticos:

- 1) o reexame dos legados do jornalismo para projetar esse importante fenômeno para o contexto da comunicação social;
- 2) a criação de condições profissionais para o rigor técnico, a criatividade estética e o compromisso coletivo das narrativas da contemporaneidade;
- 3) o desenvolvimento de uma oficina de linguagem renovadora cuja autoria favoreça elos de comunicação cada vez mais interativos.

Parte dessa mentalidade estava ensaiada nas Semanas de Estudos de Jornalismo do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes dos anos 1970, nos registros dos anos de 1972 e 1974 se vê o apontamento de que o ensino tradicional consiste em fazer o aluno acumular passivamente informações e conceitos advindos de uma voz de autoridade, que serão testados em algum momento avaliativo. A aprendizagem verdadeira, a qual se busca ao ensino de jornalismo, se processa por meio das experiências de participação discente, cujo professor tem o papel de construir na interação pedagógica coletiva a elaboração do conhecimento. Defendia-se o abandono da postura do docente como catálogo de fórmulas e instrutor de técnicas. Desse modo, o ato pedagógico não é difusão, mas comunicação criadora.

Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1974) vão abordar a preocupação constante das escolas de jornalismo com equipamentos para os laboratórios técnicos. Ambos os professores partem para o debate sobre a necessidade de um profissional universitário com domínios além do técnico, como a devida profundidade ética e estética. A ênfase nos órgãos-laboratórios parece compreender uma perspectiva tecnicista-objetivista cuja preocupação maior é a de atender o mercado de trabalho e as novas exigências profissionais.

Um balanço possível identifica como decorrente do pragmatismo norte-americano a interpretação de que os cursos de jornalismo devam reforçar a eficiência técnica. Em oposição, a tendência europeia que preconiza a reflexão do fenômeno jornalístico nas sociedades modernas, uma opção teórica sem contato intenso com a prática. Como mescla, as escolas de jornalismo no Brasil adotam estruturas curriculares com competências técnicas (eixo profissional, de aplicação de ferramentas e prática laboratorial), competências humanísticas (eixo de conhecimentos das humanidades e das ciências sociais) e competências fenomenológicas (eixo contextual da comunicação e de especificidades do jornalismo).

Medina e Leandro (1974) defendem os órgãos-laboratoriais das universidades não apenas como prática técnica, mas como execução do aparato geral de ensino-aprendizagem. Como atividade culminante que deve estar integrada aos demais momentos do curso de jornalismo, que não dissocia prática e teoria. Ambos os docentes identificam o fracasso dos órgãos-laboratoriais quando estão calcados na necessidade imediata de treinamento para a prática de notícias e reportagens em diferentes meios, quando não estão amparados por uma orientação pedagógica acabam por capacitar sujeitos a realizar o trabalho técnico da redação e não em formar jornalistas, em seu sentido mais amplo. É aí que o problema se coloca: é necessário ter laboratórios de epistemologia do jornalismo, onde além de sustentar um trabalho no âmbito de cobertura jornalística, com valorização do papel do aluno, com público a que se destina e a periodicidade, há ainda autoria com propostas diversificadas, ampliadas e renovadas ao jornalismo. Possibilidade que cabe à Universidade oferecer.

Se a dialogia está no centro da formação do profissional de comunicação, em particular do jornalista, as ferramentas mentais aptas a compor a polifonia e a polissemia em diagnósticos abrangentes complementam os eixos problematizados nos laboratórios pedagógicos. Tem causado certa estranheza quando, em encontros de especialistas da área, levanto esta concepção de “laboratório”. Não se trata de projetos tradicionais, também necessários sem dúvida, como jornais, revistas, rádio, televisão, mídias digitais etc. O grande déficit provém da ausência do “laboratório epistemológico” que trabalhe com a visão de mundo e as atrofia da sensibilidade, da razão e da ação criativas. (MEDINA, 2008, p.78)

A experiência laboratorial epistemológica defendida por Medina (2008) exercita a visão complexa na formação dos jornalistas, para ela não basta optar pela complexidade, é necessário ir à cobertura da mídia, perceber essas atrofias, aferição possível graças aos quatro instrumentos de aprofundamento interpretativo do real fruto da pesquisa de Medina, na ECA, com Paulo Roberto Leandro: a humanização dos protagonistas da ação social, o contexto abrangente do acontecimento pontual, as raízes histórico-culturais da situação em foco e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que pesquisam o tema. Quem se aproxima por meio dessas trilhas, tanto nos grandes jornais do passado quanto nos meios digitais de hoje, opera com narrativas que não são definitivas, são mais vigorosas, por percorrer de forma plural os imaginários culturais.

Ao longo dos anos, os laboratórios desenvolvidos na USP e em outras instituições quando possível mostraram que os autores das narrativas da contemporaneidade abdicam da arrogante divulgação dos fatos, do contato restritivo das vozes oficiais e da facilidade dos juízos de valor. Os estudantes se imunizam dos vícios das técnicas consagradas, param de esquematizar, desvitalizar e desidratar as sagas humanas. Superam-se os facilitismos das certezas ideológicas, das ideias prontas, da insensibilidade ou desrespeito com os protagonistas (MEDINA, 2003).

História, arte, cultura e epistemologia ajudam a desconstrução dos espíritos armados, ou, mais cruamente, dos pobres de espírito. Sutileza e complexidade na compreensão de mundo vão desaguar numa narrativa original. O autor abandona a arrogância de dono da verdade e mergulha com delicadeza no pântano anônimo do cotidiano incerto e não sabido. Ao se relacionar com os parceiros da aventura contemporânea, experimenta a interação sujeito-sujeito, bem diferente do enquadramento do outro como objeto de seu relato. (MEDINA, 2003, p. 135)

Percebem-se as contribuições dos laboratórios epistemológicos em muitos estudiosos que passaram pela graduação e pela pós-graduação, que levaram para as práticas profissionais: no saber plural da pesquisa, na prática comunicacional ou como educadores de ensino superior.

Cremilda Medina (2008) compreende que para desenvolver as ferramentas mentais aptas a compor a polifonia e a polissemia em diagnósticos abrangentes a dialogia deve estar no centro da formação do profissional de comunicação, em particular do jornalista, e isso se dá, não por projetos tradicionais (em laboratórios de jornais, revistas, rádio, televisão e mídias digitais), também necessários, segundo a pesquisadora, mas com o trabalhar com a visão de mundo e as atrofias da sensibilidade, da razão e da ação criativas. Ela defende com o laboratório epistemológico pôr em evidência as narrativas de mediação-autoral, mesmo que escassas, aquelas com o devido aprofundamento da realidade contemporânea. “Nas coberturas pontuais, para além do factual noticioso, fragmentado, superficial, surgem aqui e ali narrativas que saltam pela diferença” (MEDINA, 2008, p. 80).

É por meio dessa visão pedagógica que Cremilda Medina transporta um legado epistemológico entre gerações, não só por ser uma das mulheres na pesquisa em jornalismo com maior contribuição teórica, o que por si só identifica o importante trabalho da pesquisadora. Tendo em conta a complexidade das narrativas dialógicas e a insistente inquietação de que o jornalismo aproximado de outras formas de conhecimento, como a arte, é positivamente renovado e transformado, é que Cremilda Medina dá substância ao ensino de jornalismo, pensando por ela.

Em *Ato Presencial: mistério e transformação* (2016), Cremilda Medina documenta ainda que o jornalista é um viajante, do outro, da rua, das culturas. É nesse sentido que ela conjuga fundamental refletir sobre a interação sujeito-sujeito, os impasses, as estratégias, as sutilezas e os limites para esse diálogo possível:

Identifico na reportagem um processo de decifração, quando levado às últimas consequências. Este ato de decifrar não é nem árido nem descritivo, não dissecava friamente para descarnar um esqueleto. Pelo contrário, é um ato cênico e narrativo, que persegue o tutano com paixão até tocar de perto a substância humana (MEDINA, 2016, p. 216).

Ao abordar os saberes demandados pela prática educativa em si mesma, principalmente, à prática docente de educadoras e educadores críticos, Paulo Freire destaca que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Não é o dar alma a um corpo acomodado. Pelo contrário, o educando ensina ao educador como ele pode aprender, conhecer, refletir. Não há posição passiva, subordinada nesse fazer. Freire fala em um erro epistemológico, que ele denomina de prática “bancária”:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 2011, não paginado)

Nessa visão, é preciso ir além do ensino de conteúdos e técnicas. É preciso se relacionar e respeitar os saberes com que os educandos chegam, sobretudo aqueles provenientes de situações de desigualdade e de diferença. O patrono da Educação brasileira fala ainda que em uma educação que se quer democrática, compreensiva e disponível ao novo, é fundamental rejeitar qualquer forma de discriminação e invalidação da existência do outro. Exige o desenvolvimento de uma inteligibilidade mútua por meio da comunicação dialógica.

Nesse sentido, Freire e Medina se aproximam quando ela aborda como desafio do cotidiano pedagógico o signo da relação, isto é, o desafio didático da relação educador-educando, onde ambos se transformam, questão comum com os comunicadores-jornalistas, visto que, estes também são agentes relacionais, que não ocupam a posição de disseminadores de significados das estruturas de poder, pelo contrário, provocam a comunhão de significados. Em suma, a transformação de uma ação-difusão, da mera transmissão, para a mediação-criação, o ato emancipatório.

Desse lugar, Cremilda Medina aciona aos jornalistas e demais mediadores sociais a importância de se desenvolver uma inteligência aberta, que recebe a incerteza como instrumento de baliza dos sentidos da realidade. Em seus encontros epistemológicos, a pesquisadora e professora estimula os pesquisadores e jornalistas para que desconfiem das doutrinas, das teorias fechadas que são absolutamente convencidas da verdade, que não permitem a vulnerabilidade da crítica. Ela estimula a prática das interrogações, o que constitui o oxigênio de qualquer proposta de conhecimento.

Nos escritos de bell hooks (2013), encontra-se uma preocupação com a pouca quantidade de debates práticos acerca de como o contexto da educação pode ser transformado de modo a fazer do ensino-aprendizagem uma experiência de inclusão, como as questões das diferenças de classe social, gênero, etnia, orientação sexual, cultura e religião se expressam. Não se trata de valorizar e reconhecer as diferenças, mas de assegurar a diversidade, superar as desigualdades, as injustiças, as linhas divisórias produzidas por quem está no poder. É condicional para hooks respeitar e honrar a experiência dos mais distintos grupos no processo pedagógico.

Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora [...] Uma vez que tantos professores ensinam a partir desse ponto de vista [alunos encarados como consumidores passivos], é difícil criar uma comunidade de aprendizado que abrace plenamente o multiculturalismo. (hooks, 2013, p.56-57, interpolação nossa)

Nessa empreitada, o trabalho epistemológico de Medina opera, a partir do antropólogo Néstor Garcia Canclini sobre o que é a cultura, a diversidade e as identidades culturais. Colhem-se subsídios da cultura como produção simbólica, portanto, passível de ter seus sentidos e estruturas administrados, renovados ou reestruturados. Assim, o jornalista que se articula como mediador das vozes oficiais acaba por naturalizar as diferenças, não estabelece vínculos com os protagonistas sociais anônimos, as vozes de resistência e de construção de sentidos transformadores. Cabe aqui a mesma atitude educacional, ser decisivo na formação de subjetividades, disseminando determinadas representações e produzindo discursos sobre as diferenças, viabilizar uma compreensão dos diversos grupos que atuam para validar conhecimentos e perspectivas.

3.3. Ensinar pelo signo da relação e da transformação

Em fevereiro de 2020, tornei-me docente do curso de Jornalismo de uma importante instituição de ensino da capital paulista: o FIAM FAAM Centro Universitário. O curso tem como objetivo formar profissionais competentes, que atendam às demandas do mercado de trabalho, capazes de realizar transformações sociais, que sejam éticos, críticos, comprometidos com a profissão e com o aprendizado contínuo. Na área da Comunicação, o bacharelado em Jornalismo foi lançado em 1972 e obteve seu reconhecimento em 1977, sendo assim um curso tradicional e longo no contexto brasileiro.

Entre os primeiros desafios que assumi no curso estava a coordenação dos trabalhos de conclusão de curso em jornalismo⁴⁰. No último ano do curso, no sétimo e oitavo semestre, todo estudante tem contato com o universo do TCC. Cabe a mim ser o docente responsável por ofertar esclarecimentos sobre o processo de elaboração do TCC, seja este trabalho uma proposta de criação de um produto jornalístico ou a elaboração de uma pesquisa. Na disciplina TCC em Jornalismo I, acompanho os projetos e contribuo com bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento dos trabalhos, sempre em um diálogo aberto com os alunos de modo a atender e respeitar as áreas de interesses deles.

Ao participar assídua e ativamente das atividades de TCC, passei a reparar que muitos estudantes querem concluir essa fase da vida com um trabalho significativo e que se relacione com a sociedade. Muitos desejam desenvolver e pautar temas de direitos humanos e grupos sub-representados. Isto revela uma sensibilidade solidária que é construída com o curso de Jornalismo. Sinaliza uma sintonia e confluência com o Outro, com diversos tipos de pessoas marginalizadas como protagonistas sociais.

Os tipos e temas dos trabalhos de conclusão de curso, em particular o interesse por escrever livros de reportagem, levou o colega do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, Marcos Antônio Zibordi (2017) a desenvolver uma pesquisa a partir da seguinte pergunta: graduandos em Jornalismo tendem a escrever livros-reportagem sobre direitos humanos? Com muitos obstáculos para efetivar uma pesquisa com um universo mais abrangente de cursos de Jornalismo, como o fato de que as produções de graduação nem sempre estão em bibliotecas virtuais ou em dados que representem uma série histórica mínima, o pesquisador considerou planilhas ofertadas pela

⁴⁰ Cremilda Medina me lembrou por diversas vezes que a implantação pioneira do TCC se deu na ECA-USP em 1987. A iniciativa foi do professor José Marques de Melo com a nomeação de uma comissão constituída por Ciro Marcondes Filho (1948-2020), Jerusa Pires Ferreira (1938-2019) e Cremilda Medina. O grupo articulava a proposta da monografia teórica como produto final de graduação, Cremilda pleiteou o trabalho de campo como outra possibilidade para o estudante.

coordenação de curso de Jornalismo da FIAM FAAM sobre os TCCs produzidos entre 2015 e 2017.

São planilhas semestrais com informações e registros como o nome dos orientadores e orientandos, título dos trabalhos, formatos escolhidos, além de local e data de apresentação. Por meio delas, Zibordi (2017) encontrou que a opção pelo livro-reportagem se dá majoritariamente, este é o formato preferido entre produtos jornalísticos que podem ser concebidos como áudio, vídeo, impresso, digital ou monografia científica e como narrativas densas são produzidas pelo alunato para tentar superar os déficits de uma cobertura noticiosa que não dá atenção as questões de anônimos e grupos excluídos do poder. Portanto, as pautas humanizadas são uma preocupação de jovens jornalistas. Inspirado por Zibordi (2017), fui verificar os registros de TCCs que articulo no curso de Jornalismo da FIAM FAAM, se a impressão que carregava estava ali de fato constatada:

Tabela 7: TCCs em Jornalismo com pautas humanizadas

Período	Total de TCCs	Número de trabalhos com pautas humanizadas	Percentual	Exemplos de temáticas
2020/2	53	26	49%	Periferia; LGBTQIA+; mulheres no futebol; racismo; maternidade solo; refugiados em São Paulo; maternidade na periferia; religiões afro-brasileiras; violência contra a mulher; feminismo negro; pessoas com deficiência no jornalismo televisivo.
2021/1	20	10	50%	Ataques às mulheres jornalistas; feminismo ecológico; pessoas com deficiência; jornalistas negros; imprensa negra.
2021/2	48	12	25%	Mulheres jornalistas; machismo na comunidade nerd; pessoas com deficiência; idosos; mulheres viúvas; mulheres trans e travestis; violência de gênero; afroempreendedorismo; beleza negra; Paraisópolis.
2022/1	27	12	44%	Futebol feminino; encarceramento em massa; movimentos negros; mulheres no audiovisual; jovens não adotados; aborto no Brasil; libras na mídia; mulheres no funk; representatividade na infância; pessoas trans e mercado de trabalho.

FONTE: Do autor com dados da FIAM FAAM.

Os dados atuais não são muito diferentes do que Zibordi verificou anteriormente. Ainda é presente nos TCCs de Jornalismo dessa instituição temas que estão previstos nos planos nacionais de direitos humanos como o direito à livre expressão da sexualidade e identidade de gênero, combate

ao racismo, atenção às pessoas com deficiência, “pautados por conta do perfil dos alunos, diversos deles oriundos das periferias da capital paulista e cidades ao redor”. (ZIBORDI, 2017, p. 218). São trabalhos jornalísticos construídos com esmero e carregados de cunho social e apelo humanizado.

...

Em agosto de 2020, após a desistência de um colega professor em acompanhar uma turma, fui convidado a assumir pela primeira vez a disciplina Teorias do Jornalismo. Lembro-me do entusiasmo com o qual encarei esse trabalho. Na etapa de planejamento da disciplina, de quais atividades, leituras e conversas teceríamos semanalmente, fui atravessado pela dificuldade de conceber as Teorias do Jornalismo somente da maneira como a ementa e o plano de ensino (previamente elaborado e disponível para todos os professores que pertenciam de uma rede de IES que pertenciam a uma corporação norte-americana de educação) definiam como deveria ser.

Constava em tais documentos que eu deveria junto com os estudantes da segunda etapa do curso analisar as principais correntes e características do jornalismo no contexto da prática profissional, discutindo as mutações do campo à luz de diversas teorias construídas nas últimas décadas, em um processo no qual o papel do jornalista aparece vinculado às transformações materiais e ideológicas das sociedades. Refletir sobre a evolução do fenômeno jornalístico e do profissional de jornalismo na contemporaneidade. Para isso, identificar os princípios teóricos referentes à conceituação do jornalismo.

Começaria pelos conceitos de imparcialidade, neutralidade e objetividade. Em seguida, ao pensar as fases históricas do jornalismo e os desdobramentos desse modelo de negócio enfatizar: as teorias do espelho, a cultura profissional e os processos produtivos (*newsmaking*), a seleção dos fatos (*gatekeeper*), o agenda-setting. Os constrangimentos organizacionais, as fontes como definidores primários da notícia e demais teorias que tratavam de ideologias e discursos que os jornalistas produzem e do jornalismo como forma de conhecimento da realidade.

Espantava-me que a dialogia social era pouco explorada como problemática do Jornalismo, uma vez que as matérias jornalísticas não nascem somente da atuação direta dos jornalistas. A exceção são as aulas sobre o contato com as fontes, mas nelas recomenda-se, por exemplo, um posicionamento de desconfiança, visto que as fontes de informação têm sido cada vez mais treinadas a desempenhar esse papel. Os textos que devemos apresentar aos estudantes falam de um repórter que se atenta aos interesses particulares das fontes. Treina-se o jornalista para a suspeita, considerar que ela pode estar mentindo ou escolhendo fatos convincentes, ou seja, o

jornalista deveria avaliar e classificar as fontes quanto ao seu ponto de vista. Um caminho que mais isola, do que abre o repórter a perspectiva do Outro.

Todavia, a proposta parecia também apagar as contribuições brasileiras ao pensamento jornalístico e reforçar práticas profissionais típicas dos manuais de redação e estilo dos veículos de comunicação, bem como pareciam concentrar as teorias produzidas sobre o Jornalismo como aquelas de determinados lugares geo-históricos cujas línguas são o inglês, o francês e o alemão. A contribuição em português era guiada pelos trabalhos de acadêmicos de Portugal. Esses conhecimentos e teorias se apresentavam como detentoras de um valor universal incontestável e aplicável a qualquer outro território.

Esses incômodos me levaram a encontrar oportunidades de compartilhar com os educandos pensadoras e pensadores brasileiros, que nos ajudaram até o presente a compreender a atuação de jornalistas e empresas de mídia no Brasil. Além disso, encontrei dentro dos conteúdos parametrizados, momentos nos quais foi possível tratar da escrita jornalística, da narrativa criativa e envolvente, das responsabilidades sociais que os jornalistas carregam, o que abrange o direito de informar, honrar o interesse público e a democracia, defender os direitos dos cidadãos, contribuindo para as garantias individuais e coletivas de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros, pessoas com deficiência, indígenas, LGBTQIA+, trabalhadores e outros segmentos sociais em condição de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo majoritário.

Como vimos, os professores e as professoras, preocupados com a formação dos sujeitos-educandos, têm uma capacidade de atuar por meio de brechas, oportunidades e com intervenções que fogem aos padrões e às expectativas. Trata-se da capacidade de agenciamento/*agencement*, de estabelecer conexões e ações com teor de disjunção ou curto-circuito, conforme postulado no trabalho de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O curto-circuito é uma interessante metáfora que trata da diminuição ou interrupção da condução de uma corrente de energia. O curto-circuito provoca danos, mas pode começar de modo silencioso, sem evidências ou sem qualquer perturbação mais aparente, mas ela está ali, acontecendo.

A aula era sobre as fases do jornalismo. Postei-me em frente ao meu computador, no cômodo da minha residência voltado a ser o lugar de trabalho durante os meses de isolamento social. Em poucos minutos estava diante de quadradinhos pretos, sem qualquer imagem, apenas com nomes que identificavam os estudantes que poderiam estar a acompanhar a aula por meio de telas de computadores e *smartphones*. Já estava acostumado, mas ainda permanecia o incômodo de praticamente não conhecer o rosto dos jovens que estavam do outro lado. De vez em quando, era possível ouvir suas vozes, quando a coragem e o interesse os motivavam a abrir o microfone.

Naquela ocasião, escolhi dialogar sobre o texto *A Saga dos Cães Perdidos* (Editora Hacker, 2002), do professor de Jornalismo Ciro Marcondes Filho (1948-2020), no qual ele caracteriza os desafios dos jornalistas em busca de legitimação. Há no livro a caracterização dos momentos do jornalismo em fases históricas – o jornalismo artesanal, o jornalismo romântico/político-literário, o jornalismo de informação, o jornalismo guiado pela empresa jornalística capitalista, o jornalismo na era da internet. Conversava mais diretamente com duas alunas, tanto pelo chat quanto pelo microfone ativado, quando lembrávamos em conjunto a atuação dos escritores brasileiros na imprensa, como Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac, João do Rio. Este último nos rendeu uma “fuga” do roteiro da aula. O repórter maldito da noite carioca era menos conhecido pelos estudantes, mas os cativou uma vez que João do Rio tinha um interesse pela reportagem que narrava histórias urbanas de diferentes grupos sociais.

Imediatamente, lembrei-me de um livro de crônicas que tenho em uma prateleira da minha biblioteca pessoal. Pedi licença aos estudantes para pegar o volume e ler um ou dois textos de João do Rio. Não demorou muito para que nós estivéssemos compartilhando nossos gostos pela Literatura e pela escrita. Ainda hoje, muitos dos estudantes de Jornalismo são motivados a escolher a profissão pelo fato de apreciarem a escrita. Tiveram na formação escolar, elogios às habilidades de escrita. Em outros casos, a escolha se dá porque são comunicativos, falantes, assim, entendem que a carreira pode vir a calhar já que conseguem se expressar com facilidade.

Com outra turma, em outro semestre, optei por convidar a todos a assistir uma reportagem sobre o João do Rio que havia sido veiculada pelo Jornal Nacional⁴¹, em 23 de junho de 2021, em razão do centenário de morte do jornalista. O âncora William Bonner apresentava João do Rio como jornalista, cronista, escritor, enquanto que o biógrafo João Carlos Rodrigues diz que João do Rio era um outsider, “não era nem pobre, nem rico, nem branco, nem preto, mas gay, ele não fazia parte da sociedade estabelecida”. A repórter Mônica Sanches narra, em uma passagem dentro do Real Gabinete Português de Leitura, que o repórter mudou a forma de fazer jornalismo e que ele sonhava com uma sociedade brasileira na qual as mulheres pudessem votar, que o divórcio fosse permitido e que os homossexuais não sofressem preconceito. No fim dos 3 minutos de reportagem, Sanches ao mencionar que o Rio da época lidava com uma epidemia de varíola pede para pessoas nas ruas lerem um texto do João do Rio sobre o assunto. O jornalista menciona a vacinação gratuita ao alcance de todos, mas que sofria resistência por parte de um segmento da população que se colocava contra medidas sanitárias. De imediato, a turma se espantou com a coincidência contemporânea e estabeleceu paralelos entre a ação dos jornalistas na pandemia de Covid-19 e a

⁴¹ Há cem anos, enterro de João do Rio parava o Rio de Janeiro. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9630725/>.

negligência no combate à doença por parte de representantes do poder público e por grupos que negam a vacina com a insistência na promoção de tratamentos comprovadamente ineficazes.

Em outra aula, agora sobre a narrativa jornalística, em que recorro aos textos e contribuições de Cremilda Medina e Luiz Gonzaga Motta, o debate gira em torno na busca por histórias e personagens, que a linguagem do jornalismo não precisa ser restrita aos números e dados estatísticos como fontes, nem se constituir de uma prática que apaga as marcas de enunciação do jornalista. Falamos em exercitar a autoria experimental. Mas rapidamente os alunos querem saber como. Na ocasião de uma destas aulas, escolhi a reportagem de Lucas Brêda⁴², da *Folha de S. Paulo*, no dia do velório e sepultamento da cantora Marília Mendonça. O texto é um retrato dos fãs e da cidade de Goiânia, o qual com muita sensibilidade o repórter articula com a história de vida da cantora. Brêda conta em detalhes cenas do dia, como estavam as ruas em torno do ginásio Goiânia, local do velório. Descreve ambulantes, mulheres que berravam os sucessos da cantora, duplas que se apresentavam na rua para acalantar os fãs, as vozes embargadas, a presença dos amigos e familiares de Mendonça.

—

“O sol do centro-oeste obrigava os milhares de pessoas que faziam fila do lado de fora do ginásio Goiânia Arena a se esconderem debaixo de guarda-chuvas ou da sombra de poucas árvores. Mas, sem dúvida, era um dia frio em Goiânia”.

Lucas Brêda (Folha, 2021)

—

É interessante dizer que no início daquela aula, um estudante começou nosso encontro indagando a atuação da imprensa no episódio, comentava-se negativamente tanto o afã em reportar o que estava acontecendo, sem o devido cuidado de apuração, uma vez que veículos de imprensa, por meio da assessoria da cantora, chegaram a divulgar que a cantora havia sido resgatada com vida. A informação não era verdadeira. Conversamos ainda sobre o fato da própria *Folha de S. Paulo* ter publicado um artigo de opinião assinada, um aparente memorial, no qual o autor dizia que Marília

—

“[...] Goiânia estava parada num sábado e não era show de Marília Mendonça. Horas antes, com uma caixa de som ligada no carro, e um microfone tão saturado quanto o sol de Goiânia ao meio-dia, uma mulher de idade cantava Mendonça como podia. Dizia que virou cantora por causa dela, mas não tinha muito talento para cantora. De salto alto, calça jeans rasgada e camisa florida, ela parecia apenas mais uma que bebeu demais depois de ser traída na noite passada. No microfone, ela cantava sobre ser deixada de lado por outro homem. No semblante orgulhoso, disfarçava outra rasteira que havia tomado — a perda de sua inspiração principal, a rainha que a escolheu como súdita. Marília Mendonça se foi.”

Lucas Brêda (Folha, 2021)

—

⁴² *Marília Mendonça parou Goiânia com sua despedida cheia de fãs e elite sertaneja* (06 nov. 2021). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/marilia-mendonca-parou-goiania-com-sua-despedida-cheia-de-fas-e-elite-sertaneja.shtml>.

Mendonça “era gordinha e brigava com a balança” e que no começo da carreira “seu visual também não era dos mais atraentes para o mercado da música sertaneja”. O que gerou uma onda de outros textos-resposta sobre a gordofobia e o machismo da imprensa.

A Escola de Frankfurt, no plano de crítica à indústria cultural, parece ter deixado um legado sério aos processos de mercantilização da cultura e consumo dos meios de comunicação, mas ao mesmo tempo lançou um viés que muitos professores de Comunicação possuem: da crítica inflexível e dura a todo trabalho criativo e de comunicação. O trabalho jornalístico é frequentemente desvalorizado e exemplos positivos não ganham o mérito nos cursos de Jornalismo.

Há muito a professora Cremilda Medina, em suas oficinas e laboratórios epistemológicos, busca e se vale de exemplos de autoria-solidária na imprensa de referência e dentro dos cursos de Jornalismo. A prática jornalística que podemos atribuir como mais alinhada ao capitalismo, percebe-se exemplos e atuações de jornalistas comprometidos com a narrativa. São exemplos inspiradores e que de algum modo provocam o curto-circuito/agenciamento de que falamos anteriormente. Eu mesmo passei a buscar esses vestígios, como o seguinte:

.....

'Estou sem alma', disse morador de rua antes de morrer em padaria de Ipanema, no Rio

RIO DE JANEIRO - Cadu fumou crack daquela vez como se fosse a última e tossiu daquela vez como se fosse a única. Passou mal na rua com seu passo lento e agonizou no meio do passeio público. Sentou para descansar e pedir ajuda. Morreu na padaria sem atrapalhar o tráfego.

O café da manhã seguiu normal na manhã da última sexta (27) em Ipanema, na zona sul carioca, a despeito do corpo estirado abaixo de um saco de lixo preto e segregado por mesas e cadeiras de plástico. Mas diferentemente da canção de Chico Buarque, não tinha certidão de nascimento.

Ficou mais de duas horas no chão do comércio até que o Samu viesse buscá-lo sem saber seu nome, às 8h42, e cinco dias no necrotério de um hospital municipal no bairro mais caro do país, o Leblon. Por isso o velório desta quarta (2) está sendo feito com o caixão fechado.

A morte já estava anunciada. "Estou sentindo que estou sem alma", ele disse na semana passada à encarregada da limpeza da agência bancária onde costumava dormir e acordar todos os dias. Pelo pão para comer, pelo chão para dormir, ele vivia de doações pelas ruas do bairro.

Nos últimos meses, o costume de tossir e cuspir sangue em um copo vinha se tornando cada vez mais habitual para Carlos Eduardo Pires de Magalhães, o Macaquinho da praça Nossa Senhora da Paz. Era a tuberculose que destruíra seus pulmões.

Não era um sangue comum, era um sangue "talhado" e muito vermelho, detalha a amiga Fabiana, 35 (que não quis dizer o sobrenome), sentada num papelão na porta do mesmo banco. O copo que ele carregava antes de passar mal e tombar na padaria acabou ficando no murinho da igreja da esquina, ela diz.

"Levanta, Carlos Eduardo", era o pedido de rotina da vigilante da agência, que também preferiu não se identificar. "Dá um cafezinho pra eu levantar", ele respondia antes de se erguer lentamente e vencer a dor nas costas que o fazia mirar o chão quando andava. Às vezes ele xingava.

Os amigos não sabem a origem do apelido, que talvez tenha vindo da postura, da pele negra e dos cabelos e barba cheios. A idade também é incerta, já que a certidão se perdeu há uma década. Teria nascido em 1980 ou 1981, acumulando 39 ou 40 anos de vida.

Grande parte deles habitando as calçadas, depois que fugiu de casa pela primeira vez aos sete anos no Jardim Gramacho, bairro de Duque de Caxias onde até 2012 funcionou o maior lixão da América Latina. "Eu gosto de liberdade como os passarinhos", ele dizia, segundo a mãe contou ao jornal O Globo.

A Folha tentou falar com a família, mas a correria com o velório que finalmente conseguiram dar a ele em Nilópolis nesta quarta não permitiu. Marlene Flauzino, hoje com a saúde bem debilitada, foi muitas vezes atrás do filho: de carona, de ônibus, grávida, de madrugada. Encontrava e levava para casa, mas só durava uma semana.

O primeiro registro de Carlos Eduardo junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos é de 2009, quando foi abordado em Vila Isabel, bairro de classe média e média alta da zona norte do Rio. Há cinco meses também era acompanhado pela Fundação Leão XIII, instituição assistencial ligada ao governo do estado.

Ao longo desse tempo, o órgão diz que o encaminhou para ser atendido em unidades de saúde e o ajudou a ter acesso a medicamentos para tratar a tuberculose. As equipes o lembravam de tomar os remédios e os dias de consulta médica.

A fundação frisa que a relação de Cadu (outro dos apelidos em Ipanema) com os educadores e assistentes sociais "era de muita proximidade e respeito". "Sempre muito tranquilo e educado, nunca deixou de agradecer pela assistência que recebia", conta a nota.

A educação, assim como a serenidade e a inteligência, são adjetivos comuns a quem o descreve pelo quarteirão. "O Cadu me surpreendeu muito, era uma pessoa muito interessante, culta e educada. Gostava de conversar", elogia Júlia, 40, moradora do bairro que o conheceu quando a pandemia fez as esmolas cessarem.

A afeição dos dois começou depois que ela pagou a castração de seus bens mais preciosos, Pretinha e Pelé. Cuidava melhor dos dois vira-latas do que de si mesmo, asseguram ela e as funcionárias da clínica veterinária, que ficaram chocadas ao saber pela reportagem que era dele o corpo na padaria.

"Melhor conversar com os cachorros do que com o ser humano", Carlos Eduardo costumava bradar ao segurança do banco Rogério, que também não disse o sobrenome. "Gente em Ipanema não é igual à gente na minha área, na zona norte. Se fosse lá todo mundo ia armar o maior barraco, colocar ele no carro, levar ao hospital", critica o vigilante que trabalha ali há 13 anos.

Momento marcante para ele foi no fim de outubro, quando os guardadores de carros e outros trabalhadores da região deram a Macaquinho o primeiro banho em quatro anos, o esfregando na calçada com esponja e balde. Falava que não gostava de água. Também lembra de uma filha que vinha lhe ver de vez em quando, com os traços do pai.

Cadu usava um celular pré-pago dado por Júlia para dar notícias à mãe, de quem se mantinha distante pela vergonha do vício. Uma vez ligou para a amiga chorando, nervoso, dizendo que Pretinha quase tinha sido atropelada ao se soltar e correr pela praça.

"Ele dizia que não tinha condições de cuidar dos cachorros, pedia para eu dar para alguém e depois mudava de ideia", ela conta. No início do mês, depois de passar uns dias no hospital, suplicou que ela os buscasse no abrigo: "Eu preciso deles". Os animais acabaram ficando com uma amiga sua das ruas, que estava ao seu lado quando parou de respirar.

O homem resistia a ficar internado. Tomava os remédios e acordava e dormia fumando crack, diz Fabiana. Na quarta (25) já não comia e cuspiam muito sangue, o que fez funcionários da prefeitura, policiais e/ou Samu —os colegas não sabem quem foi exatamente— o levarem ao Hospital Municipal Miguel Couto.

Passou um dia e meio lá e na madrugada de sexta foi visto de novo na praça. Como ele saiu ainda é um mistério. Chegou a pedir a um amigo da rua para lhe comprar drogas, "mas eu não fui, não ia fazer isso vendo como ele estava mal", diz o colega sem se identificar.

Horas depois seu corpo era coberto com a lona preta, e duas portas de correr eram fechadas para impedir que os passantes vissem a morte de um dos ângulos da rua, em um caso que lembra o ocorrido em agosto num Carrefour de Recife —o supermercado escondeu o cadáver de um representante de vendas que infartou com guarda-sóis, caixas de papelão e engradados de cerveja.

À reportagem, os funcionários da Confeitaria Ipanema disseram que estavam todos de folga naquela manhã. Um gerente indicado como Francisco fugiu das perguntas por trás do balcão.

Dandara, uma dos seis irmãos de Cadu, ficou cinco dias tentando retirá-lo do necrotério do hospital. O entrave era o termo "sem identificação" que constava na guia de recolhimento de cadáver feita pelo Samu quando pegou Carlos Eduardo no chão da loja.

Foi preciso a intervenção de uma guarda municipal, a amiga Júlia, uma jornalista, um médico e um subsecretário de Saúde para que conseguissem chamar um novo médico do Samu e alterar o documento. Como foi uma morte não violenta, o cadáver não vai para o IML e é identificado pela polícia.

Cadu havia dado entrada na segunda via da certidão de nascimento algum tempo atrás, mas não teve tempo de concluir a emissão. O próximo documento seria a carteira de identidade.

(Júlia Barbon, Folha de S. Paulo, 2. dez. 2020)

.....

No ensino de Letras e Literatura, comumente, apreciam-se os modelos positivos, entra-se em comunhão com autorias inspiradoras, no entanto, no Jornalismo, principalmente, no ensino acadêmico, os estudantes não são apresentados às referências, as mediações complexas e cúmplices, opta-se pela crítica daquilo que é material jornalístico, mas que não cumpriu o seu papel social. Voltamos muito mais o nosso olhar para os maus exemplos, do que construímos uma ênfase nos conteúdos de qualidade. Dessa forma, como é que se pode ter clareza sobre os melhores padrões profissionais? Como se inspirar e constituir um jornalismo de autoria?

É no encantamento que se dá o ponto de partida de muitos estudantes por tal destino profissional. Contudo, remover esse encantamento é prática constante dentro dos cursos de jornalismo. Tornou-se corrente impregnar o jornalismo de pessimismos: de negatividade em virtude das chances no mercado de trabalho; de estímulos fechados à escrita digital, ao tratamento dos dados e aos novos suportes e estilos tecnológicos da comunicação; ou de vincular a escrita jornalística à escrita em terceira pessoa, objetiva e imparcial, mecânica, feita para a divulgação de ideias e difusão de informações. Ergue-se a partir disso, o jornalista com pautas moldadas, com perguntas e respostas prontas, isolado do convívio social e dos modos de ser e se expressar da população, da diversidade dos grupos sociais, dos testemunhos anônimos.

Lembro-me bem das reações dos estudantes quando menciono que grandes escritores brasileiros e estrangeiros são jornalistas. Ou mesmo que o Prêmio Nobel de Literatura já foi atribuído a um trabalho jornalístico. O Prêmio Nobel de Literatura de 2015 foi concedido à jornalista bielorrussa Svetlana Aleksievitch e poucos sabem disso. O anúncio oficial da Academia Sueca marcou a conquista da 14ª mulher escritora a receber o prêmio.

Svetlana é formada em jornalismo pela Universidade de Minsk, foi repórter em vários jornais locais, atuou na editoria de cartas à redação do “Selskaya Gazeta”, o jornal das fazendas coletivas soviéticas e como correspondente para a revista literária *Neman*. Ela foi responsável por ouvir pessoas comuns que vivenciaram os confrontos da Segunda Guerra Mundial, o desmantelamento da União Soviética e o desastre de Chernobyl. Essa escuta rendeu cerca de cinco livros com forte empenho literário, jornalístico e historiográfico. A Academia Sueca qualifica a obra de Aleksievitch como

“literatura polifônica”, de algum modo parece que foi omitido o talento jornalístico da autora. A própria autora prefere identificar suas contribuições sem se valer das habilidades jornalísticas.

O trabalho de Svetlana pode até se desvincilhar do ritmo do jornalismo diário. No entanto, não significa que a escrita da autora esteja desvinculada do jornalismo. O que se desenha, ao meu ver, é um encontro do que é literário com o que é jornalístico, por meio da fuga das restrições de ambos os lados, que é alimentada pela grande circulação contemporânea de narrativas pessoais, sob o formato de depoimentos, diários, memórias e testemunhos.

Entre jornalismo e literatura, importantes pesquisas apontam para as nuances do jornalismo praticado com inspiração na estética literária e demais encontros entre gêneros literários e jornalísticos. É o caso, por exemplo, do trabalho célebre do professor Edvaldo Pereira Lima - *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* (1993) - e das pesquisas de Monica Martinez reunidas em *Jornalismo Literário: tradição e inovação* (2016). A expressão Jornalismo Literário abriu-se no campo dos estudos em jornalismo como uma tentativa de interpretar tais práticas de escrita e estilo. Dá sentido as tentativas históricas de produção de narrativas jornalísticas com intenções de aprofundamento e qualidade estilística.

Apesar de que, em muitos casos, autores do jornalismo literário acabam por não deslocar o eu autorial para uma pluralidade autorial, ou seja, na narrativa não se encontra múltiplas vozes e sentidos articulados, nem mesmo contradições, apenas uma posição narcisista do jornalista-autor. Portanto, há de se perceber que alguns atos de escrita não projetam o diálogo social. Existe uma escrita cujo protagonismo é do autor e outra que é solidária ao outro, que é democrática.

Para Medina (2006) todo jornalista produz cultura e é dotado da capacidade estilística. Ao ser um especialista em articular discursos da atualidade, esse agente será capaz de produzir uma nova narrativa – solidária, complexa e poética –, portanto, o apego a imitação dos clássicos da Literatura diminui o que é próprio do Jornalismo. Na reportagem, a poética nasce da proximidade, portanto, da cumplicidade, assim se produz uma narrativa múltipla em vozes e sentidos, com informações acumuladas, comportamentos, identidades, diagnósticos e prognósticos.

Independentemente de defini-lo como jornalismo literário, o que o trabalho de Svetlana ecoa é um compromisso com as narrativas não oficiais, com os valores humanos, com as pungentes histórias escondidas no cotidiano. A autora se compromete com o diálogo com as personagens, ao explorar a estratégia do encontro e do sentir, o que vai além das entrevistas oficiais e da coleta de respostas prontas tão comuns à imprensa majoritária. Trata-se do desenvolvimento de um olhar que sobrepõe as capacitações estilísticas e tecnológicas: “uma capacitação simultaneamente intelectual

e afetiva que permite ao narrador ligar-se de modo complexo aos sujeitos e cenários da narrativa e daí extrair um retrato polifônico e polissêmico da realidade”. (SANDANO, 2015, p. 37)

Portanto, tenho me comprometido a apresentar essas possibilidades de Jornalismo aos estudantes. Nas aulas que tratamos de narrativas, tenho estimulado e promovido que os estudantes conheçam e se apropriem do modo de fazer jornalismo de autores como Chico Felitti, Daniela Arbex e Fabiana Moraes, por exemplo. Personalidades que se valem do livro de repórter, mas que compreendem e executam os mesmos princípios jornalísticos da apuração de histórias para os livros em conteúdos e plataformas para a mídia convencional. Isto é, promovem “uma ruptura paradigmática e epistemológica nas concepções sobre o real, a verdade e a objetividade no jornalismo. Responsabilizam-se por aquilo que veem e também sabem que a capacidade de enxergar nunca é a totalidade ou a “verdade”, mas fragmentos de realidade possíveis de serem lidos” (VEIGA DA SILVA, MAROCCO, 2018, p. 48). São jornalistas que se responsabilizam por aquilo que testemunham e que emergem outros valores profissionais, como a cooperação, a subjetividade, a emoção e a escuta, como bem identificam as professoras Marcia Veiga da Silva e Beatriz Marocco ao explorar os movimentos de autoras de livros de repórter.

ENCERRAMENTO ABERTO E PROVISÓRIO

É interessante chegar até esse momento final de escrita da tese e não sentir que o trabalho de estudo alcançou uma elucidação clara para a questão colocada inicialmente. Talvez isso ocorra porque sinto que sou parte muito envolvida do projeto político e didático que esta pesquisa apresenta, isto é, considero que como professor de Jornalismo também cumpro com a responsabilidade de constituir jornalistas mais solidários ao Outro para uma sociedade brasileira que se quer mais democrática para todos os sujeitos humanos. Portanto, não se conclui sobre um desafio educacional ainda em aberto. Temos nos cursos de Jornalismo cada vez mais mulheres, negros e jovens de baixa renda, que são a primeira geração da família a ingressar no ensino superior, além de indígenas, pessoas trans e pessoas com deficiência, mesmo que isso tenha arrefecido diante de condições políticas que promovem instabilidade no acesso e na permanência de grupos mais plurais à Educação Superior do Brasil. São, mesmo assim, sujeitos que após a formação são proponentes de um Jornalismo que escuta mais a voz e narra mais sobre as vidas politicamente precárias, carentes de direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, mas que na condição de oprimidos, criam resistência e insurgência.

A interrogante que guiou a pesquisa tratava do conjunto de contribuições e de saberes críticos provenientes da perspectiva de gênero, feminista negra, queer e periférica, nomeadas de epistemologias de alteridade, atravessam a teorização contemporânea e a pedagogia das escolas de Jornalismo. Para isso, realizou-se as intenções da pesquisa de efetuar uma leitura epistemológica dos repertórios acionados no ensino de Teorias do Jornalismo, com o mapeamento das principais contribuições teóricas e quais são os pensadores que são articulados na experiência de teorização do Jornalismo. Também se ouviu, por meio de entrevistas, como os professores de Jornalismo têm costurado a prática jornalística com as demandas e reivindicações por ampliação de direitos humanos e cidadania de grupos politicamente precários.

O primeiro capítulo da tese indica que os caminhos que a pesquisa em Jornalismo trilhou para culminar nos estudos brasileira da área. Em articulação com as contribuições europeias e norte-americanas, o Brasil constituiu uma bibliografia que põe em centralidade a qualidade da narrativa jornalística e a preocupação dialógica, o movimento em direção ao Outro na busca democrática de ensaiar compreender as diferenças. Esses flancos se dão nos estudos universitários sensíveis ao contato vivo, consciente dos riscos éticos das mediações sociais. O grupo de Epistemologia do Diálogo Social e a professora Cremilda Medina têm a muito contribuído nesse sentido e flagra constantemente reportagens e narrativas sobre as histórias de vida dos protagonistas anônimos e

desprivilegiados. Cremilda Medina (2014) há muito se aproxima de acadêmicos mais sensíveis que se interessam pelo toque humanizado nas narrativas da contemporaneidade. Todavia, do mapeamento de noções e conceitos tratados em Teorias do Jornalismo, as escolas e professores que tratam de produção simbólica de sentidos, reportagem, narrativa, teoria interacionista, mediação, raça/perspectiva antirracista, gênero/teorias feministas, classe social, meio ambiente, alteridade, subjetividade e pluralidade tem sido aquém do necessário. Tem sido colocado em segundo plano epistemológico, quando certas sinas de ser repórter já foram exploradas com afinco.

Já o segundo capítulo trata da ascensão dos aspectos de subjetividade que modificam as convenções e padrões jornalísticos, que provocam no tratamento de repórteres e editores mais cuidados com a humanização para que não se resulte em caricaturas do Outro. Acompanha-se experiências do principal jornal em circulação física e digital do País – a *Folha de S. Paulo* – e as vozes que promovem um debate sobre a necessidade de mais pluralidade no jornalismo, o que ocorre com tensões, conflitos e negociações num esforço de responder às demandas do cenário político-social de lutas por visibilidade e reconhecimento. Recomenda-se, como caminho, a efetiva adesão dos agentes jornalísticos por práticas que se atenham para a dignidade, a escuta e a integração de mais visões de mundo nas narrativas do cotidiano. O capítulo enseja ainda aproximações com um conjunto de estudos que atravessam interlocuções da teorização do Jornalismo com perspectivas de gênero, com o feminismo antirracista, com a crítica queer e com a vivência e cultura latino-americana.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta os testemunhos de experiência de ensino-aprendizagem nos cursos de Jornalismo feito por docentes que tem demonstrado atenção à diversificação da universidade brasileira e também das práticas jornalísticas, mas que ainda não modificam radicalmente o ensino e as práticas do Jornalismo. A maioria deles salienta que é frequente nas salas de aula a consciência e o engajamento crítico, de participantes ativos, que evitam uma abordagem didática no qual os alunos só precisam consumir a informação dada pelo professor ao memorizá-la e armazená-la. Cada vez mais os estudantes integram às ideias aprendidas no contexto universitário com aquelas aprendidas na vida, na experiência pessoal e na luta coletiva pelo compromisso ativo com o bem-estar social de todos. A experiência universitária tem sido potente para perturbar a imagem convencional do Jornalismo e se dá com a interlocução com professores profundamente comprometidos com práticas pedagógicas progressistas. Todos sentem a necessidade de práticas educacionais libertadoras, como nomeia bell hooks, uns mais outros menos, e de tentar promover a mudança da pluralidade cultural. O texto também dá ênfase ao laboratório epistemológico, estratégia capaz de promover uma oficina de linguagem renovadora cuja autoria favoreça elos de comunicação cada vez mais interativos. Os laboratórios levam a um legado de inquietações, mas também estimulam o encantamento pela narrativa e pelo trabalho de campo, no

qual há a busca por histórias e personagens e a compreensão de que a linguagem do jornalismo não precisa ser restrita a números e dados estatísticos, nem se constituir de uma prática que apaga as marcas de enunciação do jornalista e qualquer possibilidade de solidariedade com a dor do Outro.

Por fim, ao tentar dizer se é possível constituir teorias do jornalismo com centralidade no critério de alteridade e de autoria solidária, o presente estudo compreende que o é. Não será se continuar a pregar fatores objetivos, uma mentalidade empobrecida por um profissionalismo regido pela técnica e pela eficiência. Cabe em Teorias do Jornalismo esforços possíveis em direção à alteridade: descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ao que é próprio da vivência e subjetividade do Outro, à possibilidade de ser afetado por este.

REFERÊNCIAS

- ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; GN - Gênero e Número. **Pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br>. Acesso em 21 jul. 2022.
- ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 704-719, 2005.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 89-117, 2013.
- BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Fonseca (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s - gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2006.
- BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, v. 2, 2006.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório Síntese de Área: Comunicação Social - Jornalismo**. Brasília: Inep, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 1 de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo, e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN12013.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado - pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos pagu**, p. 65-99, 2007.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador; EDUFBA, 2015.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DARDE, Vicente; MORIGI, Valdir José. Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 8, n. 1, 2012.

DJERF-PIERRE, Monika. The Gender of Journalism: The Structure and Logic of the Field in the Twentieth Century. **Nordicom Review**, v. 28, 2007.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Saboia. "Sui Generis" Journalism? Visibility, Identities and Journalistic Practices in a 1990s Brazilian Gay Magazine. **Brazilian journalism research**, v. 14, n. 1, p. 76-101, 2018.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, Flávio; DA SILVA BORGES, Rosane (Org.). **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

FIGARO, Roseli (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

FIGARO, Roseli. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014.

FIGARO, Roseli; MARQUES, Ana Flávia. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** (para uma teoria marxista do Jornalismo). 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GMMP - Global Media Monitoring Project 2020. **Brasil - National Report**. Who Makes the News. 2021. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports>. Acesso em 21 jul. 2022.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade**: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, Gean Oliveira. Tendências queer nos estudos brasileiros de jornalismo e gênero. In: AGUIAR, L.; DA SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

GONÇALVES, Gean Oliveira; DA SILVA, Naiana Rodrigues; BATISTA, Cicélia Pincer. Saberes Plurais para o Jornalismo: crítica de gênero e contribuições femininas nas Teorias do Jornalismo. **Pauta Geral- Estudos em Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 171-193, 2019.

GONÇALVES, Gean; MEDINA, Cremilda. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZATTI, Christian. **Bicha, a senhora é performática mesmo**: sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, p. 07-41.

HENN, Ronaldo; DIAS, M. "Se ela é não-binária, por que se referem no feminino?": um corpo estranho em disputa. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, set.-dez. 2019.

HENN, Ronaldo; MACHADO, Felipe. Mas... e o beijo das travestis? De Feliko e Clarina, dos sentidos produzidos em rede e de quem pode (e como pode) beijar no horário nobre. **Contemporânea**, v. 13, n. 2, mai.-ago. 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, v. 31, n. 78, p. 235-243, 2017.

INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação**: a frustração popular e os riscos para a democracia. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, São Paulo. Anais eletrônicos [...]: São Paulo, Intercom, 2018.

LAGO, Cláudia; MARTINS, Ferdinando; NONATO, Cláudia. A alteridade na Educomunicação: estudos de gênero, interseccionalidade e performance. **Comunicação & Educação**, v. 24, n. 2, p. 54-65, 2019.

LARRONDO, Ainara; RIVERO, Diana. A case study on the incorporation of gender-awareness into the university journalism curriculum in Spain. **Gender and Education**, v. 31, n. 1, p. 1-14, 2019.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Editora da Unicamp, 1993/1993.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalista pelo Canudo**: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Fernanda Lima. Política e epistemologia no debate sobre implantação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 98-116, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). **E-Compós** – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES DE MELO, José. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 73-83, 2004.

MARQUES DE MELO, José. Pensamento Jornalístico: a moderna tradição brasileira. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 30, n. 2, p. 15, 2007.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. O que a pesquisa latino-americana de comunicação deve ao Brasil: Relato pessoal de uma experiência intercultural. **MATRIZES**, v. 15, n. 2, p. 127-146, 2021.

- MARTINEZ, Mônica. **Jornalismo literário: tradição e inovação**. Série Jornalismo a Rigor—Volume 10. Florianópolis: Insular, 2016.
- MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, 2016.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. Epistemologia da alteridade: entre a erklären (explicar) e a verstehen (compreender) de outrem. **Líbero**, n. 37-A, p. 101-108, 2016.
- MARTINS, Jaqueline Lemos. **O autor e o narrador nas tessituras da reportagem**. 2016. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MEDINA, Cremilda. Deficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. **MATRIZES**, v. 2, n. 1, p. 77-96, 15 dez. 2008.
- MEDINA, Cremilda. Jornalismo e a epistemologia da complexidade. In: MEDINA, C. **Seminário Transdisciplinar: a crise dos paradigmas**. São Paulo: ECA/USP, 1991.
- MEDINA, Cremilda Celeste de Araújo. **Ato presencial**, mistério e transformação. São Paulo: Casa da Serra, 2016.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MEDINA, Cremilda. **Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- MEDINA, Cremilda. Criador da assinatura coletiva ou artífice do diálogo social. In: MOURA, Dione; GERALDES, Elen Cristina; PEREIRA, Fábio; OLIVEIRA, Madalena; ADGHIRNI, Zélia Leal (Org.). **Jornalismo e Literatura: Aventuras da Memória**. Brasília, DF: UnB/Universidade do Minho, 2014.
- MEDINA, Cremilda. **El rol del periodista**. Quito, Equador: Ciespal, 1980.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda. **Fundamentos epistemológicos da informação jornalística: da construção à desconstrução ou a crise de paradigmas no Jornalismo**. 54 p. Prova de erudição (Titular). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. Summus Editorial, 1978.
- MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

- MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Editora da ULBRA, 1996.
- MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. São Paulo: Forense-Universitária, 1982.
- MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton. **Do Hemisfério Sol: projeto O discurso fragmentalista da ciência**. São Paulo: ECA/USP, CNPq, 1993.
- MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente: o jornalismo interpretativo**. São Paulo: Media, 1973.
- MEDINA, Sinval. **Colcha de retalhos: coletânea de incertezas**. São Paulo: Portal Edições, 2019.
- MEDITSCH, Eduardo. No Brasil, o ensino universitário de Jornalismo retoma a identidade com a profissão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 27, 2017.
- MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização**. Florianópolis: Insular, 2012.
- MELLO, Edna de. As cores da mulher negra no jornalismo. In: CARRANÇA, Flávio; DA SILVA BORGES, Rosane (Org.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.
- MORAES, Fabiana. Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 1, p. 84-97, 2018.
- MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019.
- MORAES, Fabiana; DA SILVA, Marcia Veiga. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: BOMFIM, Ivan; SARTOR, Basílio; VIEIRA, Karine Moura; SILVA, Marcia Veiga (Org.). **Mídia e zeitgeist**. Florianópolis: Editora Insular, p. 113-138, 2021.
- MORAES, Fabiana; DA SILVA, Marcia Veiga. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: MENDES, Francielle Maria Modesto; QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo; SILVA, Wagner da Costa. **Pesquisa em comunicação: jornalismo, raça e gênero**. Rio Branco: Nepan, 2021.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NORTH, Louise. The gender problem in Australian journalism education. **Australian Journalism Review**, v. 32, n. 2, p. 103-115, 2010.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Sobre fronteiras no jornalismo: o ensino e a produção da identidade profissional**. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

PATRICIO, Patricia Sales. **Na ilha do boi de pano: uma reportagensaio para além do dogma da objetividade jornalística**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PAUTA GERAL – Estudos em Jornalismo. Teorias do jornalismo - identidades brasileiras. v. 5, n. 2, Ponta Grossa, PR: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, 2018.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PENA, Felipe. Sistematizações das teorias do jornalismo em abordagens europeias, brasileiras e americanas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 29, n. 2, p. 39-54, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERFIL racial da imprensa brasileira. **Jornalistas&Cia**, 2021.

PONTES, Felipe Simão. O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de O segredo da pirâmide. **MATRIZES**, v. 10, n. 2, p. 155-173, 2016.

PUAR, Jasbir. Rethinking homonationalism. **International Journal of Middle East Studies**, v. 45, n. 2, p. 336-339, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 18, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O Eu Soberano: ensaio sobre derivas identitárias**. São Paulo: Zahar, 2022.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das periferias – o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020.

- RÜDIGER, Francisco. **As Teorias do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2021.
- SANDANO, Carlos. Por um jornalismo que mereça o Nobel. In: COELHO, Cláudio; KÜNSCH, Dimas; MENEZES, José Eugenio de O. **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico**. São Paulo: Pleiade, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Máira. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, p. 14-23, 2016.
- SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina**. 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. cadernos pagu, p. 19-54, 2007.
- SERELLE, Marcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 2, p. 33-44, 2009.
- SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando?. **MATRIZES**, v. 3, n. 1, p. 197-212, 2009.
- SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SILVA, Márcia Veiga da; MAROCCO, Beatriz. The Feminine in the “Reporter Book”: An Epistemological View on Gender and Journalistic Practices. **Brazilian journalism research**, v. 14, n. 1, p. 30-53, 2018.
- SILVA, Marcia Veiga. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010. 135 p.
- STEINER, Linda. Gender and journalism. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. 2017. doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.91.
- TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo (Volume I): Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo (Volume II):** A tribo jornalística uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2004.

VAN ZONEN, Liesbet. One of the girls?: The changing gender of journalism. In: CARTER, Cynthia; BRANSTON, Gill; ALLAN, Stuart (Org.). **News, gender and power.** Routledge, 2002. p. 33-46.

VARGAS, Raúl Hernando Osorio. Reportaje: la metodología del periodismo. **Comunicación**, n. 38, p. 37-49, 2018.

ZIBORDI, Marcos Antônio. Do Undergraduate Journalism Students Tend to Write Report-Books on Human Rights?. **Brazilian journalism research**, v. 13, n. 3, p. 188-213, 2017.

APÊNDICE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: Experiências de gênero e de autoria solidária no ensino de Jornalismo

Pesquisador responsável: Gean Oliveira Gonçalves

Orientadora do projeto: Professora Doutora Cremilda Celeste de Araújo Medina, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos: CEP da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

CONVITE

Por meio deste termo, convido-o(a) a participar da pesquisa de doutorado **Experiências de gênero e de autoria solidária no ensino de Jornalismo**, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, de autoria de Gean Oliveira Gonçalves (RG 47.195.044-0, CPF 396.895.098-45), sob orientação da professora Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina, professora titular sênior da Universidade de São Paulo.

A presente pesquisa trata da formação universitária de jornalistas e busca compreender se há no curso de Jornalismo: vestígios, debates, experiências de autoria solidária humana em virtude de experiências e saberes advindos dos estudos de gênero, dos movimentos reivindicatórios feministas e LGBTQ ou das concepções feministas, queer, negras e periféricas. Espera-se compreender se tais experiências podem auxiliar na constituição de uma posição profissional mais crítica, autoral e sensível à prática jornalística.

A pesquisa será concluída em dezembro de 2021 e conta com bolsa de apoio fornecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Seguimos as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 466, de 12 de dezembro de 2012 e n. 510, de 7 de abril de 2016, que informam que o aceite para participar de uma pesquisa deve ser pautado na construção de uma relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, com o devido

esclarecimento completo sobre a natureza do estudo e com o registro do consentimento em documento, nesse caso, com duas vias de igual teor.

SOBRE A PESQUISA

A pesquisa para qual você está sendo convidado(a) trata dos conhecimentos construídos e partilhados na realidade atual dos cursos de Jornalismo. Entende-se que o jornalista é responsável por reger sentidos e construir narrativas com densa capacidade interpretativa da ação social, para isso, vale-se da aproximação compreensiva de protagonistas plurais e dos contextos históricos e culturais. Nesse sentido, este convite ocorre em virtude da sua posição como estudante de jornalismo, docente em curso de jornalismo, jornalista atuante ou pesquisador em jornalismo. Busca-se compreender como o ensino do jornalismo, na atualidade, permite ou não permite experiências e críticas advindas de grupos insurgentes que ainda são socialmente menosprezados. Espera-se compreender, por meio da pesquisa de campo e pela escuta de diferentes vozes, se o ensino-aprendizagem do jornalismo é atualmente atravessado pelas críticas feministas, queer, negras e periféricas, um conjunto que chamamos de epistemologias, não comuns aos eixos e diretrizes didáticas dos cursos de Jornalismo.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo central, em uma pesquisa desta natureza, é buscar conhecer como se dá o ensino nos cursos de jornalismo e se há espaços para aferir como o tratamento jornalístico e o trabalho de jornalistas é rodeado por construções e sentidos de gênero, por exemplo. Para isso, dialogaremos com os sujeitos participantes, bem como iremos observar nos cursos, questões sobre os estudos de gênero e sobre a transformação cultural promovida por grupos insurgentes (feministas, LGBTQ, pessoas negras e periféricas). Mais especificamente, iremos:

- Salientar os conhecimentos e competências priorizados no ensino de jornalismo;
- Averiguar quais são as críticas e os estímulos de transformação do jornalismo vigente na sociedade brasileira;
- Identificar quais são os recursos e estratégias na formação para cultivar/despertar a sensibilização, a sutileza da mente complexa, a compreensão e o contato humano, isto é, a plena capacidade de promover a comunicação social;
- Conhecer as vertentes históricas do que são as práticas jornalísticas e a responsabilidade social do profissional da informação;
- Elaborar um diagnóstico sobre a educação superior ofertada aos jornalistas.

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Os participantes da pesquisa se inserem no estudo em duas etapas:

A) Nas entrevistas e coleta de testemunhos, cuja participação se dá pelo convite daqueles que consideramos informantes principais (discentes e docentes) e dos informantes auxiliares (pesquisadores da comunicação/jornalismo e jornalistas atuantes).

B) No trabalho de campo, cujo foco é a observação-experiência de aulas com produção de narrativas jornalísticas em três instituições de ensino superior da cidade de São Paulo que possuem o curso de Jornalismo. Essa etapa é acordada diretamente com as IES.

A etapa A é de contato mais direto, com entrevista nos moldes de um diálogo, isto, é uma entrevista não autoritária, de comunicação recíproca, capaz de transformar e ampliar sentidos de ambas as partes envolvidas sobre o tema de escopo.

A etapa B é de contato menos direto, reservada apenas aos informantes principais, com o acompanhamento do pesquisador de atividades dos cursos de Jornalismo participantes. É válido salientar que não haverá descrição densa com caderno de campo, mas o ato de reportar, próprio da prática jornalística. Dessa forma, será possível construir percepções sobre como os protagonistas articulam competências e críticas sobre o jornalismo.

RISCOS PREVISÍVEIS

A Resolução CNS n. 510/2016 deixa claro que, apesar de não existir intervenção direta no corpo humano, as pesquisas em ciências humanas e sociais têm graus de risco específicos. Desse modo, se faz necessário esclarecer os potenciais riscos. Entende-se por risco da pesquisa toda possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social e cultural do ser humano.

No caso de estudos de entrevistas e observação, os riscos mais comuns se dão em perguntas sensíveis e no conteúdo relatado, que pode vir a causar: constrangimento, aborrecimento, insatisfação, alteração de comportamento, evocação de memórias desconfortáveis e tomada de consciência de questões emocionais.

A fim de evitar qualquer um dos riscos citados, o pesquisador responsável irá minimizar desconfortos, garantirá local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, bem como se aterá aos sinais verbais e não verbais de disparo de sofrimento, ansiedade ou negatividade diante do processo de pesquisa.

DIREITOS DOS PARTICIPANTES

É importante salientar quais são os direitos dos participantes:

- I. Ser adequadamente informado sobre a pesquisa;
- II. Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III. Ter sua privacidade respeitada;
- IV. Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V. Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI. Ser indenizado por dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

De natureza autoral ao pesquisador: no encerramento da pesquisa, os resultados e as considerações serão publicados na forma de tese na Universidade de São Paulo (USP). Espera-se ainda que a pesquisa seja veiculada em livro ou por meio de artigos em periódicos científicos das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

De natureza coletiva, política, social e cultural: espera-se que o estudo forneça transformações e melhorias aos saberes e paradigmas de ensino de jornalismo, com o devido debate social sobre o Jornalismo ensinado nas Universidades. Em suma, espera-se ainda que o estudo contribua para a promoção de narrativas jornalísticas menos hegemônicas e mais plurais ao sistema complexo de comunicação e informação do Brasil.

CONFIDENCIALIDADE

O pesquisador responsável tem clara preocupação e atenção a segurança dos dados e aos princípios éticos que são próprios das pesquisas em ciências humanas e sociais. Portanto, compromete-se a assegurar:

- I. A defesa dos direitos humanos e respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;
- II. A garantia da confidencialidade, da privacidade, da intimidade e proteção da identidade, da imagem e da voz;
- III. A garantia de não uso de informações em pesquisa que possa vir a causar prejuízo ao participante;

- IV. O compromisso de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação.

Todavia, salienta-se que em virtude da posição que os informantes auxiliares ocupam, visto que seus testemunhos serão coletados pela excelência do trabalho que desempenham, torna-se pouco possível o sigilo da identidade. Desse modo, os sujeitos participantes podem demonstrar concordância ou não com a divulgação de suas identidades, bem como outras informações fornecidas que podem ser tratadas de forma pública. Essa consequência não se aplica aos informantes principais, cuja garantia de confidencialidade estará assegurada.

CONSENTIMENTO E ASSINATURA

Declaro que fui informada(o) acerca da pesquisa descrita nesse termo de maneira clara e detalhada e pude ainda esclarecer minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. Em caso de dúvidas ou se desejar me retirar do estudo poderei contatar o pesquisador no telefone **(11) 96286-3306** ou no **e-mail geangoncalves@usp.br**.

Estou ciente que gravações de imagem e de voz estarão sob a propriedade e guarda do pesquisador responsável pelo estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Expresso autorização para a divulgação dos resultados da pesquisa, a partir das informações prestadas. Concordo ainda com a possibilidade de o material vir a ser publicado também em congressos e em demais eventos científicos, bem como em periódicos científicos e em livro fruto da pesquisa.

Nome completo: _____

RG: _____ Data de nascimento: ___/___/___

Telefone: (___) _____ E-mail: _____

Fui informado ainda que fui convidado para a pesquisa na condição de informante:

[] principal,

[] auxiliar, ciente da revelação da minha identidade;

[] auxiliar, mas não demonstro concordância com a divulgação de minha identidade.

Assinatura do Participante e Data

E eu, Gean Oliveira Gonçalves, declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura do Pesquisador e Data

RG: 47.195.044-0 | CPF: 396.895.098-45 | N. USP 7218753

O CEP-EACH também poderá ser consultado para dúvidas/denúncias relacionadas à Ética da Pesquisa e localiza-se na Avenida Arlindo Bértio, 1000, Vila Guaraciaba, São Paulo-SP, CEP: 03828-000. Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 10 às 12 horas e das 14 às 16 horas, na sala T14, no Térreo do II. Telefone (11) 3091-1046 – E-mail: cep-each@usp.br.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

TEORIA DO JORNALISMO I

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. volume 1. Florianópolis: Insular, 2005. ISBN 978-85-7474-627-2.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Volume 2. Florianópolis: Insular., 2005. ISBN 8574742414.

TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016. ISBN 9788574749136.

BERGER, Christa; MAROC C O, Beatriz (org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. ISBN 8520504892.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. Porto: Porto, 2001.

LIPPMANN, Walter. Opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2008. ISBN 9788532637482.

McCOMBS, Maxwell. A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 8532639267.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070>

REGINATO, Gisele Dotto. As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

CORNU, Daniel. Jornalismo e Verdade. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 9789727712281.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide. Florianópolis: Insular, 2012. ISBN 978-85-7474-625-8.

KUNC ZIK, Michael. Conceitos de jornalismo: norte e sul. São Paulo: Edusp, 1997.

MEDITSC H, Eduardo. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: UFSC, 1992.

NEVEU, Érik. Sociologia do jornalismo. Porto: Porto, 2005. ISBN 9720452552.

SPONHOLZ, Liriam. Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009. ISBN 978-85-7474-479-7.

TRAQUINA, Nelson (org.). O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000. ISBN 9728318774.

TEORIA DO JORNALISMO II

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. Aracaju: Editora UFS, 2005. ISBN 9788587110459.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. Porto: Porto, 2001. ISBN 978-972-0-45257-3.

TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e histórias. Florianópolis: Insular, 2016. ISBN9788574749136.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 2008. ISBN8532605982.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1901/1810>

LAGO, Cláudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. Brasília: BJR,2014. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/745/567>

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 14, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2017.

LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia. Contexto e contextualização no jornalismo: uma proposta conceitual. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 14, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. O jornalismo como sistema perito. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 11, n. 1. São Paulo: USP, 1999.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005. ISBN 978-85-7474-627-2.

ALSINA, Miquel. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 9788532637970.

BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (org.). Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. ISBN 9788574745237.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006. ISBN 9788520504413.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. ISBN 9788520504895.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006. ISBN 8572443231.

CORNU, Daniel. Jornalismo e verdade: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. ISBN9789727712281.

GOMIS, Lorenzo. Teoria del periodismo. Barcelona: Paidós, 1991. ISBN 9788475096551.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (org.). Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. ISBN 9788574745787.

LIPPMANN, Walter. Opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2008. ISBN 9788532637482.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (org.). Jornalismo e Acontecimento: diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012. ISBN 9788574746432.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano. Rio de Janeiro: Revan, 2007. ISBN9788571063549.

PULITZER, Joseph. Florianópolis: Insular, 2009. A escola de jornalismo na Universidade de Columbia: a opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009. ISBN 9788574744803.

SANTOS, Rogério. A negociação entre jornalistas e fontes. Coimbra: Minerva, 1997. ISBN 9728318111.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim. Teoria do Gatekeeping: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011. ISBN 9788563899088.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005. ISBN 9788574746609.

VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (org.). Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013. ISBN 9788574747569.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

TEORIAS DO JORNALISMO

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

ALSINA, Miguel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Crista; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BERGER, Crista; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

GOMES, Wilson. Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de uma teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GROTH, Otto. O poder cultural desconhecido. Petrópolis: Vozes, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**TEORIAS DO JORNALISMO**

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. [BU 07.01 G335s]

GROTH, Otto. O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. [BU 07.01 G881p]

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015. [BU CETD UFSC PSOP 0507]

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Florianópolis: Insular, 2016. [BU: 07.01 J82]

AGUIAR, Leonel Azevedo de; BARSOTI, Adriana. O jornalista como mobilizador da audiência na internet [p. 77 – 95]. In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio H.; ARGHIRNI, Zélia (Org.). RUELLAN, Denis; LE CAM, Florence (Colab.). Mudanças e permanências do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

ALSINA, Miquel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2005. [BU 07.01 R696c]

BARSOTTI, Adriana. Jornalista em mutação: do cão de guarda à mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BARICHELLO, Eugenia M. R; CARVALHO, Luciana M. Jornalismo e mídias sociais digitais: transformações no processo de legitimação institucional [p. 97-117] In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio H.; ARGHIRNI, Zélia (Org.). RUELLAN, Denis; LE CAM, Florence (Colab.). Mudanças e permanências do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. Galáxia. N.14. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. Revista Brasileira de Ciência Política. 2011, n.6, p. 71-98. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a04.pdf>

BRUNS, Axel. Gatekeeping, Gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. Brazilian Journalism Research. Vol. 7, Nº 2. Brasília: SBPJOR, 2011.

- CAGÉ, Julia. *Salvar os Média: Capitalismo, financiamento participativo e democracia*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016.
- CORRÊA, Denise Mesquita et al. *Cartilha do docente para atividades pedagógicas não presenciais [recurso eletrônico]*. Organização e edição: Luciano Patrício Souza de Castro. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2020. 159 p.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. *A crise do jornalismo tem solução? Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.*
- DEGAND, Amandine; GREVISSE, Benoît. *Fontes de informação on-line: a aposta na confiabilidade da informação [p. 258-283]* In: MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio H.; ARGHIRNI, Zélia (Org.). RUELLAN, Denis; LE CAM, Florence (Colab.). *Mudanças e permanências do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.
- GOMES, Wilson. *Jornalismo, Fatos e Interesse: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.
- GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. [BU 07.01 G881p]
- GUERRA, Josenildo. *O Percurso Interpretativo da Produção da Notícia: Verdade e relevância como parâmetro de qualidade jornalística*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- HENRIQUES, Rafael Paes. *Linguagem, Verdade e Conhecimento: Uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas*. Vitória: EDUFES, 2014.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2012.
- LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento? Publicado na BOCC, em setembro de 1997. Disponível em <http://migre.me/tcENZ>, acessada em 11/03/2016.*
- MEDITSCH, Eduardo. *Jornalismo e construção social do conhecimento*. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010.
- MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. *Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0 [p. 9 – 25]* In: GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MICK, Jacques. *Credibilidade jornalística*. Conferência proferida no Seminário Internacional objETHOS/UFSC, em 30 de novembro de 2018. Disponível em <https://bit.ly/2U8535P>, acessado em março de 2019.
- MOUILLAUD, Maurice. *A crítica do acontecimento ou o fato em questão. [p. 49-83]* In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007. [BU 07.01 M844p]

MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.) RUELAN, Denis; LE CAM; Florence (Colab.). Mudanças e permanências do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. [p. 51-70]. In: BERGER, C; MAROCCO, B. (org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: Estudos de Jornalismo e Mídia. V.1, n.2, nov. 2004. Florianópolis: PPGJOR, 2004. Disponível em <http://migre.me/tfZUJ>, acessada em 16/03/2016.

ROQUE, Tatiana; BRUNO, Fernanda. Fenômeno da pós-verdade transforma os consensos já estabelecidos. Disponível em <https://bit.ly/2Ko8H4c>, acessado em janeiro de 2019.

SCHUDSON, Michael. Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. Critérios de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2015

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó/SC: Argos, 2002. [BU 07.01 S725t]

SPONHOLZ, Liriam. Jornalismo, Conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

TRAQUINA, Nelson. As teorias do jornalismo [p. 147 – 206] In: TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Vol. I Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1993.

VIZEU, Alfredo. A construção social da realidade e os operadores jornalísticos. Revista FAMECOS. Nº 25. Porto Alegre, dezembro 2004.

WOLF, Mauro. Da sociologia dos emissores ao newsmaking [p.181-202]. In: WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. 6ª Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

TEORIAS DO JORNALISMO I

PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. 2. ed. Contexto: 2010.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. porque as notícias são como são. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. Teorias das Comunicações de Massa. 7. ed. Portugal: Presença, 2002.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo. Ed. Sulina, 2006.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. Summus, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. Crítica metodológica, investigação social & enquete operária. São Paulo, Pólis, 1987.

LAGE, Nilson. Teoria e Técnica do texto jornalístico. Campus: 2005.

LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

SERVA, Leão. Jornalismo e desinformação. São Paulo: Senac, 2001.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo Vol 2. Florianópolis: Insular, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

TEORIAS DO JORNALISMO II

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo público: informação, cidadania e televisão. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2011

SEQUEIRA, Cleofe. Monteiro de. Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia. São Paulo, SP: Summus, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. porque as notícias são como são. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

ALBUQUERQUE, A. D. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. Revista Contracampo, n. 4, 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso. O paralelismo político em questão. Revista Compólitica, v. 2, n. 1, p. 5, 2012.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Opinião Pública, 12(1), p.88-113, 2006.

CHARRON, Jean. e BONVILLE, Jean. Natureza e Transformação no Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2016.

CHRISTOFOLETTI, R. AND LAUX, A.P.F. Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 31, v.1, pp.29-50, 2008.

CORREIA, João Carlos. O admirável mundo das notícias: teorias e métodos. Covilhã: Livros LabCom, 2011

- DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442-464, 2005.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- HOHLFELDT, A Os estudos sobre a hipótese de agendamento. *Revista Famecos*, 1(7), 2008.
- JUNIOR, Enio Moraes; ANTONIOLI, Maria Elisabete. Jornalismo e newsmaking no século XXI: novas formas de produção jornalística no cenário online. *Revista Alterjor*, v. 14, n. 2, p. 43-52, 2016.
- LYCARIÃO, D. B. S.; SAMPAIO, R. C. A construção da agenda pública na era da Comunicação Digital. *Brazilian Journalism Research (Online)*, v. 12, p. 30-53, 2016.
- LYCARIÃO, Diógenes; MAIA, R. C. M. A COP-15 sob holofotes mediáticos: modos e níveis de intervenção política do jornalismo no sistema de mídia. *E-compós*, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2015.
- MAIA, Kênia Beatriz Ferreira.; AGNEZ, Luciane Fassarella. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. *E-compós*, v. 13, n. 3, pp. 544-552, 2010.
- MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? São Paulo, Ed. Contexto, 2007, 93-117.
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- RIBEIRO, Alexsandro Teixeira. Do digital para o impresso: automação e gatekeeper no contrafluxo da tecnologia. *Revista UNINTER de Comunicação*, v. 4, n. 7, p. 48-59, 2016.
- SARTORI, D., & PORCELLO, F. Jornalismo e Escândalos Políticos: o confronto entre o julgamento e a objetividade. *Comunicação & Informação*, 16, v.2, p.40-52, 2013.
- SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010
- SHOEMAKER, P. J., & Vos, T. (2009). *Gatekeeping theory*. Routledge.
- SILVA, J.A.B. A expansão da teoria do agenda-setting em sistemas informativos da Web. *Galaxia*, n. 28, pp. 262-273, dez. 2014.
- SILVA, M. P. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: Marcos Paulo da Silva; Gislene Silva; Mario Luiz Fernandes. (Org.). *Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. 1ed. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014
- THOMPSON J. B. A nova visibilidade. *MATRIZES*, v.1, n.2, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2012.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

INTRODUÇÃO AO JORNALISMO: EPISTEMOLOGIA E TÉCNICAS

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo? 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transacional. Florianópolis: Insular, 2008. v.2

CONTI, Mário Sérgio. Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.

MEDINA, Cremilda. Entrevista: o diálogo possível. 5. ed. São Paulo, Ática, 2008.

MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MÜHLHAUS, Carla. Por trás da entrevista. Rio de Janeiro: Record, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TEORIAS DO JORNALISMO I e TEORIAS DO JORNALISMO II

Abramo, Cláudio. A regra do jogo. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Abramo, Perseu. Padrões de manipulação da imprensa. SP: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Arbex Jr., José. Showrnalismo: a notícia como espetáculo. SP: Casa Amarela, 2001.

Balzac, Honoré de. Os jornalistas. Rio de Janeiro, Ediouro, 1999.

Bordieu, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

Bucci, Eugênio. O peixe morre pela boca: oito artigos sobre cultura e poder. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**TEORIAS DO JORNALISMO**

- CHAPARRO, M. Pragmática do jornalismo. São Paulo: Summus, 1993
- ALSINA, Miquel. A construção da notícia. Trad.: Jacob A. Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009
- BERGER, Christa; MOROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo, vol.1 e 2. Porto Alegre: Sulina, 2006
- CORREIA, João Carlos. O admirável mundo das notícias: teorias e métodos. Covilhã: Edições Labcom, 2011.
- FILHO, Adelmo Genro. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- GOMES, Wilson. Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo. Insular, 2009.
- MOUILLAUD, M (org.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: UnB, 1997
- SCHUDSON, Michael. Descobrimo a notícia. Petrópolis: Vozes, 2010
- SODRÉ, Muniz. A narração do fato. Petrópolis, Vozes, 2009.
- FRANÇA, Vera Regina. Jornalismo e vida social. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998
- GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide. Disponível em www.adelmo.com.br
- SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. Teoria do Gatekeeping: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.
- ZELIZER, Barbie. Taking journalism seriously: news and the academy. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 2004. TRAQUINA, Nelson. (org.) Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.
- MCCOMBS, Maxell. A teoria da agenda – a mídia e a opinião pública. Trad.: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**TEORIAS DO JORNALISMO**

- HOHLFELDT, A. et al. Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.
- REVISTA FAMECOS. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos>
- WOLF, M. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.
- MARTINO, Luis Mauro e Sá. Teoria das mídias digitais – linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

OBSERVATORIO DA IMPRENSA. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

REVISTA ESTUDOS EM JORNALISMO E MIDIA. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2005. 2v

NICOLATO, Roberto (Org.). Teorias do jornalismo. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019.

PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

VAZ, Paulo Bernardo; Leal, Bruno Souza; Antunes, Elton. Para entender o jornalismo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

TEORIAS DO JORNALISMO

GOMES, Wilson. Jornalismo, fatos e interesses. Ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor - Volume 1, Florianópolis: Posjor/UFSC-Insular, 2009.

MAXWELL, McCombs. A teoria da agenda. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGO ALSINA, Miquel. A construção da Notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Vol. 1 Florianópolis: Insular/Posjor UFSC, 2004.

TRAQUINA, Nelson. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2 Florianópolis: Insular/Pósjor UFSC, 2004.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.)s. A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CORREIA, João Carlos. O admirável mundo das notícias: teorias e métodos. Covilhã/UBI: LabCom Livros, 2011.

Disponível em

https://mail.google.com/mail/ca/u/0/?ui=2&ik=636992798a&view=att&th=153a07347ca523b2&attid=0.1&disp=inline&realattid=f_im4075ra0&safe=1&zw; Acesso em 20 mar. 2016.

GUERRA, Josenildo Luiz. O Nascimento do Jornalismo Moderno - uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística. Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_guerra.pdf; Acesso 01 de março de 2014.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre (RS), 1999. Disponível em www.adelmo.com.br. Acesso em 26 de fevereiro de 2009. Capítulo 'O segredo da pirâmide' (CAPÍTULO IX - O segredo da pirâmide ou a essência do jornalismo. A construção social dos fatos jornalísticos; a história e os mitos sobre a pirâmide; a necessidade do lead como epicentro do singular; a reportagem e a velha questão do "novo jornalismo").

GUTMANN, Juliana. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? Contemporânea 4 (1): 25-50. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewFile/3481/2538>>; Acesso em 27 abr. 2016.

LAGE, Nilson. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PINTO, Ana Estela de Souza. Jornalismo diário. São Paulo: Publifolha, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1993, p. 27-33.

SCHUDSON, Michael. Descobrimo a notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e seus efeitos. Coimbra: Minerva, 2000. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>>

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. O mundo dos jornalistas. São Paulo: Summus, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

TEORIAS DO JORNALISMO

ALSINA, Miquel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMARAL, Luiz. Objetividade jornalística. Porto Alegre: Sagra, 1996.

BASTOS, Hélder. Jornalismo electrónico. Internet e reconfiguração de práticas nas redacções. Coleção Comunicação, Coimbra, MinervaCoimbra, 2000.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). O jornalismo e os novos meios de comunicação social. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: UMESP, v. 9-10, n. 1, 2006a. p. 15-37.

- BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FONSECA, Virgínia. Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide – Por uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- KUNCZIK, Michael. Conceitos de Jornalismo: norte e sul. São Paulo: Edusp, 2002.
- LAGE, N. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. Modelos de jornalismo digital. Salvador: Calandra, 2004.
- MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Orgs.). O Ensino do Jornalismo em Redes de Alta Velocidade: Metodologias & Softwares. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2002.
- MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia. São Paulo: Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda. Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDITSCH, E. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: UFSC, 1992.
- PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.
- SCHUDSON, Michael. Descobrimos a Notícia – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. RJ: Vozes, 2010.
- SOUSA, Jorge Pedro. Notícias e os seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos medias jornalísticos. Coimbra: Minerva, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo – Volume I: Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2ª ed., 2005.
- TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e estórias. 2ª ed.. Lisboa: Veja, 1999. Volume 1.
- WOLF, Mauro. “Da sociologia dos emissores ao newsmaking” in Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença, 5ª ed., 1999.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

TEORIAS DO JORNALISMO

- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002.

MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças e permanências no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

COTTA, Pery. Jornalismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rubio, 2005.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de jornalismo: norte e sul. São Paulo: EdUSP, 2002.

PEREIRA, Fábio. Jornalistas-intelectuais no Brasil. São Paulo: Summus, 2011.

SODRÉ, Muniz. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

TEORIAS DO JORNALISMO

BARROS FILHO, Clóvis de. Ética na Comunicação – da Informação ao Receptor. São Paulo, Editora Moderna, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os Fatos – Jornalismo e cotidiano – do Senso Comum ao Senso Crítico. Rio de Janeiro, Revan, 2007.

SOUZA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, Unisinos, 2002.

ALSINA, Miguel Rodrigo. A Construção da Notícia. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo. Ed. Sulina, 2006.

CEBRIAN, Juan Luis. O Pianista no Bordel – Jornalismo, Democracia e as Novas Tecnologias. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010.

GROTH, Otto. O Poder Cultural Desconhecido – Fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis, Vozes, 2011.

LAGE, Nilson. Teoria e Técnica do texto jornalístico. Campus: 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. Ser Jornalista – O Desafio das Tecnologias e o fim das Ilusões. São Paulo, Paulus, 2009.

MARX, Karl. A Liberdade de Imprensa. Porto alegre, L&PM, 1980.

McCOMBS, Maxwell. A Teoria da Agenda – A Mídia e a Opinião Pública. Petrópolis, Vozes, 2009.

MILTON, John. Areopagítica – Discurso Pela Liberdade de Imprensa ao Parlamento da Inglaterra. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

TEORIAS DO JORNALISMO

FABRINO, Ricardo; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento – diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 79, junho/2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>. Acesso em 7 out. 2013

GROTH, Otto. O poder cultural desconhecido. Fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011 (Coleção Clássicos da Comunicação).

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V.1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TRAQUINA, Néelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. v1. Florianópolis: Insular, 2005.

ABRAMO, Cláudio. A regra do jogo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

CORREIA, João Carlos. O admirável mundo das notícias: teorias e métodos. Covilhã: LabCom Books, 2001. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf. Acesso em 14 maio 2013.

NEVEU, Érik. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIN, A.A.C (org.) Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012. p.219-241

SILVEIRINHA, Maria João. O lançamento da moeda europeia e seus enquadramentos na imprensa. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Rio de Janeiro, de 5 a 9 de setembro de 2005. Anais... Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/silveirinha-maria-lancamento-moeda-europeia-enquadramentosimprensa.pdf> Acesso em 14/05/2013.

SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media. Porto: Ed.Universidade Fernando Pessoa, 2006. Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisacomunicacao-media.pdf>. Acesso em 14 maio 2013.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transacional. v2. Florianópolis: Insular, 2008.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

TEORIAS DO JORNALISMO

BORTOLI, Jocélia da Silva. Caso Isabella: repetição e diferença na construção do acontecimento midiático. São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/JoceliadaSilvaBortoli.pdf>

COSTA, Caio Túlio. Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SOUZA, Karla Caroline Nery de. No ar: Jornal Nacional - Das audiovisualidades às atualizações no audiovisual brasileiro. São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/KarlaSouzaComunicacao.pdf>

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MACHADO, Elias. DOS ESTUDOS SOBRE O JORNALISMO ÀS TEORIAS DO JORNALISMO (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). E-Compós, 2004. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/2/4>

REGINATO, Gisele. As finalidades do jornalismo. O que dizem veículos, jornalistas e leitores. Tese. UFRGS: Porto Alegre, 2017. [“Discussão dos resultados: Para que serve O jornalismo?”, p. 201 a 230]

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Covilhã: UBI, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. Tempo soc. [online]. 1999, vol.11, n.1, pp.197-208.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. Estudos em Jornalismo e Mídica. [online]. 2019, vol.6, n.2.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

BRUNS, Axl. Gatekeeping, gatwatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. BJR, v. 7, n. 11, 2011.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Florianópolis: Insular, 2016.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005. [“Teoria construcionista” e “estruturalista”, p. 168 a 204]

McCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (p. 7 a 43)

GONÇALVES, Telmo. *A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo*. *Caleidoscópio*, n. 5/6. Lisboa: Universidade Lusófona, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. [p. 27 a 33] In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir*. Porto: Editora Porto, 2001. [“Verdade: o primeiro e mais confuso dos princípios”, p. 57 a 78]

TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. [p. 74 a 90] In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.

LAGO, Cláudia. *Ensinos antropológicos: a apreensão do Outro pela Jornalismo*. *Brazilian Journalism Research (Online)*, v. 10, p. 172-187, 2014.

DEUZE, WITSCHGE. *O que o jornalismo está se tornando*. 2016.